Diário de Lisboa

ANO 56.º/19 048 4$00

SEGUNDA-FEIRA 10 MAIO 1976

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

DEPENDENDO DE AJUSTAMENTOS MILITARES ?

P.S. APOIA EANES

Não deve ser hoje anunciada, ao contrário do que se previa, a posição oficial do Partido socialista quanto ao apoio a dispensar a um candidato á Presidência da República Círculos próximos do P. S. (não oficiais, portanto) indicam que a Comissão Nacional do Partido, reunida este fim-de-semana, se teria decidido pelo apoio à possível candidatura do general Ramalho Eanes. Contudo, esta manhã ainda nada havia sido formalizado, cingindo-se a informação daquele Partido a um curto texto assinado por Sottomayor Cardia: «Em relação a notícias vindas a lume sobre a candidatura à Presidência da República esclarece-se que os órgãos responsáveis do P. S. não tornaram pública até agora nenhuma declaração, o que será feito oportunamente». Aguarda-se que a posição do P. S. seja divulgada através de uma conferência de Imprensa, a convocar provavelmente para amanhã.

Segundo se julga, embora na Comissão Nacional do P. S. tenha sido reunido consenso em torno da possível candidatura de Ramalho Eanes, os dirigentes socialistas fazem ainda depender o seu apoio público àquilo que se poderá classificar como «certos ajustamentos militares». Entre estes contar-se-ia a formalização pelo próprio Ramalho Eanes, da sua candidatura. Esta, por sua vez, estaria ainda dependente da discussão de algumas questões de pormenor na reunião do Conselho da Revolução marcada para amanhã, e à qual baixará novamente a discussão do tema «Presidência».

. Quanto à posição do próprio Ramalho Eanes, dá-se como certo que já teria decidido pela apresentação da sua candidatura, depois de consultas realizadas com oficiais, sargentos e praças do Exército, algumas das quais decorreram precisamente no último fim-de-semana. Aqui, contudo, nada pode ainda ser dado como definitivo, dado que o general ainda não oficializou a sua candidatura (o que, todavia, poderá fazer ainda esta semana — provavelmente depois da reunião de amanhã do C. R.).

Para além destes factos, outros aparecem, já praticamente como certos. Um deles, é o de que o general Ramalho Eanes, caso venha a candidatar-se não estará sózinho na «corrida presidencial». Para além da largamente contestada e inoportuna hipótese de candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, aventada por uma facção esquerdista, e não confirmada pelo próprio, mais duas figuras aparecem como concorrentes possíveis, Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo.

Quanto ao primeiro, alvo de numerosos apoios de individualidades independentes surgidos ao longo da última semana, o seu nome voltou a ser focado no Encontro Nacional do M. D. P. / C. D. E., realizado este fim-de-semana no Grémio Operário de Coimbra, com a presença de cerca de 200 delegados distritais.

Procedendo à análise da actual situação política, foi discutida, no Encontro, a questão da candidatura à Presidência, nada tendo sido decidido por falta de dados suficientes como resultado da situação de indefinição que se regista. Contudo, os delegados adiantaram alguns nomes suscepíveis de merecerem o apoio de um am-

Continua na pág. 24

M.D.L.P. /E.L.P.

Ordem de dissolução não chegou a Madrid

MADRID, 10 — (Por Manuel Castillo, especial para o «DL») — A cinco minutos da Embaixada de Portugal e dos escritórios da organização neo-nazi Guerrilheiros de Cristo Rei, o M.D.L.P.-E.L.P. está bem e luxuosamente instalado nos apartamentos com ar condicionado da Calle Lagasca, 129, na capital espanhola. A despeito de alguns recentes dissabores, o M.D.L.P.-E.L.P. conta com importantes protectores em Espanha, especialmente a nível policial. A impunidade com que operam a partir do luxuoso edifício da Calle Lagasca é uma prova dessas protecções. Chega-se ao ponto de permitir que homens do E.L.P. montem, disfarçadamente, na rua, o seu próprio serviço de segurança, dentro de carros com matrículas portuguesas. Civis com ar de «pides» vigiam permanentemente as redondezas e a circulação na zona. Enquanto isto, o polícia de giro circula, impávido e sereno, como se não fosse com ele...

Para cúmulo, o porteiro do prédio «instalou-se» com cadeira e tudo em pleno passeio. Daí vê melhor. «E.L.P.? Não sei de nada» — diz-nos. «Portugueses? Ah, bom, vivem aqui alguns oficiais no prédio. Não lhes faço perguntas...»

Mas há quem diga mais coisas. É o caso da revista madrilena «Posible», num número recente: «A sede do M.D.L.P. é na Calle Lagasca, em Madrid. Há um tal Juan, elemento de ligação, deve tratar-se de João Costa Braga, cantor, casado com a filha de um conhecido capitalista português». Mas há mais elementos de ligação. A maioria talvez à sombra das árvores do Rossio de Lisboa.

Recentemente chegou aqui «sangue novo»: alguns importantes «pides» ultimamente libertados «em nome da democracia». Estes ex-«prisioneiros políticos» (como os designou um responsável falando na Televisão em Lisboa) estão a guarnecer as hostes da Calle Lagasca e estão «sedentos de vingança» (Cuba que o diga). O campo de treinos, é no Pueblo de Piedralaves, na serra de Gredos, não muito longe de Ávila. O hotel onde estão instalados é o «El Basalo». Os treinos de tiro e campo começam cedo, pela madrugada.

E a Guardia Civil não sabe de nada. Tal como em Portugal, as autoridades portuguesas. Há dias, a Guardia Civil, pensando tratar-se de um comando da F.R.A.P. ou da E.T.A. espanhola, prendeu um grupo comandado pelo oficial português Vasco Augusto Simas. Perto da fronteira com Trás-os-Montes. Com a intervenção de Blas Piçar, «fuhrer» dos neo nazis espanhóis, os Guerrilheiros de Cristo Rei, tudo se «esclareceu» rapidamente e lá foram em paz prosseguir o seu trabalho em território português.

Os «elpistas» juram que não foram eles que puseram as bombas recentes em Lisboa. Inventaram uma nova sigla para o facto não obrigar a política espanhola a expulsá-los de Espanha. Falam do M.A.P. (Movimento Anticomunista Português). O M.A.P. telefona para os jornais a auto-acusarem-se. Pura manobra de diversão. O M.A.P. não passa de um conjunto de assassinos do topo da hierarquia da P.I.D.E./D.G.S. Profissionais, alguns dos quais há pouco em liberdade.

Entretanto, Alpoim Calvão e Costa Campos passeiam de braço dado satisfeitos, impunes e ostensivos na Baixa madrilena. Até quando?

Benfica revalidou o título

. . Duas jornadas antes do final do Campeonato Nacional de futebol o Benfica revalidou o título. Aconteceu em Setúbal, com o categórico 4-0 no marcador, uma arbitragem periclitante e milhares de adeptos «encarnados» a festejarem, pela noite adiante, o prémio que é porta aberta para as grandes festas europeias. Aqui foi o 2.º golo da tarde: Malta está exultante, Rebelo conformado, mais longe um magote de benfiquistas a saudarem o tiro certeiro de Nené. (Pág. 20)

24 PÁGINAS

QUANDO OS LIVROS APARECEM OS MILITARES ENCONTRAM-SE

Militares voltaram a encontrar-se para o lançamento de um livro. Foi ontem na Pampilheira, a propósito de «Portugal depois de Abril», da autoria dos jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso. Já «Do General ao Cabo mais Ocidental», de Álvaro Guerra, dera lugar a um encontro de conselheiros da Revolução.

Ontem, num ambiente informal, houve tempo para comer e conversar. Na foto de cima vêem-se o tenente-coronel Carlos Fabião, o major Otelo Saraiva de Carvalho e o capitão Clemente (da R. M. L.). Na de baixo, estão, além de Otelo, o brigadeiro Vasco Lourenço e alguns jornalistas.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES ENTROU NA FASE FINAL

(Pág. 24)

ÁLVARO BANDARRA ESCREVE SOBRE AS PRESIDENCIAIS

(Pág. 4)

Nacional

Política de A a Z

O APOIO DO C.D.S. A RAMALHO EANES

A desastrada iniciativa de Francisco Sá Carneiro foi reforçada pela declaração de apoio a Ramalho Eanes, de Adelino Amaro da Costa. O vice-presidente do C. D. S., do partido que não aprovou a Constituição, afirmou, numa conferência de Imprensa, na Sala Osaka do Hotel Altis, que o candidato Ramalho Eanes correspondia aos «requisitos mínimos» para merecer o apoio do partido. É um apoio envenenado. Não só porque vem reforçar a intenção de Sá Carneiro — recuperar para a «direita» a «candidatura militar» de Ramalho Eanes — como por que este apoio C.D.S. pressupõe menos confiança (da parte do C. D. S.) nas possibilidades que Ramalho Eanes terá de cumprir e fazer cumprir a Constituição. Natural seria que um partido que não votou a Constituição, que declarou que ela era inadequada, não viesse a integrar a maioria eleitoral de um Presidente da República mandatado nos termos da Constituição pelo C.D.S. contestada. Supomos que a lógica do sistema constitucional em vigor não permite que Ramalho Eanes aceite os votos do C. D. S., os votos do partido que não votou a Constituição.

De partido de «oposição governamental» o C. D. S. converteu-se em partido de «oposição constitucional», e não como o dr. Freitas do Amaral nos quis convencer em partido candidato ao Governo». Não se poderá aceitar que, a pretexto de um voto nas «eleições presidenciais» o C. D. S. venha destruir, por dentro, o «quadro constitucional» de que, na Assembleia Constituinte se constituiu adversário.

O CASO GALVÃO DE MELO

O «Expresso» — numa entrevista impiedosa — apresenta o general Carlos Galvão de Melo como «uma das mais controversas figuras da cena política portuguesa». Do breve perfil introdutório ressalta que o general monta a cavalo todos os dias, é bom nadador, «aprecia as mulheres bonitas», que é «um play-boy, embora bem educado», que «é vaidoso, toca piano e fala francês». É extremamente difícil carregar às costas este retrato numa voluntária campanha de candidato nacional (e não partidário) à Presidência da República». Mas Carlos Galvão de Melo é um desportista, um desembaraçado, e resiste ao retrato com a mesma aparente indiferença com que resistiu a ter sido «enjeitado», ou «afastado diplomaticamente», pelo C. D. S.

Com efeito, o Conselho Nacional do C. D. S., ansioso de se atrelar, sem deselegância maior, à candidatura do general Ramalho Eanes, decidiu agradecer ao general Galvão de Melo «a capacidade e a disponibilidade para assumir, se o povo assim o entender, um mandato electivo de projecção nacional». Seguidamente, a deliberação do Conselho Nacional do C. D. S., anunciava que fora decidido não apresentar «agora» candidato à Presidência da República e descrevia os «requisitos mínimos» para exercer esse alto cargo.

Na conferência de Imprensa realizada num hotel de Lisboa, o dr. Adelino Amaro da Costa esclareceu o enviado de um semanário nos seguintes termos: «Após a leitura da comunicação feita pelo general Galvão de Melo, nós não nos apercebemos de qualquer declaração de candidatura da sua parte, pelo que temos as mãos livres para tomarmos as decisões que julgarmos mais apropriadas». Não se pode ir mais longe no «uso» para fins eleitorais de um general prendado e desembaraçado. Enquanto o general Galvão de Melo monta e desmonta, nada, toca piano, fala francês, aprecia mulheres, os quadros dirigentes do C. D. S. — com uma larga e profissionalizada experiência — fazem política. E ao jornalista que perguntou ao dr. Adelino Amaro da Costa, qual a posição do partido quanto a uma candidatura do general Ramalho Eanes, o vice-presidente do C. D. S. responde: «Com base nos requisitos mínimos exigidos para o nosso apoio a uma candidatura presidencial, respondo-lhe afirmativamente no que diz respeito ao general Ramalho Eanes.»

Foi, portanto, «enjeitada» pelo C. D. S. a candidatura presidencial do «deputado independente» pelo círculo de Viseu.

UM CANDIDATO DESFAVORECIDO

Pelo C. D. S. «enjeitada», não tendo a sua candidatura tido eco nas Forças Armadas, o general Carlos Galvão de Melo, sente-se desfavorecido e di-lo sem rodeios: «Não me estou a fazer hipócrita quando afirmo que não tenho as mesmas possibilidades neste momento de me fazer ouvir pelo País que tem o Pinheiro de Azevedo, ou o Eanes ou outro...». Todavia, o general Galvão de Melo não aceita que o acusem de não ter programa. Considera tal acusação «duma injustiça e duma ignorância tremendas porque apesar de tudo, dentre os prováveis, ou melhor daquelas pessoas de quem se tem falado para a Presidência» é ele, Carlos Galvão de Melo, autor dos volumes «M. F. A., movimento revolucionário» e de «Rumo à Dignidade», de volumes de «Entrevistas» e de «Discursos» (este, a sair), aquele que se definiu e explicou. Em síntese: «entre todos aqueles de quem se tem falado, ainda sou eu (Carlos Galvão de Melo) o que já mais claramente definiu a sua posição».

UM POLÍTICO AO SERVIÇO DA IGREJA

Repelindo insinuações sobre aspectos morais, jurídicos e religiosos da sua vida particular que poderiam vir a ter incidência na sua vida oficial, se acaso fosse eleito Presidente da República, o general Carlos Galvão de Melo declarou: «E apesar de tudo o que me queiram apontar, é preciso dizer que fui o único político, único português, que, nesta conjuntura, desde 25 de Abril para cá, teve a coragem de falar ao sentimento cristão dos portugueses, de falar em Deus na política, e de não praticar a hipocrisia actual resultante do complexo de esquerda, do complexo progressista, que muitos entendem, pelas suas fraquezas pessoais, que obriga a esquecer o nosso passado de oito séculos e meio de existência. Ninguém negará certamente que fui o político que mais trabalhou pela Igreja em Portugal.» Estas palavras destoam da desembaraçada coragem afirmativa do discurso político (e impolítico) de Carlos Galvão de Melo. Tem motivo para se sentir decepcionado. O «único português» que trabalhou «pela Igreja em Portugal» vê-se «enjeitado» pelo C. D. S. Não é esta a primeira ingratidão de Diogo Freitas do Amaral.

Retornados em S. Bento

O trânsito já circula

. . Automóveis, eléctricos e autocarros já circulam em S. Bento sem dificuldades de maior, enquanto o cumprimento das reivindicações apresentadas ao Governo pelos retornados continua a ser exigido por cerca de três centenas de indivíduos, que esta manhã ainda permaneciam no largo defronte do Palácio. Comida e cobertores foram chegando durante a tarde de ontem para os que ali instalaram tendas de campismo, onde dormitaram.

Menos tensa hoje que no início da semana anterior, a situação dos retornados mantém-se, no essencial, apesar da ameaça de intervenção das «Brigadas de Justiça». O dr. Amândio de Azevedo, secretário de Estado dos Retornados, tem sido categórico, e avisa que «não será pela violência que alcançarão (os retornados) os seus objectivos». O povo, por seu turno, também se vai aborrecendo com todas estas movimentações e ameaças.

Entretanto, os retornados das ex-colónias alojados no Porto ameaçam marchar sobre Lisboa, enquanto num comunicado divulgado este fim-de-semana a «Inter-Organização de Refugiados» justifica a determinação de «se manterem concentrados», apelando para «a boa compreensão de todos os portugueses».

Foram já identificados os três feridos nos incidentes verificados na madrugada de sábado no Largo Vitorino Damásio, em Santos. Trata-se de João da Cruz, de 22 anos, José Vinhais dos Reis, de 30, e Fernando Sidónio, de 33. São militantes do P. C. P.

RETORNADOS AMEAÇAM

PORTO, 10 — Num ambiente de grande agitação, os retornados reunidos em plenário no Palácio de Cristal, no sábado, fizeram um ultimato ao Governo. Reivindicando a criação de um ministério no antigo edifício do Ministério do Ultramar, para tratar dos problemas dos desalojados e de todos os emigrantes e refugiados, exigiram que a sua Lei Orgânica seja definida em colaboração com a Comissão Nacional de Desalojados, e que o Governo responda dentro de duas semanas.

Caso não seja satisfeita a reivindicação haverá mobilização geral por todo o País, de molde a fazer deslocar a Lisboa todos os desalojados.

Durante o plenário foi atacada a Secretaria de Estado dos Retornados — «organismo inepto» —, tendo sido considerada como mera figura decorativa a Comissão Consultiva que funciona junto daquele departamento.

P.C.P. ante as presidenciais

Reserva de posições até melhor esclarecimento da situação e perspectivas

. O Comité Central do PCP que realizou ontem uma reunião plenário para examinar o momento político, as repercussões das eleições para a Assembleia da República e as próximas eleições para a Presidência da República aprovou dois documentos sobre estas questões e «com vistas a poder fundamentar melhor uma decisão», decidiu que a sua Comissão Política procure realizar no imediato, encontro com militares cujos nomes têm sido avançados como eventuais candidatos à Presidência.

Relativamente às eleições para a presidência da República entende o P.C.P. que elas «devem ser consideradas com critérios diferentes dos adoptados nas eleições para a Assembleia da República» e que, se se apresentar um candidato da direita reaccionária contra o processo democrático, contra os militares do 25 de Abril, contra o Conselho da Revolução, o objectivo deverá ser derrotá-lo e eleger um candidato que se afirme inequivocamente pelo processo democrático.

Salienta o P.C.P. que «havendo candidatos militares, não seria desejável que a campanha eleitoral para a presidência se tornasse uma luta entre os partidos, que caracterizasse partidariamente o futuro Presidente».

O documento do P.C.P. prossegue sublinhando que o futuro Presidente da República deve ser, não o representante ou o porta-voz de qualquer partido, mas um homem, que, no desempenho do seu alto cargo «tenha como preocupação fundamental o respeito e aplicação da Constituição, a defesa das instituições, da vida e da ordem democráticas, a unidade das Forças Armadas na base do espírito libertador do 25 de Abril».

Depois de referir que uma política em defesa do processo democrático e das conquistas da Revolução «exige uma convergência da acção do Conselho da Revolução e de um Governo de esquerda representativo da maioria de esquerda (P.S.-P.C.P.) existente na Assembleia da República», o P.C.P. afirma que no respeitante às eleições para a Presidência da República guiar-se-á também «pelas preocupações de impedir a formação de uma nova santa aliança anticomunista e de faciliar a aproximação, entendimento e cooperação do P.C.P. com o P.S. e coms militares do 25 de Abril, nomeadamente com os que têm responsabilidades nos órgãos do poder».

Mais adiante salienta que, apesar de ter de há muito insistido na conveniência de que o futuro Presidente fosse um militar do 25 de Abril «representando nas Forças Armadas um papel unificador na base da defesa do novo regime democrático e da independência nacional», nunca excluiu «a eventual apresentação de uma candidatura civil desde que surgissem dificuldades graves» na apresentação de um candidato militar que conte com o consenso do C.R. e com o apoio das massas populares «e desde que houvesse convergência, no apoio a um candidato civil, das principais forças e sectores políticos democráticos, designadamente do P.S. e do P.C.P.!»

. «O P.C.P. — prossegue o domento — poderia porém não só admitir um candidato civil que tivesse a aprovação do Conselho da Revolução e em apoio do qual convergissem as principais forças e sectores políticos democráticos, designadamente o P.S. e o P.C.P., como tomar a iniciativa da apresentação de um candidato do P.C.P.

«Nesta última hipótese, a candidatura não teria como finalidade contestar a vantagem de ser um militar o futuro Prsidente nem contestar tal ou tal candidato militar, mas definir a própria política do P.C.P. e das forças da esquerda em relação à futura política e ao futuro Governo».

Noutro ponto o P.C.P. «adverte dos perigos de qualquer candidatura militar proposta por grupos e sectores esquerdistas» que seu entender não serviria os interesses, a defesa e a consolidação do processo democrático mas, ao contrário, contribuiria para criar dificuldades á unidade das forças da democracia e do progresso social.

Sublinha ainda o P.C.P. que embora entendendo ser desejável uma candidatura militar que tenha o apoio dos membros do C.R., não poderá, só por motivo desse apoio, apoiá-la também e conduzir uma campanha em seu favor.

«Para fazê-lo — acrescenta — O P.C.P. necessitaria, em qualquer caso, de garantias formais e explícitas, designadamente no que respeita à defesa da ordem democrática, à ausência de quaisquer discriminações anticomunistas a partir da Presidência e à defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, na base das normas e princípios consagrados na Constituição».

A finalizar o P.C.P. adianta que «até melhor esclarecimento da situação e perspectivas o P.C.P. reserva a sua posição quanto a candidaturas» e qualquer decisão que venha a tomar «será ponderada com a preocupação suprema de contribuir para a defesa, consolidação e prosseguimento do processo democrático, para a construção de um Portugal democrático, a caminho do socialismo».

VIII Congresso do P.C.P. em Outubro

O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido este fim-de-semana, decidiu marcar para o próximo mês de Outubro a realização do seu VIII Congresso.

Em Dezembro de 1975, o Comité Central do P. C. P. estabelecera o primeiro semestre do corrente ano como o período para a realização da mais alta reunião do Partido. Ontem, contudo, face ao momento político, nomeadamente ao empenhamento nas campanhas eleitorais, o que impossibilitaria a elaboração de todos os materiais para o Congresso e a realização de um amplo debate em toda a organização partidária, o C. C. decidiu optar pelo mês de Outubro.

Campanha principia a 12 de Junho

. A campanha eleitoral para as eleições presidenciais deverá começar a 12 de Junho, quinze dias antes da data prepista para a ida às urnas, em principio marcada para o dia 27 daquele mês segundo recomendação do Conselho da Revolução.

Os processos de candidatura deverão ser entregues no Supremo Tribunal até ao dia 27 deste mês (amtendo-se a data de 27 de Junho para as eleições) e o juiz-presidente do Supremo terá três dias para verificar a regularidade dos processos, autenticidade dos documentos que os integram e ilegibilidade dos candidatos. Quaisquer irregularidades processuais serão notificadas ao candidato ou seu mandatário no prazo de 24 horas.

As reclamações quanto às decisões do juiz-presidente terão de ser feitas também em 24 horas.

Não havendo reclamações ou resolvidas as que tenham sido apresentadas, será fixada, à porta do Supremo Tribuanl, a relação completa dos candidatos aprovados e, qualquer nova reclamação quanto a esta relação, terá de ser apresentada ao plenário do Supremo Tribunal de Justiça no prazo de 24 horas, sendo de igual período o prazo estabelecido para este decidir do recurso.

Os candidatos só poderão desistir até 48 horas antes do dia das eleições.

post scriptum

Um general conspira contra o Governo

Na carta de Z.P., leitor devidamente identificado, publicada na nossa edição de 8 de Maio, a data da carta deverá ser rectificada: Lisboa, 3 de Maio de 1926. Trata-se de uma carta enviada ao «D.L.» nessa data e que ficou retida para publicação posterior, dado que então não existia a secção POST-SCRIPTUM.

Retornados e reformados: a diferença

Os retornados «exigem viver com dignidade» enquanto os reformados caminham para a mendicidade.

A verdade é esta. Os retornados «exigem» e conseguem tudo. Os reformados esmolam e nada conseguem. Os retornados,não todos felizmente, desde que chegaram a Portugal, têm praticado actos que algumas vezes atingem a repulsa. Até desviaram autocarros, simultâneamente com a tomada do Banco de Angola. Os reformados «desviam» os seus haveres para as casas de penhores, a fim de conseguirem algum dinheiro para a sua sobrevivência e a dos seus.

Os retornados tomam as suas refeições em bons hóteis e restaurantes, enquanto que os reformados jamais receberam da Inatel nenhuma senha para ali tomarem uma refeição.

Esta carta procura mais do que estabelecer uma comparação da protecção concedida aqueles que no tempo do fascismo abandonaram Portugal em demanda das Áfricas. Por isso, permito-me lembrar o desprezo que os fascistas sempre manifestaram pelos reformados e que hoje parece estar a ser copiado sistematicamente, ignorando-se completamente os reformados, que nunca abandonaram a sua pátria.

A vincar esta posição, aparece uma personalidade na TV a dizer que para se aumentarem as miseráveis reformas o Estado gastaria quarenta e sete milhões de contos. E portanto...nada a fazer. Essa é forte!

O tão apregoado socialismo, democracia e outras palavras, na boca de certos responsáveis, que não deizem o que efectivamente são, saíram na rifa dos reformados, o que equivale a dizer que aqueles infelizes ainda não conseguiram ver-se livres da «outra senhora».

A. Brito Miraldes — **Pontinha**

Que fez desaparecer as listas de recenseamento?

Ex-furriel miliciano, cumpri pela primeira vez o meu direito de voto em 1975, na escola primária da freguesia de Paranhos, concelho de Espinho, distrito de Aveiro, visto nessa data estará lá a prestar serviço militar.

Para as eleições de 1976, visto não ter pedido a transferência para o Porto, onde resido, apresentei-me naquela secção de voto para dar satisfação ao meu direito.

Fico espantado quando a mesa me informa que fizeram (alguém) desaparecer as listas onde estavam inscritos os ex-militares daquele aquartelamento, pelo que tal como vários colegas meus, não podia votar. E não se sabia quem fez desaparecer as listas...

Quem estaria interessado em que os militares que participaram no 25 de Abril e o defenderam não votassem?

. A direita sabe quem são os seus inimigos e não lhe bastando a passagem à disponibilidade de milhares de militares que viveram por dentro o 25 de Abril, nem o saneamento de outros por várias «razões». Eis que agora até os impede de votar.

Não posso deixar de estar indignado por este facto, tal como concerteza os meus camaradas que também não poderam votar.

E agora pergunto: Teria sido apenas ali? Ou seria a nível nacional que tal fraude se praticou?

. Espero que as autoridades competentes (se é que ainda não estão ao corrente deste facto), ao terem conhecimento dele, procurem saber quem foram os responsáveis por este impedimento, atentório à liberdade dos cidadãos.

A. P. C. — **Porto**

Só faltaram os cravos de Abril

Logo após a libertação do Povo português do jugo fascista pelos militares do 25 de Abril, foi extraordinária a manifestação do «Povo Unido», com verdadeiros antifascistas à frente e com os militares (trabalhadores fardados que o são) a acompanhar o povo, os seus irmãos, pais e mulheres.

O 1.º de Maio de 1975 já foi diferente. Devido à divisão fomentada pelo aparecimento de tantos partidos políticos, ou pseudopartidos, esquecendo-se por vezes daqueles que durante o fascismo sempre lutaram pela libertação do Povo. As pessoas começavam a ficar baralhadas (aliás continuam). Este 1.º de Maio mesmo assim foi ainda belo, com os militares a fazer segurança em redor do Estádio, em cima dos telhados. Ali estavam eles atentos, para nos defenderem de possíveis ataques da reacção. A meio da tarde, os helicópteros das F.A. a lançar cravos vermelhos sobre o Povo. E foi uma alegria imensa sentir as F.A. do nosso lado.

1.º de Maio de 1976. Houve unidade, sim. Vimos muitos socialistas e independentes. Mas...

Falaram operários, e não cúpulas de partidos. Muito bem. Houve canções progressistas. Mas faltou o que, para mim, era o mais belo, os cravos vermelhos e as Forças a deitá-los, como símbolo da que união com o povo. Não houve militares a montarem a segurança, mas outras forças. Estivemos assim entregues à sorte, pois que é necessário não esquecer que na madrugada do mesmo dia rebentou uma bomba que provocou vítimas.

Será que as palavras «Soldados, sempre sempre ao lado do Povo» deixaram de ter sentido, com o pluralismo e a democracia?

Manuel Fernandes Agostinho
— QUELUZ

Brasil na hora da dúvida

"MILAGRE ECONÓMICO" E FRACASSO DA "LIBERALIZAÇÃO"

CHARLES VANHECKE

RIO DE JANEIRO — Em dois anos de Governo, o general Geisel desiludiu muitas esperanças. Diziam-no autoritário mas aberto ao diálogo. Representante típico do regime militar, mas favorável à sua liberalização. Partidário do rigor, mas hostil à violência. Prisioneiro de um modelo económico que não escolhera, mas decidido a corrigir-lhe os erros. Favorável ao capital estrangeiro mas nacionalista. Diziam-no também modesto, ponderado, um tanto satisfeito consigo mesmo, ao contrário do seu predecessor.

Muitos juízos estão actualmente a ser revistos. Em Março último, o que o chefe do Estado declarou, colocou-o imediatamente entre os defensores do «statu quo». De facto, chegou a afirmar que o Brasil era «talvez um dos países mais felizes do Universo», uma nação em que «todos os cidadãos eram livres». E acrescentou: «Só os irresponsáveis não têm direito à liberdade.»

. Notemos, de passagem, que, para o general Geisel, é a irresponsabilidade e não o contrário que fundamenta a culpabilidade dos homens passíveis de prisão. Mas há melhor: o Brasil é «um país feliz». A felicidade é, decerto, uma noção subjectiva. Alguns factos deviam, no entanto, impedir de falar a tal respeito: por exemplo, o aumento da mortalidade infantil, verificada estes últimos anos em todas as grandes cidades. Ou a miséria de numerosas regiões, observada pelos inquiridores do I. B. G. E. Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística) que estudam a situação social do país. O general Geisel não ignora nada destas realidades visto seguir de perto todas as fases do inquérito. É talvez o que explica que ele tenha ressuscitado, recentemente, um organismo suprimido pouco depois da sua chegada ao Poder: a secção especial de relações públicas (A. E. R. P.), serviço de propaganda directamente ligado à presidência da República. Tal como no tempo de Médici, o Brasil terá direito, durante os próximos meses, a repetidas lições sobre os benefícios da «revolução», tão difícil se tornou, para o chefe do Estado, representar um regime com o qual 61 por cento dos brasileiros discordaram durante a última consulta por sufrágio universal.

Quanto aos prisioneiros libertados, os factos falam por si mesmos. Desde 15 de Março de 1974, quando o general Geisel assumiu as suas funções, houve quase mil prisões nas fileiras do único partido de oposição tolerado, o Movimento Democrático Brasileiro. Uns quinze militantes clandestinos «desapareceram» nas prisões. Várias centenas de membros do Partido Comunista (proibido) foram detidos e torturados. Seis parlamentares da oposição foram privados do seu mandato e perderam os direitos cívicos por dez anos, um deles porque protestara contra a presença do general Pinochet em Brasília, os outros porque tinham contestado os métodos do regime.

O balanço económico também é pouco encorajador. Foi durante o Governo de Geisel que o «milagre» acabou e que foi abandonado um dos «tabus» do nacionalismo brasileiro: o monopólio do país sobre os seus recursos petrolíferos. A percentagem de crescimento que em 1974 ainda era de 10 por cento, desceu o ano passado para 4 por cento (numa expansão demográfica de quase 3 por cento), e será decerto menor este ano. A subida de preços — oficialmente congelada em 15 por cento em 1973 (mas na realidade de 25 por cento segundo numerosos peritos) — ultrapassou os 30 por cento em 1974 e 1975, e já atingiu os 13 por cento no primeiro trimestre deste ano. A balança dos pagamentos, excedente em 1973, acusou dois defices sucessivos de mais de um bilião de dólares, e a dívida externa duplicou praticamente, em dois anos. Claro que seria injusto atribuir ao Governo de Geisel perturbações económicas que também se devem à situação mundial e à política dos seus predecessores.

O REGRESSO À REPRESSÃO

Há, no entanto, quem o acuse de uma imprevidência surpreendente. No início de 1975, os seus ministros afirmavam que o Brasil era uma «ilha de prosperidade» num mundo em crise, e o ministro-secretário da Planificação, Veloso, confirmava os objectivos traçados pelo 11.º Plano (1975-1979): um crescimento de 12 por cento por ano na indústria e de 7 por cento na agricultura, o que seria imediatamente desmentido pelos factos, visto que os dois sectores progrediram em 1975, 4,2 por cento e 3,4 por cento, respectivamente.

Seria igualmente injusto esquecer que o general Geisel tentou, no início do seu mandato, liberalizar a vida política do seu país, primeiro organizando eleições legislativas relativamente livres, depois suprimindo a censura nos jornais considerados leais ao regime. Lê-se hoje um pouco mais de coisas no «Jornal do Brasil» e no «Estado de São Paulo» do que no tempo do Governo Médici.

Mas a reacção de numerosos militares em face das primeiras tentativas de abertura depressa levou o chefe de Estado a utilizar a repressão para manter a segurança, alguns dizem mesmo, para conservar o seu cargo. Depois de ter anunciado ao M. D. B. um «futuro de responsabilidade partilhada», o general Geisel fez muito — ou deixou fazer — para desacreditar e intimidar o partido de oposição ao aproximarem-se duas eleições de importância desigual: as municipais, em Novembro de 1976 (de que o Governo quer fazer um teste de popularidade) e as legislativas em 1978.

Foi assim que, no ano passado, os serviços de segurança se esforçaram por mostrar que o M. D. B. era um partido suspeito visto ter tido o apoio do Partido Comunista nas legislativas de 1974, e contar com vários elementos simpatizantes do P. C. B. ou por ele infiltrados. Um tal apoio não era, no entanto, novo. Desde a sua fundação que o Partido Comunista Brasileiro tem quase sempre sido proibido, o que o obriga a penetrar noutras formações. Partidário da não-violência, não mostrava nenhum perigo aos olhos dos militares, e escapou durante longo tempo à repressão. O ano passado tornou-se, de súbito, «perigoso». A operação realizada contra ele foi uma ampla depuraçao nas fileiras do M. D. B., sobretudo entre a juventude do partido, e uma repressão que atingiu o seu paroxismo em São Paulo, onde, entre Julho de 1975 e Janeiro de 1976 três detidos — um militar, um jornalista e um metalúrgico — morreram durante os interrogatórios, por, segundo a versão oficial de terem «suicidado».

O Governo ameaça com represálias todos os que, durante a campanha eleotiral, lançarem dúvidas sobre o sentido democrático e a honestidade de um Exército confortavelmente instalado no Poder, e que parece disposto a lá ficar. Há outras medidas previstas para limitar o raio de acção do M. D. B.

Quanto à liberalização da Imprensa, não foi muito adiante. Os jornais de oposição («Movimento» e «Opinião») e os que são considerados demasiado irónicos («Veja»), continuam a ser grandemente censurados. O regime proibe os filmes, os livros, as peças de teatro e as canções que não correspondem à sua visão do mundo, mas é de uma tolerância equívoca para com a violência e a vulgaridade que caracterizam grande parte da vida «cultural» do país.

Já aconteceu que o general Geisel tenha considerado as torturas «violências inúteis» e «excessos condenáveis». Mas, na verdade, ainda não provou que tais práticas choquem realmente a sua consciência. A tortura continua a ser um método automático de interrogatório. Claro que o general-comandante do II Exército de São Paulo foi distituído em Janeiro último após «suicídio» de um prisioneiro. Mas uma tal medida foi sobretudo tomada para restabelecer a autoridade do poder central, a que o Estado-Maior paulista desobedecia abertamente, quando não conspirava mesmo contra ele.

A repressão não permitiu às autoridades uma maior eficácia no domínio que mais lhes interessa: a economia. Em face das dificuldades petrolíferas, por exemplo, o chefe do Estado não mostrou o virtuosismo que se esperava de quem foi durante quatro anos o presidente da Petrobrás, companhia petrolífera do Estado.

ESCOLHAS CONTESTÁVEIS

O seu primeiro erro consistira em orientar as actividades da Petrobrás para o exterior em vez de fazer a prospecção do subsolo brasileiro. «O nosso objectivo não é a auto-suficiência» — Declarou ele em Julho de 1973, ao contrário da opinião de muitos dos seus técnicos. Só a esquerda nacionalista dizia então, que tanto para o petróleo como para o resto, o Brasil dependeria demasiadamente do estrangeiro.

O segundo erro do general Geisel foi o de, uma vez chegado ao Poder, prometer para amanhã a autonomia energética. Em Dezembro de 74 os seus porta-vozes afirmavam, com efeito, que tinham sido descobertos ao longo do Estado do Rio de Janeiro, importantes áreas petrolíferas, e que o Brasil podia produzir um milhão de barris por dia a partir de 1980, isto é, mais do que o consumo actual do país. Uma tal perspectiva foi afirmada durante meses, até ao dia em que se verificou que as áreas petrolíferas não dariam mais do que um décimo daquilo que inicialmente fora anunciado.

O terceiro passo em falso consistiu em afirmar, durante um ano, que o Brasil resistiria às pressões estranhas e não concederia às multinacionais a prospecção dos seus recursos petrolíferos, monopólio do Estado desde 1973. Ora, em Outubro de 75, desmentindo os seus próprios representantes, o general Geisel anunciou que o monopólio ia ser abandonado, única maneira, segundo ele, de intensificar a prospecção a domicílio e reduzir, durante o próximo decénio, um défice em bruto que corresponde a três quartos das necessidades e que custa todos os anos 3 biliões de dólares. Seis meses depois desta iniciativa, cujos contestatários foram sistematicamente censurados, muitos ainda duvidam dos seus efeitos práticos. Eles acham, com efeito, que as companhias estrangeiras farão exigências que a Petrobrás julgará inaceitáveis. Politicamente caro , o abandono do monopólio revelar-se-ia também economicamente inútil.

O Governo Geisel soube, no entanto, extrair da crise algumas lições benéficas para o país. A principal diz respeito à prioridade agora dada à indústria de bens de equipamento. O «milagre» brasileiro traduzira-se principalmente pela expansão de bens de consumo duráveis (automóveis, electrodomésticos) que mais interessavam as multinacionais e só diziam respeito a uma parte da população. Mas as máquinas importadas do seu país de origem pelas filiais das grandes sociedades estrangeiras, custavam uma fortuna todos os anos. A fim de deter a sangria, o Governo resolveu encorajar os sectores que permitissem reduzir a importação. E tenciona produzir no Brasil algumas matérias de base que ainda compra no estrangeiro. Após esta etapa (que necessitará de cinco anos), o Brasil terá terminado o ciclo completo da sua industrialização, começada em 1930-45, no tempo do presidente Vargas. A segurança económica será então reforçada. Faltará, no entanto, um elemento essencial: uma população económica e socialmente integrada.

O modelo de crescimento até agora adoptado atingiu uma enorme concentração do

Continua na pág. 4

Geral

As eleições presidenciais ou a domesticação do 25 de Abril

Álvaro Bandarra

Não se fica nunca a saber das propostas, das análises políticas de dirigentes partidários, das declarações dos partidos políticos, se mais uma vez, e desta vez nas eleições presidenciais, são ou devem ser o «sim» ou o «não» de determinados contratos que está em jogo.

Mais uma vez em vésperas de eleições a indefinição a ambiguidade, o nem carne nem peixe, é a característica da política portuguesa. E não culpem disso a direita, não atirem para as costas de outro(s) a indecisão que sempre determinou a má-vontade de se praticar uma política de esquerda.

O P.R. GUIA DO POVO-CONSTITUIÇÃO

Através das críticas que são feitas às anteriores funções presidenciais, delineiam-se os contornos das atitudes, que afinal fazem com que imperceptivelmente regressemos aos tempos da 1.ª República. A indecisão não pode ser imputada senão à força maioritária da esquerda, que pelas suas contradições, pelo amálgamo das suas alianças internas, pelo caciquismo e carreirismo pessoais, pela vontade de conciliar o inconciliável, tem as responsabilidades de maior peso no arrastar da crise. Crise já longa, longa de mais para quem se quer com responsabilidades na política nacional.

Por outro lado a análise das outras forças minoritárias de esquerda baseia-se numa atitude fundamentalmente defensiva: defender a todo o transe o que foi conquistado de progressista e socializante nestes dois anos de dinâmica social.

Vêem pois o P. R. como um baluarte contra as investidas dos inimigos da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário e mesmo da Constituição aprovada. Naturalmente que esta posição defensiva na conjuntura actual é resultante de uma análise feita na base de todos os traumatismos causados pelas destruições das suas sedes, pelos ataques aos seus militantes, pelas explosões, pelas libertações dos «pides», pelas reintegrações dos colaboradores do Poder fascista. É uma atitude de alguém que quer salvar os poucos haveres (mas que também não tem a plena consciência dos seus trunfos) de um incêndio, ocasionado por outrém, sabendo que se pode chamuscar um pouco ao assumir no futuro o papel de bombeiro.

Restará saber-se as queimaduras futuras serão assaz graves ou não passarão de simples chamuscadelas. Salvar algo hoje pode não ser o mais importante. O mais importante é estar seguro de que se criam condições para a reconstrução do edifício. Ora, pelos vistos essas perspectivas são cada vez mais minguadas e as promessas não são muito acalentadoras, quer se repita ou não à saciedade, com obstinação, com teimosia, com desespero, que é preciso fazer uma aliança P. S.-P. C. Aceitando que essa seria a melhor solução para governar hoje política, económica e socialmente este País... o que resta se esses apelos não encontram eco? As migalhas que vão ser distribuídas para assegurar e institucionalizar a composição partidária do mapa político português, através das eleições para as autarquias locais ou os fortuitos conluios na Assembleia da República? Distribuir migalhas ou partilhar o naco, não do bolo, mas do pão... de centeio, eis a questão.

O P.R. DO PAU E DA CENOURA

Claro que a partilha da responsabilidade no Poder não é aceite pelas forças aparentemente indecisas ou que ajudaram a criar a indecisão. Mesmo que a parcimoniosa distribuição da sopa dos pobres querem garantias: que os pobres sintam que quem tem o Poder o detém para seu bem (seu deles). Que a arraia-miúda seja ordeira, que não faça distúrbios, nem perturbe a ordem da **res** pública. Porque a **res** pública é uma coisa e a **res** privada é outra. E como até agora não há um Presidente da **Res** privada em nenhum país do Mundo, far-se-ão os jogos privados (de gabinete, de conluios, de promessas, etc.) que depois se publicarão.

O Poder neste caso coloca-se acima de todos os conflitos sociais, de todas as fricções que irão inevitavelmente surgir e agudizar-se... e não encontrará resposta para elas senão através das maiúsculas do Interesse Nacional, da Nacionalidade, da Independência, da Liberdade e embora de maiúsculas se trate, já nem sequer servem para apaladar o caldo verde.

Uma das evoluções possíveis desta solução é de resvalar, na recusa de alianças entre as forças de esquerda, do papel do partido salvador, para o declive de grupo-salvador dentro do partido-salvador, para o homem-salvador, que aceita provisoriamente (sempre provisoriamente) salvar a Nação.

E de ser salvos estamos nós fartos!

O P. R. DA MOCA

Neste caso opta-se, não por uma oscilação pendular na vida política, mas pela resoluta determinação de eleger o Presidente da Repressão. Repressão que iria ser encetada de maneira adocicada, anestesiante, através de todos os especialistas que fugiram ou que se escondem (agora já nem isso) em vários postos administrativos. Seria o caminho da salvação das multinacionais e as funções presidenciais representariam a institucionalização da venda do património nacional a quem mais desse (naturalmente que sempre em nome da Nação, interesses nacionais, etc., etc.).

Pelas fracas possibilidades que tem de ser eleito um P. R. com estas características, não vale a pena gastarmos mais tempo a defini-lo. A não ser que um golpe de Estado... mas mesmo essa hipótese não teria viabilidade de concretização.

Pelo menos por agora!

Maria Lamas: um nome de cidadã consciente

Homenagem esta noite a Maria Lamas

. . Maria Lamas, grande figura de escritora e de cidadã, é hoje homenageada, pelo M. U. T. I., às 21 e 30, no Teatro Vasco Santana, «numa assembleia pública aberta a todos quantos sempre viram na autora de «As Mulheres do Meu País» um nome de oposição ao regime que nos massacrou durante quase meio século».

Várias organizações estarão presentes, como, por exemplo, a Associação Portuguesa de Escritores (de que presentemente é presidente a escritora Maria Velho da Costa); o M. D. M., etc.

A título individual estará presente o poeta José Gomes Ferreira, bem como Fernando Lopes-Graça. E outros escritores, outros intelectuais, outros homens e mulheres que nunca venderam o seu pensamento. Que sempre souberam dizer **não** às forças opressoras de Salazar e de Caetano.

Brasil na hora da dúvida

Continuação da pág. 3

rendimento, que deixa demasiados brasileiros «à margem» da civilização. Esta concentração, revelada pelo recenseamento de 1970, prosseguiu depois dessa data. Um professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, Eduardo Suplicy, demonstrou, por exemplo, que entre 1969 e 1975, se os baixos salários aumentaram 16 por cento em termos reais (muito menos do que a produtividade), os salários mais altos progrediram 63 por cento. Em 1969, um P. D. G. do Rio ou de São Paulo ganhava em média sessenta e cinco vezes mais que um trabalhador da construção civil. Em 1975, ganhava noventa vezes mais. Entre o rendimento de um chefe de empresa estrangeiro e o de um varredor, há uma diferença de 1 para 162...

A SOLIDÃO DO PODER

Enquanto a expansão pode ser assegurada, em parte, pelo crescimento das exportações, o regime pouco se preocupou em alargar o mercado interno. Este seria redescoberto pela crise. Hoje o Governo quer criar um «mercado de consumo de massa», melhorando o rendimento dos agricultores (40 por cento da população) e o dos assalariados. Mas o método seguido — paternalista e autoritário — parece votado ao fracasso. Num país que tem poucos camponeses mas demasiados trabalhadores agrícolas, é indispensável uma reforma agrária. Ora o regime recusa-se a encará-la. Ele deseja somente «capitalizar» a agricultura. A novidade consistirá pois, em parte, em transformar em empregados agrícolas aqueles que actualmente vivem de culturas de subsistência.

A mesma política é feita com os assalariados, que não terão liberdade de reivindicar, o que seria a maneira de reequilibrar as forças sociais. A única «audácia» do Governo consistiu, em 1975, em conceder aumentos salariais levemente superiores à taxa da inflação. Mas já o primeiro passo está compreendido pela subida dos preços contestada no princípio deste ano. Para refrear a inflação, o ministro das Finanças, Mário Henrique Simonsen, resolveu, com efeito, usar uma medicina clássica: a compressão da procura. A redistribuição do rendimento parece pois adiada para melhores dias.

Desejosa de reduzir o seu défice com o estrangeiro, Brasília faz apelo a capitais estrangeiros, o que aumenta a sua dívida, e toma medidas que encarecem os produtos importados, o que é fonte de inflação. Para conter a inflação, utiliza um método que pode conduzir a uma nova «desaceleração» da economia, e até a uma recessão. Alguns especialistas prevêem, de resto, que o Brasil não poderá conjurar nenhum dos males e que se encaminha docemente para a estagflação.

Juntando-se às pressões internas, as dificuldades económicas impediram o general Geisel de levar a bom porto o que parecia ser o seu projecto de Governo e que o seu principal conselheiro político, o general Golbery, tinha o costume de resumir do seguinte modo: o desenvolvimento do Brasil já não pode depender das elites. A abertura política é necessária à abertura social, isto é, à construção de uma sociedade homogénea e estável. Um Governo, para ser eficaz, não pode ficar solitário. É-lhe necessário obter uma certa «transparência» da opinião, dando de novo autenticidade ao Parlamento, à Imprensa, à Universidade e aos sindicatos.

Um tal projecto destina-va-se, evidentemente, a assegurar a viabilidade do regime, e não a mudá-la. Mas, para triunfar, era necessário que os meios de negócios saíssem do seu egoísmo e os militares das suas certezas. Em suma, seria necessária uma revolução. Ora, se muitos militares têm uma certeza, é porque o país não está «maduro» para a democracia. Eles decretaram que os seus compatriotas não estavam aptos para o exercício das liberdades, depois de lhes terem retirado tudo o que lhes permitiria tornarem-se cidadãos em parte inteira. O paradoxo não é novo mas é cansativo.

© *Le Monde*

Europa capitalista não abranda pressões sobre Portugal

As sociais-democracias, reunidas em torno da influência hegemónica dos E.U.A. na Europa continuam a exercer todo o tipo de pressões com vista a impedirem a formação de governos maioritários de esquerda nos países do Sul do continente. Portugal é especialmente alvo deste tipo de manobras, que passam por verdadeiras ingerências em assuntos internos de nações soberanas.

Depois de recentes acontecimentos no decurso da última reunião do Conselho da Europa em que o tom paternalista com que o nosso país foi referido não escondeu o desejo de fazer com que a política nacional passe a ser conduzida do estrangeiro, de acordo com os interesses do mundo capitalista, em Inglaterra surjem agora declarações do ex-primeiro-ministro e dirigente trabalhista nas quais ameaça com a destruição do desanuviamento, caso assuma concretização a formação de alianças entre socialistas e comunistas, nomeadamente em Portugal, Grécia, Itália, Espanha e até França.

«O condomínio social-comunista na Grécia, Itália, Espanha e Portugal prejudicaria a democracia não só na área em questão como ainda em toda a Europa, tirando valor ou talvez destruindo o desanuviamento», disse Harold Wilson numa conferência em Halifax, acrescentando que «a vigilância é o preço que se tem de pagar para a defesa da democracia contra a subversão de direita e de esquerda».

A tomada de posição pública de Harold Wilson, no que respeita a Portugal, deve inserir-se nas crescentes pressões que o imperialismo vem exercendo sobre formações partidárias portuguesas e sectores militares, no sentido de lograr a formação de um Governo de coligação P.S.-P.P.D., contrariando a vontade popular claramente expressa nas últimas eleições legislativas.

É significativa a posição do vice-presidente da Comissão dos países europeus não-membros do Conselho da Europa, assumida na reunião que acaba de decorrer em Estrasburgo. Gessner apoia claramente tal tipo de aliança, ao afirmar que «segundo a prática política ocidental uma coligação entre os dois principais partidos pareceria lógica». Para tal, as sociais-democracias europeias estariam mesmo, segundo se anuncia, dispostas a sacrificar a figura do dr. Sá Carneiro como secretário-geral do P.P.D., caso isso facilitasse uma coligação daquele tipo.

As preocupações de uma Europa que, mais do que estar connosco parece teimar em nos dirigir, erguem-se mesmo até à participação dos militares no processo iniciado em 25 de Abril de 1974, manifestando desde já o receio de uma excessiva colaboração do P.S. com elementos progressistas das F.A.

A este propósito, escreve o «Financial Times»:

. «Desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, os portugueses têm manifestado um génio peculiar para a ambiguidade nos seus acordos políticos», afirmava o jornal económico «Independente».

«Em teoria, o eleitorado podia ter decidido por eles (os militares) votando nas eleições gerais do mês passado por maioria absoluta num único partido, a fim de lhe dar mais de metade dos lugares na Assembleia Legislativa», dizia o jornal, «mas, em vez disso, o resultado foi uma distribuição de votos relativamente clássica».

O «Financial Times» declarava: «As eleições presidenciais do próximo mês decidirão se a ambiguidade da Constituição é inclinada a favor dos militares ou se pelo contrário, a posição da Assembleia será reforçada».

O «Financial Times» dizia que a Constituição torna difícil à Assembleia derrubar um Governo por votação, pelo que os socialistas talvez sobrevivessem sozinhos por um período de tempo considerável.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Dinheiro que vale ouro

O seu dinheiro pode mesmo valer ouro!
Por cada 5 Obrigações de 1.000$00, pode comprar uma Obrigação-Ouro de 500$00.
Estes 500$00 representam hoje, o preço médio de 3,819 gr. de ouro fino.
A Obrigação-Ouro tem a vida mínima de 2 anos. A máxima de 5. E rende um juro de 6% ao ano.
O Estado amortizará em cada ano um número fixo de Obrigações. A 1.ª amortização será feita em Maio de 1978. A última, em Maio de 1981.
Cada Obrigação-Ouro será paga pelo valor de 3,819 gramas de ouro fino. Valor calculado ao preço médio internacional de Londres.
E referido ao período anual que vai de Abril do ano anterior até Março do ano da amortização.
Assim, além do juro, se o ouro subir você ganha ainda mais. Porque receberá aquilo que valerem os 3,819 gramas de ouro fino.
Mas se o ouro descer, também não perde.
O Estado garante-lhe o mínimo de 500$00.
Exactamente o que subscreveu.
Como vê o seu dinheiro está absolutamente garantido.
E com outra vantagem: livre de impostos.
A partir de 10 de Maio e até 30 de Junho, compre Obrigações do Tesouro.
Consulte qualquer instituição de crédito.

pago ao valor do ouro

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Juros das obrigações do tesouro

	1°ANO	2°ANO	3°ANO	4°ANO	5°ANO	6°ANO	7°ANO	8°ANO
OBRIGAÇÕES DE 1000$00	10%	10%	11%	11%	12%	13%	14%	15%
OBRIGAÇÕES-OURO DE 500$00	6%	6%	6%	6%	6%	—	—	—

Nacional

Actualizado o Projecto do Alqueva

Antecipa-se a criação da albufeira do Degebe

A Comissão de Alqueva, criada por despacho do Primeiro-Ministro de 14 de Janeiro último para prestar uma informação prévia sobre a programação física e financeira daquele empreendimento de Alqueva, acaba de concluir o seu trabalho, havendo elaborado uma proposta previsional da programação e um projecto de Estatuto da Entidade que coordenará todas as acções a desencadear para a realização do Plano de Rega e Desenvolvimento do Alentejo, com base no aproveitamento dos recursos hidráulicos do Guadiana, no escalão de Alqueva.

A referida proposta previsional da programação **«fundamenta-se nos estudos já em tempo submetidos à aprovação do Governo e sobre os quais foi tomada a resolução acima referida. A evolução dos estudos realizados no prazo entretanto decorrido, aconselhou porém algumas remodelações de conteúdo, orientação ou pormenor nos elementos-base que enformaram o trabalho já apreciado pelo Governo, nomeadamente no que se refere às conclusões do estudo de optimização da programação das obras, elaboradas pela SOGREAH** (Societé Grenobloise d'Etudes et Aménagents Hydrauliques)», segundo sublinham os membros da Comissão de Alqueva.

No relatório da Comissão de Alqueva salienta-se ainda que se antecipou «a criação da albufeira do Degebe (Monte Novo), face à necessidade imperiosa de resolver a situação de emergência relacionada com o abastecimento de água às populações de Evora.

Por outro lado, o projecto da barragem de Alqueva foi actualizado no sentido de um mais racional aproveitamento das potencialidades naturais disponíveis e do acréscimo da valorização económica do empreendimento. Com efeito, essa actualização resulta num reforço substancial da capacidade de armazenamento da albufeira de Alqueva, com incidência directa na valia eléctrica do escalão e no grau de garantia do abastecimento de água à agricultura, à indústria e às populações.

Procedeu-se também a outros acertos de programação dos trabalhos e a simplificação do esquema, aconselhados pela evolução dos estudos já referidos, visando em especial a melhoria da operacionalidade do sistema e o aumento da respectiva rendibilidade económica.

Obtiveram-se, assim, sensíveis reduções dos custos globais que, em certa medida, vieram atenuar os agravamentos dos custos da construção civil e dos equipamentos, que entretanto se estimam na ordem dos 20 por cento a 25 por cento.

Neste trabalho, para além da programação global, física e financeira do Plano, julga-se oportuno apresentar também o tratamento mais pormenorizado do programa de trabalhos para 1976/77 e respectiva previsão orçamental.

O plano de execução dos diferentes componentes do empreendimento, no período de 21 anos estendido de 1976 a 1996. No período inicial de sete anos, prevê-se a execução das infra-estruturas principais — barragem de Alqueva, estação elevatória e grandes canais adutores do Guadiana ao Roxo — passando-se depois ao equipamento dos blocos de rega e à construção das infra-estruturas associadas enquanto se completam os trabalhos de montagem da primeira fase da central hidroeléctrica.

O lançamento da exploração do primeiro grupo da estação elevatória de Alqueva fica previsto para 1983, alimentando prioritariamente o pólo industrial de Sines e a rega das áreas complementares dos blocos de Odivelas e Roxo, cujo equipamento está previsto para o período 1980/83.

No período 1983 a 1986 o equipamento dos blocos de rega está programado ao ritmo médio de 8500 por ano. Embora se considere perfeitamente viável a intensificação deste ritmo e o encurtamento do prazo de execução do Plano, não se julga oportuno propor qualquer alteração nesse sentido sem o conhecimento mais perfeito do comportamento dos regadios num futuro próximo e no contexto da reestruturação da agricultura alentejana.

O investimento global está estimado em $14\,861 \times 10^3$ contos, distribuídos por um período de 21 anos, a que corresponde um valor actualizado e reportado ao ano corrente, considerado como o de arranque do Plano, de 7222×10^3 contos, à taxa anual de 10%.(1)

. Re ativamente à estimativa do custo constante do trabalho que serviu de base à decisão governamental sobre a realização do empreendimento de Alqueva, registou-se um agravamento de custo global da ordem dos 14 por cento. Este valor, se por um lado integra as parcelas correspondentes ao aumento geral de custos e à remodelação do projecto do escalão de Alqueva, por outro lado vem deduzido das economias determinadas pelas actualizações de programa e simplificações de esquema atrás apontados, e ainda dos encargos financeiros que, naquele estudo, foram previstos para a participação da CPE no investimento global do escalão de Alqueva.

As infra-estruturas hidráulicas básicas constituem a principal parcela do investimento global, atingindo a ordem dos 8800×10^3 contos, ou seja 58 por cento. Ao equipamento dos blocos de rega e construção de infra-estruturas complementares está atribuída uma verba de cerca de 5200×10^3 contos, ou seja, 35 por cento do investimento global. Os estudos e projectos representam um encargo estimado em 5 por cento e os gastos gerais e de gestão do Gabinete foram avaliados em 2 por cento do orçamento global.

A distribuição anual dos investimentos é assimétrica, caracterizando-se em valores relativamente baixos nos três primeiros anos e por um crescimento mais acentuado desde 1979 a 1981, ano em que se atinge o máximo anual de 1753×10^3 contos, quando o investimento acumulado representa 30,7 por cento do valor global.

Em 1982 o investimento anual mantém-se ao nível do ano anterior caíndo depois gradualmente para valores mais baixos até atingir o montante de 1003×10^3 contos em 1985, ano em que o investimento acumulado, expresso em percentagem do total, é de 64,8 por cento.

No período de 1986 a 1990 o investimento médio anual é da ordem dos 665×10^3 contos e no período subsequente de 1991 a 1993 situa-se ao nível de 460×10^3 contos por ano.

No período final de três anos (1994 a 1996) o investimento anual não atinge 200×10^3 contos.

No diagrama de barras n.º 2 faz-se a pormenorização da programação física dos trabalhos a realizar no período 1976/77. Discriminam-se os principais estudos a elaborar, distinguem-se os projectos a executar e enumeram-se os principais elementos de obra a construir, quer no contexto do escalão de Alqueva quer no âmbito dos problemas imediatos ao abastecimento de água às populações de Évora, através da albufeira do Degebe (Monte Novo).

A programação financeira correspondente ao Plano de Trabalhos para 1976/77 apresenta-se no quadro n.º 3 e está detalhada trimestralmente. O investimento global previsto em 1976 é de 137 200 contos com a seguinte distribuição:

. Tal como se refere em anotações ao mesmo quadro, parte dos investimentos a realizar em 1976 estão já cobertos por dotações inscritas no orçamento para 1976 da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, num montante de 51 000 contos, com a seguinte utilização:

. Relativamente à parte residual do investimento previsto para 1976, que se cifra em 86.200 contos, poderá ser coberta em grande parte por verbas do orçamento para 1976 da Companhia Portuguesa de Electricidade.

O investimento previsto para 1977 é de 213 300 contos com a seguinte distribuição:

(1) Recorda-se que, no estudo anterior este valor era de 6601 x 10^3 contos.

Estudos		9.066 contos
Projectos		38.300 contos
Obras		
Alqueva	67.900 contos	
Degebe	19.584 contos	87.484 contos
Gestão e encargos gerais do Gabinete		2.350 contos
Total		137.200 contos

Estudos e Projectos:		
Estudos	9.066 contos	
Projecto do canal Alqueva-Alvito	8.000 contos	
Projecto do canal Alvito-Roxo	6.000	23.066 contos
Obras		
Obras		
Barragem de Degebe (Monte Novo)	19.584 contos	
Comparticipação nos acessos à Barragem de Alqueva	6.000 contos	25.584 contos
Gestão e Encargos Gerais do Gabinete		2.350 contos
Total		51.000 contos

Estudos		12.000 contos
Projectos		29.500 contos
Obras		
Alqueva	133.800 contos	
Degebe	30.000 contos	163.800 contos
Gestão e encargos Gerais do Gabinete		8.000 contos
	Total	213.300 contos

Estatutos do Plano de Rega do Alentejo

. A Comissão de Alqueva encarregada de propor um projecto de estudo da entidade que coordenará todas as acções a desencadear para a realização do Plano de Rega e Desenvolvimento do Alentejo concluiu já a sua missão. No **projecto de Estatuto elaborado** «definem-se objectivamente as atribuições e âmbito de actuações da entidade, que se binete do Plano de Rega e Desenvolvimento do Alentejo.

Cometem-se a este Gabinete, para além da criação das infra-estruturas hidráulicas e electromecânicas necessárias ao desenvolvimento hidroagrícola regional e ao racional aproveitamento e gestão mais administrativa e financeira sos hídricos disponíveis, as acções necessárias ao desenvolvimento integrado da região, baseadas no correcto aproveitamento de todas as suas potencialidades.

A zona da actuação directa do Gabinete abrange, em princípio, os concelhos de Aljustrel, Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura, Serpa e Vidigueira do distrito de Beja; Alandroal, Arraiolos, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo, do distrito de Évora; Avis, Elvas, Fronteira e Sousel, do distrito de Portalegre; Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém do distrito de Setúbal.

O Gabinete é dotado de personalidade jurídica e autonomia adminstrativa e financeira e é responsável perante o Primeiro-Ministro pela conveniente execução, em tempo e em eficácia, de todas as atribuições que lhe são cometidas.

São órgãos fundamentais da entidade, o Conselho Geral, o Conselho Consultivo e a Direcção do Plano.

O Conselho Geral constitui um órgão que assegura o enquadramento das acções do gabinete no contexto geral do desenvolvimento socio-económico da região e do País. Reúne representantes da administração pública e das organizações socio-profissionais, nacionais e regionais, mais directamente interessadas na realização do plano, competindo-lhe apreciar e deliberar em especial sobre os planos plurianuais de desenvolvimento e respectivos programas anuais de trabalho.

O Conselho Consultivo é um órgão de carácter eminentemente técnico, composto por profissionais de reconhecia competência nas matérias abrangidas pelo plano, competindo-lhes elaborar estudos e pareceres.

Na Direcção do Plano incluem-se o Director do Plano, que é coadjuvado por um subdirector, e os serviços. Definem-se as atribuições do Director do Plano, que é o responsável, perante o Primeiro-Ministro, pelas actuações do Gabinete. No que se refere à estruturação dos serviços, remete-se o assunto para regulamento e elaborar, em tempo, pelo Director do Plano, a designar pelo Governo.

Julga-se que esta orientação é a mais adequada e garante a máxima liberdade e maleabilidade de uns serviços que necessariamente terão uma composição variável no tempo, sempre condicionada pelas necessidades e exigências do harmónico desenvolvimento de todo o esquema de actuação do Gabinete.

Continua na pág. 7

PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 1976/77

(Valores em Contos)

DESIGNAÇÃO	Ano de 1976				Ano de 1977				
	Abr./Jun.	Jul./Set.	Out./Dez.	TOTAL	Jan./Mar.	Abr./Jun.	Jul./Set.	Out./Dez.	TOTAL
b) Barragem	-	5 000	10 584	15 584	6 500	6 500	6 500	6 500	26 000
SUB-TOTAL	-	7 000	12 584	19 584 (1)	9 600	10 600	7 600	7 600	30 000
4 - GESTÃO E ENCARGOS GERAIS DO GABINETE	300	700	1 350	2 350 (1)	2 000	2 000	2 000	2 000	8 000
T O T A I S	32 700	46 600	57 900	137 200	53 225	52 725	47 975	46 775	213 300

(1) Estas verbas estão incluídas no "Orçamento para 1976" da D.G.R.A.H. com a seguinte discriminação:

Estudos e Projectos - Empreendimento de Alqueva ..... 25 416 contos (9 066 + 8 000 + 6 000 + 2 350)

Obras - Barragem do Degebe (Monte Novo) ..... 19 584 contos

(2) Nestas verbas incluem-se os encargos já suportados pela CPE até 1/Abr./1976, num montante de 13 400 contos.

(3) No "Orçamento para 1976" da D.G.R.A.H. está incluída uma verba de 6 000 contos para comparticipação nos custos dos acessos à barragem de Alqueva.

Em ARGANIL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na COMARCA DE ARGANIL Rua Oliveira Matos-Praça Simões Dias

Junta dos Açores critica Estatuto de Autonomia

«Consideramos claramente insatisfatórias algumas das alterações ao texto elaborado pela Comissão de Análise» — diz a Junta Regional dos Açores num comunicado emitido este fim-de-semana em Ponta Delgada, na sequência de uma reunião convocada pelo general Altino de Magalhães especialmente para tratar dos problemas relativos ao estatuto de autonomia dos Açores. O comunicado da Junta divulga o estado em que se encontra o processo de elaboração do estatuto de autonomia do arquipélago, realçando os aspectos que considera positivos, e apontando para os outros. Estes: «As alterações efectuadas não signficam que o texto do estatuto corresponda, ponto por ponto, ao da comissão de análise». Todavia, a Junta pede a atenção para dois aspectos essenciais: 1 — «O texto da comissão de análise, sobretudo na parte económica e financeira, não era substancialmente diferente do que vem na Constituição Política: desenvolvia alguns pontos em termos práticos, mas não conferia nenhum direito que não esteja na Constituição»; 2 — «Os pontos que estão na Constituição são inaceitáveis».

O texto enuncia estes pontos que considera «inaceitáveis».

. 1 — «O poder de fazer leis, chamados decretos regionais, sobre assuntos de interesse essencial para a nossa região. Este direito não foi afectado».; 2 — «O poder de, como princípio, regulamentar as leis gerais e os próprios decretos regionais. Este direito não foi afectado».

3 — «O poder de apresentar propostas de lei à Assembleia da República, poder que antigamente apenas era privilégio dos deputados ou do Governo. Este direito não foi afectado».

4 — «Os poderes executivos próprios, de administrar e dispor do seu património e celebrar actos e contratos em que tenham interesse. Estes poderes não vinham regulamentados no texto da comissão de análise e, até por isso, não foram afectados».

5 — «O poder de dispor de todas e quaisquer receitas fiscais cobradas na região. Este poder também não vinha regulamentado no texto da comissão de análise. Mantém-se intacto e o seu exercício depende apenas de uma lei que não tem cabimento no estatuto provisório e que deverá alterar o orçamento geral do Estado, atingido por uma medida desta natureza».

6 — «O poder de orientar as autarquias locais, de superintender em serviços e empresas nacionalizadas que exerçam a sua actividade exclusivamente na região e mesmo em outros casos. Era mais um poder que o texto da comissão de análise não regulamentava e que se mantém intacto e que à Assembleia Regional competiria explicar e definir».

7 — «O poder de planificação económica regional e de participação no plano económico nacional mantém-se dentro dos limites constitucionais».

8 — «O poder de participar na definição e execução de políticas fiscal, monetária e cambial. Este poder também não vinha regulamentado no texto da comissão de análise, que se limitava a enunciar o seu conceito por outras palavras».

9 — «Mantém-se intacto com todo o seu conteúdo, que é vastíssimo e que no futuro órgãos regionais, por via de en-órgãos regionai, por via de entendimento com os nacionais, tão depressa se ultimem os necessários estudos, infelizmente ainda não realizados. Um desses estudos que certamente não deixaremos de fazer com urgência na região, diz respeito à determinação exacta da balança de pagamentos regional. Posso acrescentar que sem um estudo desta natureza é inteiramente prematuro falar-se em moeda regional. Em contrapartida, se um estudo destes revelar uma balança favorável, à região, uma nova solução monetária pode até impor-se para benefício regional e mesmo nacional».

10 — «O poder de controlo regional dos meios de pagamento, também se mantém. O texto da comissão de análise não regulamentava o seu exercício, o qual faz parte naturalmente da execução da política monetária e cambial em que a região participará tão depressa tenha os seus órgãos constituídos».

11 — «Finalmente, o poder de participação nos tratados que digam respeito à revisão, bem como de benefícios das respectivas vantagens, também se mantém. Era outro poder não regulamentado no texto da comissão de análise e cujo exercício inteiramente assegurado dependerá de coesão. da capacidade e do interesse dos futuros órgãos regionais. Interessa que todos saibam que estes acordos tanto respeitam às ilhas como ao mar territorial e à zona marítima de domínio económico a ele contíguo que venha a ser intencionalmente definido».

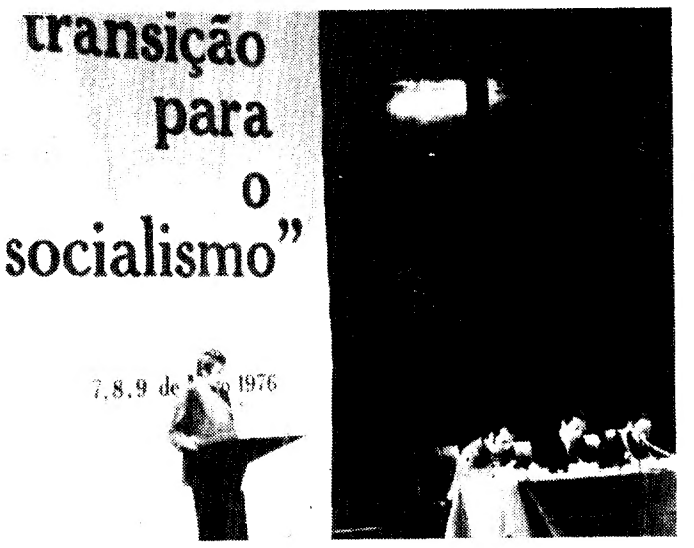
Onde se fala na primeira pessoa, fala, evidentemente, o general Altino de Magalhães, presidente da Junta Regional dos Açores.

Como se sabe, o Estatuto de Autonomia foi aprovado recentemente em plenário do Conselho de Ministros, depois em reunião do Conselho da Revolução, faltando apenas promulgação do Presidente da República para ser publicado no «Diário da República».

SOUSA MENESES: OPINIÃO

«A autonomia tem de se começar a construir desde já, mas com vontade de a construir na sua eficácia, na sua eficiência, na estrutura dos seus órgãos, na responsabilidade das pessoas» — afirmou o brigadeiro Sousa Meneses numa entrevista concedida ao matutino «Açores», falando acerca do Estatuto de Autonomia do arquipélago.

O brigadeiro Sousa Meneses não adianta grandes considerações acerca do Estatuto. Em todo o caso, «ficou-me a impressão de que, em três ou quatro pontos fundamentais — diz o Governo compreendeu as razões por que eles não deviam ser alterados».



Um flagrante do colóquio da Reitoria

COLÓQUIO DA INTERVENÇÃO SOCIALISTA

Unidade das massas é ponto decisivo

. Com uma alocução de Jorge Sampaio, terminou ontem, na Reitoria da Universidade de Lisboa, o colóquio organizado pelo Grupo de Intervenção Socialista, subordinadas ao tema «Transição para o Socialismo na Área Mediterrânica».

O presidente da Comissão Directiva do GIS, afirmou, ao fazer o balanço do colóquio, que foram atingidos os objectivos pretendidos pelos promotores — lançar as pistas para uma discussão sobre as alternativas abertas na área do Mediterrâneo sobre a transição para o socialismo, fazendo a pesquisa, em conjunto, das coincidências e das divergências das várias forças que se reclamam do socialismo.

Jorge Sampaio salientou ainda que a inegável conclusão que se pode tirar da iniciativa do GIS que se pretende tenha continuidade com outras do mesmo género, é a da necessidade, para qualquer processo de transição, da unidade das massas trabalhadoras, «ponto decisivo para o arranque da luta para o socialismo».

O dirigente do GIS e ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, terminou a sua alocução afirmando: «O encontro tem de ser repetido, na perspectiva de uma pesquisa inserida na luta de libertação pelo poder dos trabalhadores, ou pelos trabalhadores no Poder».

Durante a tarde e a manhã de ontem a Aula Magna da Reitoria foi palco de comunicações subordinados ao tema «Poder Político e Transição para o Socialismo», durante a qual se salientaram as proferidas pelos leaders do P. S. e do P. C. P. presentes, respectivamente Carlos Lage,e Aboim Inglês.

O primeiro referiu como objectivo do seu Partido, construir o poder democrático dos trabalhadores através da articulação da democracia parlamentar e da democracia de base, tendo ainda afirmado que a manutenção de um bloco social de apoio à Revolução não pode levar à união P. S.-P. C. P., que conduziria à fractura daquele bloco, devendo o P. S. manter a sua própria autonomia. Explicitou ainda que, do ponto de vista do P. S., a transição para o socialismo deve ser encarada como um projecto a longo prazo, por etapas.

Aboim Inglês abordou também, mas numa perspectiva diferente, a unidade P. S.-P. C. P., tendo afirmado: «É essencial continuar a luta pela unidade de esquerda, por um Governo de esquerda, com socialistas e comunistas», baseado segundo afirmou na plataforma política e programática que a Constituição actualmente é.

Durante os debates de ontem, que aliás como os restantes, não atingiram a profundidade qua a importância do tema justificava e a qualidade das pessoas presentes impunha, dado que a maior parte do tempo perdeu-se na leitura de longas comunicações em vez de ser aproveitado no debate entre as diversas teses apresentadas, durante os debates de ontem dizíamos, falaram ainda Vitor Wengorovius, do Comité Central do MES, Rossana Rossanda do P.D.U.P. — II Manifesto, Luciano Gruppi do P. C. I. e Michel Raptis do PASOK grego. Estas intervenções debruçaram-se também sobre o tema proposto «Poder Político e Transição para o Socialismo», tendo as diversas teses sido sintetizadas por Joaquim Mestre, que presidiu aos trabalhos, quando analisou os três modelos propostos: o social-democrata, que se limita à conquista duma maioria parlamentar, o dos partidos comunistas, centrado no fortalecimento dum partido e o dos conselhos, baseado no papel actuante e autónomo das massas populares.

Durante todo o dia de sabado foi analisado «O papel da Informação e Cultura na Transição para o Socialismo» e ainda um outro tema, «A Economia e a Transição para o Socialismo».

No primeiro apresentaram comunicações Manuel Gusmão, Nuno de Bragança, Maria Alzira Seixo, Maria Velho da Costa, Mário Vieira de Carvalho, Sena da Silva e Robin Fior, e sobre os problemas específicos da Informação José Carlos Megre, Nuno Teixeira Neves, Rossana Rossanda e João Paulo Guerra.

Sobre os temas económicos ouviram-se intervenções de Vítor Guerra, Mendes Correia, Macaísta Malheiros, Isidoro Boix, Manuel Salgado, Stuart Holland e Trigo de Abreu.

Ontem, antes da sessão de encerramento, foi aprovada por aclamação, uma moção em que os presentes protestavam contra a actual situação em Espanha, sem liberdades e sem democracia, exigiam a libertação dos presos políticos e a criação de condições para o regresso dos exilados e saudavam o movimento popular do Estado espanhol, a Coordenação Democrática e os esforços de unidade desenvolvidos pelas diversas organizações das diversas nacionalidades, do Estado Espanhol.

"Marcha silenciosa" amanhã?

. PONTA DELGADA, 10 — Angra do Heroísmo e esta cidade poderão ser amanhã palco de manifestações de protesto contra as alterações introduzidas pelo Governo ao projecto de autonomia dos Açores. Isto, se os promotores das mesmas, que parecem actuar simultaneamente, não cancelarem aquelas jornadas, sobretudo depois da intervenção do general Altino de Magalhães, que ontem, através da Televisão açoriana, afirmava não subsistirem razões que iustificassem os dois cortejos de protesto. A Junta Regional aceita a nova redacção do estatuto. Usando da palavra em nome da Junta, Altino de Magalhães salientou que os pontos fundamentais para o Estatuto Provisório estavam assegurados, e que o regime autónomo acordado era «o mais amplo e profundo que alguma vez foi atribuido a qualquer região portuguesa». Disse ainda: «Está completamente aberta a construção de uma sociedade nova. Isso não se vai fazer com tumultos, manipulação das populações, disputas divisionismos partidários e, muito menos, com divisionismos a nível nacional».

A manifestação de Ponta Delgada, se efectivamente se vier a realizar, será acompanhada, em princípio, do encerramento de todos os estabelecimentos comerciais da cidade. O cortejo é anunciado como «silencioso e apolítico», mas alguns dos seus promotores usam emblemas do C.D.S. e outros. Um dos seus elementos é o conhecido antigo dirigente do M.A.P.A. (movimento já extinto), eng. Costa Matos, presidente da Câmara do Comércio do arquipélago.

Entretanto, o tenente-coronel Lopes Pires, do Fundo de Fomento de Habitação, anunciou em Ponta Delgada que aos Açores tinham sido atribuidos 119 247 contos para trabalhos imediatos no campo da habitação e o saneamento,

Estatutos do Plano de Rega do Alentejo

Continuação da pág. 6

O Plano de Rega e Desenvolvimento do Alentejo é uma iniciativa da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos secundada pelos Departamentos da Agricultura e pela Companhia Portuguesa de Electricidade, no quadro de um aproveitamento racional de fins múltiplos dos recursos naturais disponíveis no guadiana, em Alqueva. É assim que todos os estudos, projectos e actuação preliminares, bem como a organização de acções a desenvolver num futuro imediato (lançamento das obras das infra-estruturas hidraúulicas a criar no Guadiana, arranque dos estudos básicos de índole agronómica e socio-economica, fixação dos traçados definitivos dos circuitos hidráulicos, etc.) se têm processado no âmbito das actividades da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos em íntima colaboração com os serviços técnicos da Companhia Portuguesa de Electricidade.

Nestas condições pode afirmar-se que se dispõe desde já, na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, de um embrião dos serviços a constituir no âmbito da Direcção do Plano, que é uma realidade operacional que convirá utilizar no sentido do mais rápido e eficaz lançamento do funcionamento daqueles serviços e, eventualmente, como próprio suporte da sua evolução estrutural.

Não se julga aconselhável que estes serviços disponham de uma orgânica pesada, antes pelo contrário, maleável e capaz de responder com presteza e eficácia às sucessivas e diversificadas solicitações de um plano de desenvolvimento hidroagrícola que a todos nós galvaniza, pela sua importância regional e nacional, mas que ao mesmo tempo representa um desafio à nossa capacidade de o levar a bom termo.»

. A comissão de Alqueva tem a seguinte composição: Pelo Ministério das Obras Públicas, Joaquim Fernando Faria Ferreira, presidente; António Miguel Cavaco, secretário; António Lousada dos Santos, secretário.

Pelo Ministério das Finanças: Sebastião José de Carvalho.

Pelo Ministério da Indústria e Tecnologia: José Freire Rola Pereira.

Pelo Ministério da Agricultura e Pescas: Fernando Direitinho.

Independentistas da Madeira legalizados!

A organização política recentemente formada na Madeira sob a sigla APAM, a que nos temos referido noticiando também as acusações que geralmente lhe têm sido feitas de estar ligada à FLAMA, movimento clandestino separatista, viu os seus estatutos, após registo notarial, legalizados através de publicação no «Diário da República», n.º 107, III Série.

Dirigentes da APAM tiveram contactos com personalidades açorianas que advogam a independência, unida ou separada, dos dois arquipelagos, facto que tem sido interpretado como uma possível «legalização» da união FLAMA$FLA.

No artigo 1.º dos estatutos, a APAM considera que «constitui a reunião política de todas as pessoas que desejam lutar pela efectiva realização de um futuro de paz, progresso, independência e justiça social para todos os madeirenses».

AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO, S. A. R. L.

BALANÇO GERAL EM 31/12/975

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a honra de submeter à vossa aprovação o relatório e contas referentes ao exercício de 1975.

A empresa foi gerida em 1975, em condições precárias, umas derivadas de dificuldades próprias em que avulta a sua descapitalização, outras pela instabilidade de uma economia que não encontrou ainda o rumo certo para o equilíbrio do binário produção/custos.

No caso da nossa empresa, à falta de fundos de maneio juntava-se um insuficiente apetrechamento técnico capaz de superar a inevitável subida de salários e outros custos.

Também a destruição de 50 % do Posto de Abastecimento da Rotunda da Encarnação, que não teve, nem podia ter, resposta imediata na construção de novo Posto, não pôde por isso superar as dificuldades naturais da actual conjuntura nacional.

Foi, pois, dirigida a actuação da administração nos pontos capitais seguintes:

1 — Impedir, de vez, a constante saída de capitais para fins de interesse meramente particular;
2 — Apetrechar a empresa de modo a permitir o aumento de rendibilidade das secções;
3 — Actuar, com persistência, junto dos sectores de produção deficitária.

A análise geral das contas de Resultados permite dizer que aqueles objectivos foram alcançados na sua quase totalidade, o que justifica sentirmo-nos satisfeitos pela nossa actuação, considerando que:

a) — Suportou-se um aumento de 4.000 contos para a carga salarial;
b) — Geriu-se a empresa em permanante défice financeiro;
c) — Não ter sido possível, por razões da actual conjuntura nacional, continuar a manter o nível de resultados do Departamento de Máquinas;
d) — Só no fim do ano se contou com o funcionamento, mesmo parcial, do Novo Posto da Rotunda da Encarnação;
e) — A oficina de reparação de automóveis funcionou em precárias condições, por se encontrar em remodelação;
f) — As viaturas sofreram aumentos consideráveis nos P.V.P.;
g) — O resultado final, negativo em 1974 — 1.202.910$75, passou positivo — 216.300$87.

Nestas condições:

1 — Que aproveis as Contas, Relatórios, Inventário e Balanço referentes ao exercício de 1975;
2 — Que o saldo do exercício, Esc. 216.300$87 seja mantido em conta, para amortização dos prejuízos anteriores.

A todos os que no ano findo trabalharam para a Auto Monumental do Areeiro, apresentamos as nossas melhores saudações.

Lisboa, 9 de Março de 1976.

a) **João Simões Pereira** — Presidente
Manuel Maria da Silva — Administrador
Sebastião Ribeiro — Administrador
António Pedro Hilário Moura — Administrador

ACTIVO

DISPONÍVEL			
Bancos	1 707 739$71		
Caixa	2 241$50	1 709 981$21	
REALIZÁVEL			
Valores a facturar	15 866$54		
Devedores c/ adiantamentos	183 379$60		
Cobrança de caixa	718 027$30		
Bancos c/ cobrança	1 804 690$60		
Clientes	5.418 293$50		
Fornecedores	486 994$10		
Letras a receber	1.599 048$75	10 226 300$39	
CONDICIONADO			
Devedores especiais		30 371 140$83	
PERMUTÁVEL			
Existências — Sede	2 777 560$13		
» — Filial	2 945 454$15		
» — (custos em apuro)	32 647$00	5 755 661$30	48 063 083$71
IMOBILIZADO			
Devedores duvidosos		3 507 211$10	
Viaturas de serviço		549 430$30	
Máquinas e ferramentas		2 631 449$30	
Móveis e utensílios		1 044 520$30	
Instalações — Sede		1 227 961$80	
» — Filial		19 044 080$40	28 004 653$20
COMPENSADO			
Existências consignadas		1 969 880$85	
Devedores por avales e aceites		9 933 656$90	11 903 437$75
LUCROS E PERDAS			
Saldo dos exercícios	18 857 896$20		
			2 938 736$04
			90 909 910$70

PASSIVO

EXIGÍVEL (curto e médio prazo)			
Clientes	1 887 716$20		
Fornecedores	3 712 624$76		
Despesas a pagar	523 364$70		
Empréstimos caucionados	2 597 772$55		
Letras a pagar	4 713 759$00		
Credores especiais	18 857 896$20	32 293 133$41	
EXIGÍVEL (longo prazo)			
Cauções	16 000$00		
Fornecedores	19 095 679$00		
Credores especiais	1 164 000$00	20 275 679$00	52 568 812$41
SITUAÇÃO LÍQUIDA PRÓPRIA			
Capital		5 000 000$00	
Fundo reserva legal		276 838$10	
Fundo reserva livre		4 445 495$74	9 722 333$84
CONDICIONADA (Rectificada)			
Provisões		981 757$95	
Reintegrações e amortizações...		15 733 568$75	16 715 326$70
COMPENSADO			
Credores c/ consignação		1 969 880$85	
Credores p/ títulos endossados e avales		9 933 656$90	11 903 437$75
			90 909 910$70

DECOMPOSIÇÃO DA CONTA RESULTADOS DO EXERCÍCIO EM 31/12/75

	DÉBITO	CRÉDITO
DESPESAS-DEPARTAMENTOS	17.374.390$30	—$—
DESPESAS-REPARTIÇÃO (Excesso)	—$—	11.000$60
JUROS E DESCONTOS	1.394.739$50	—$—
CONTRIBUIÇÕES, IMPOSTOS, TAXAS...	151.299$00	—$—
REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2.284.111$15	—$—
RENDIMENTOS DIVERSOS	—$—	1.280.050$87
VENDAS SERVIÇOS PREST.	—$—	180.663.245$30
CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS	160.443.079$25	—$—
MAIS VALIAS	—$—	260.344$40
PROVISÕES	350.721$10	—$—
SALDO DO EXERCÍCIO	216.300$87	—$—
	181.998.340$30	181.998.340$30

O Técnico de Contas
Manuel Maria da Silva

O Presidente do Conselho de Administração
João Simões Pereira

ASSINARAM O BALANÇO

João Simões Pereira — Presidente do Conselho de Administração
Sebastião Ribeiro — Administrador
António Pedro Hilário Moura — Administrador
Manuel Maria da Silva — Técnico de Contas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

É submetido à v/apreciação o relatório, o balanço e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

Nos termos da lei e das prescrições do pacto social e no desempenho das n/funções, examinámos atentamente aqueles documentos, e pudemos contar com a colaboração do Chefe da Contabilidade que prontamente esclareceu as questões que apresentámos.

Verificámos que no apuramento dos resultados foram seguidos os mesmos critérios dos anos anteriores, designadamente no que diz respeito à valorimetria das existências.

Nestes termos, somos de parecer:

Que devem ser aprovados o relatório, o balanço e as contas do exercício em apreciação;

Que aos resultados apurados seja dada a aplicação proposta no relatório da Administração.

Lisboa, 19 de Abril de 1976.

O Conselho Fiscal

José Antunes Neto
Vogal

Nacional

Nos bastidores do pescado

Lagostins que sobem 500$00 em trezentos metros...

Texto de MANUEL GERALDO
Fotos de RUI PACHECO

Quando o sol se libertava do cerco envolvente das nuvens baixas, a baía de Cascais tomava por momentos um ar primaveril. E as vendedeiras de peixe faziam ecoar na lota os seus pregões estridentes. «Há lagostins a cem escudos o quilo!», escutámos nitidamente. vieram outros preços, outras variedades de pescado. Mas os lagostins a cem o quilo ficaram-nos gravados na mente. E, tudo porque, minutos antes, uma cervejaria vulgar, a trezentos metros da praia, mariscos gémeos (da mesma caixa, quase iriamos jurar) estavam marcados a seiscentos.

. Se o «fenómeno» tivesse acontecido, por exemplo, na «Solmar», talvez nos fossem apresentados tais argumentos. Para além do luxo, do direito de admissão, etc. E como ainda vivemos em sociedade dita de consumo. Mal, mas teríamos de engolir em seco e encaixar. Agora naquela cervejaria modesta. A trezentos metros da lota, a quatrocentos dos barcos, onda ainda se enxergava a azáfama dos pescadores e se escutavam os pregões das varinas. Era (e foi) mesmo de um qualquer se «despistar» e lançar mão de

Logo que o peixe chega a terra, armazenistas e intermediários são os donos do seu destino. E dos aumentos sucessivos que diariamente atingem o consumidor. O pescador encontra-se arredado deste circuito infernal. E é o que menos beneficia

Onde a justificação para tão brutal aumento ? Nem o recurso ao transporte, ao intermediário, à gasolina, ao gasóleo, aos impostos, à mão-de-obra mais cara, poderiam ser ali lançados aos olhos do freguês boquiaberto. Apenas uma palavra a situar: especulação. E da grossa!

palavras ou expressões proibidas.

A PARTE DE LEÃO E AS «ESPINHAS»

E, em Cascais, via lagostins, nos situámos na escandalosa especulação que sofre o pescado desde a sua saída das traineiras e arrastões até às bancas dos mercados e balcões de restaurantes e cervejarias. E se os preços são elevados nas zonas cosmopolitas, onde o poder de compra é superior, nas regiões do interior, de possibilidades económicas muito mais baixas, chega a atingir valores incomportáveis para a maioria da população.

E quem lucra com esta inflação galopante? O pescador? Oiçamos Manuel «Lepra», marítimo de Sesimbra: — *A gente. Nem pensar nisso é bom! Pois venda-se o peixe nas lotas ou nos mercados a preços altos ou baixos a nossa percentagem pouco varia. Mais escudo menos escudo, o que pagam na lota pouco se tem alterado nos útlimos tempos. Isso de lucros é para os intermediários que são os montões e que seguem no rasto do peixe desde o porto de desembarque até ao bilharico do Mundo. Esses é que são os tubarões!*

. Um pormenor que muita gente desconhece é a forma como são pagos os pescadores. Trabalhadores sem ordenado eles limitam-se a receber à percentagem. Forma moderna de escravatura. Estratégia sofisticada de obrigá-los a labutar mais, sempre mais. Mesmo doentes. Pois se não seguem para o mar não ganham. E em casa (vulgo barracas) encontram-se quase sempre muitos filhos a esperar pela broa e pelas sardinhas ou chicharros. Que as redes ou linhas «roubam» ao mar em noites de sobressalto e fadiga.

De cada pescaria. o pescador recebe apenas uma décima parte. Ao mestre cabem duas e ao proprietário da embarcação sete. Mas, onde se lê pescador, deve ler-se dezassete ou vinte pescadores, número, que, por norma, integra a tripulação de uma traineira vulgar.

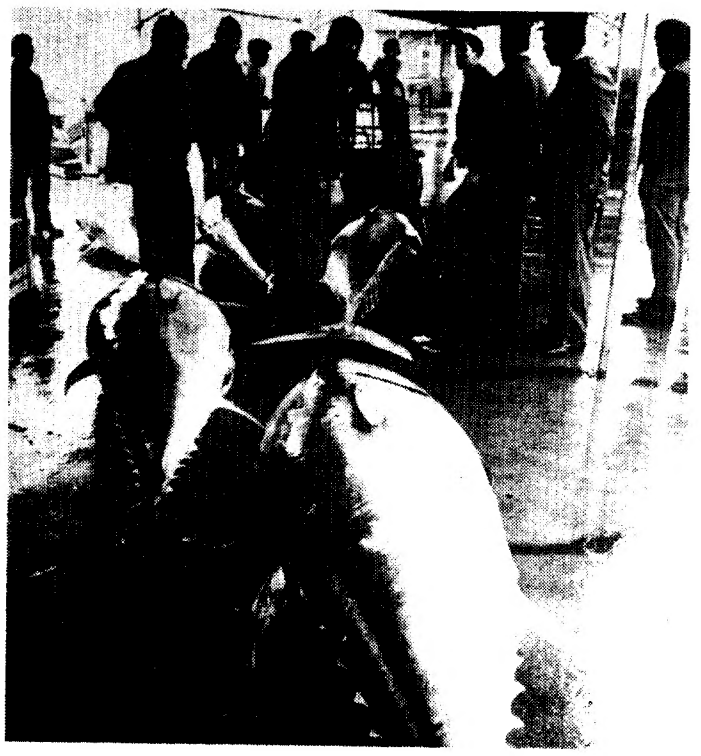
— *Mas atente bem que quase sempre o mestre é também o dono do barco* — esclarece-nos Manuel «Lepra» — *Por isso é ele quem acaba por arrecadar a parte de leão e à gente cabem os ossos.*

Pelo que conseguimos apurar, os proprietários de grande número de traineiras e arrastões, em actividade na costa portuguesa, eram homens da confiança de Tenreiro e outros «bosses» menos conhecidos. Que para os terem na mão lhes conseguiam facilidades na sua aquisição. De forma a funcionarem como autênticos «maiorais» dos seus camaradas. Denunciando os mais reivindicativos. Situação que, em certos aspectos, ainda se mantém quase inalterável. Como pudemos aquilatar, perante as dificuldades que alguns «mestres» levantaram à nossa reportagem, sempre que pretendemos contactar com os pescadores, a saber das suas dificuldades e anseios. Não raro nos sentimos vigiados e perseguidos. Quando não ameaçados, embora quase sempre de forma velada.

A malha «pidesca» do passado continua a pairar sobre a faina piscatória portuguesa, ainda não totalmente liberta de lacaios e papões. Porque Tenreiro partiu, em fuga rocambolesca, mas deixou os seus agentes bem colocados nos bastidores, desde os gabinetes alcatifados das grandes empresas do sector, até aos convés de traineiras e arrastões, aos pavilhões buliçosos das lotas, do Cais da Ribeira a Sesimbra, de Sines e Vila Real de Santo António.

DAR ATUNS A QUEM NÃO TEM MEIOS

Acostado ao Cais da Ribeira fomos encontrar um arrastão vindo das costas da Mauritânia. A bordo vinte e três atuns gigantescos de trezentos e trinta quilos cada. *Fomos pescar arenques e chernes e apanhámos atuns à linha* — disse-nos um dos tripulantes do barco. E contou-nos como tinham visto enormes cardumes de baleias, de golfinhos, e sobretudo de atuns. *Mas com um calhambeque destes, sem espaço nem câmara frigorífica, foi como dar nozes a quem não tinha dentes* — lamentou-se.



Os pescadores deste arrastão foram até às costas da Mauritânia pescar arenques com rede e apanharam atuns de trezentos quilos à linha

Na lota do Cais da Ribeira, a mais movimentada do País, os atuns foram vendidos por setenta e cinco escudos o quilo a uma empresa conserveira do Algarve. *Não directamente* — confidenciou-nos um trabalhador do cais, que, embora identificado, preferiu manter, à cautela, o anonimato para efeitos de publicação — *Pois aqui também o intermediário, ao caso o armazenista, irá tirar a parte de leão, sempre superior à conseguida pelos verdadeiros artífices desta faina, os pescadores.*

Um exemplo: vimos sardinhas serem ali vendidas a quinze escudos o quilo. A escassos vinte quilómetros (na Amadora), duas hojs depois, já estavam a trinta.

— *Nesta lota continuam a dominar os mesmos de antes do 25 de Abril* — acrescentou ainda o mesmo trabalhador — São eles os proprietários dos armazéns, os manda-chuva dos preços do pescado, e os senhores do nosso destino. Homem que fale contra as suas directizes, ou descubra as artimanhas do negócio, é homem abatido ao efetivo. Mesmo que tenha uma vida de trabalho neste posto. Ganhando salários de miséria, ao longo de madrugadas, sob vento, chuva ou frio. Porque um sujeito nesta vida não dorme uma noite na cama. E alguns, com sessenta anos, ou mais, já andam nisto desde os sete ou oito.

E em jeito de remate ao diálogo, como quem teme falar de mais: — *Foi-se o Tenreiro, mas eles ainda mexem. E de que maneira!*

. Face a esta situação degradante torna-se pois urgente acabar com a «candonga» nas lotas e nos mercados. Eliminando as relações capitalistas ainda existentes no sector. Assim o entende, aliás, o Secretariado as Comissões de Trabalhadores das empresas de pesca em vias de nacionalização. Nacionalizações que aos trabalhadores repugna passem pelas indemnizações aos accionistas, conforme proposta do secretário de Estado das Pescas, eng. Pedro Coelho, em análise do Conselho de Ministros. Já que se tratam de empresas cujo capital se encontra na sua quase totalidade estatizado, e, por outro lado, com uma situação amplamente deficitária.

Urge pois uma intervenção estatal sobre a produção neste sector, de forma a controlar o abastecimento público de peixe, mantendo o nível de emprego. Há que eliminar os distribuidores, armazenistas parasitários e reduzir o número de pequenos intermediários, articulando essa distribuição com os supermercados nacionais, com as cantinas, comissões de trabalhadores e cooperativas. Terminar com a exploração dos pescadores, e, em canal, com o aumento galopante de preços que tão dramaticamente atingem o consumidor, num país em que sessenta por cento das proteínas de origem animal que se consomem são provenientes do mar.

Na lota do Cais da Ribeira, segundo afirmou à nossa reportagem um trabalhador: «Foi-se o Tenreiro, mas os armazenistas e intermediários da sua confiança ainda mexem!»

Geral

Os presidentes Samora Machel e Sekou Touré, dois dirigentes de vanguarda na África progressista, visitarão a Guiné-Bissau com o intervalo de 15 dias, a convite do presidente Luis Cabral.

Samora Machel e Sekou Touré visitam a Guiné-Bissau

Samora Machel estará em Bissau de 6 a 10 de Junho, cumprindo assim a promessa feita há meses e formalizada aquando da visita de Aristides Pereira a Moçambique. Com esta visita do presidente moçambicano apenas falta deslocar-se a Bissau o presidente de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, para se completar o círculo de contactos entre os dirigentes da C. O. N. C. P. e a terra do seu grande impulsionador, Amilcar Cabral.

Sekou Touré é aguardado ainda este mês, muito provavelmente de 22 a 25, em retribuição da visita que Luis Cabral fez há dois meses a Conakry. O presidente da República Democrática da Guiné tem mantido contactos frequentes com os dirigentes de Bissau, depois da independência, reforçando o apoio que a Guiné-Conakry e o seu partido, o P. D. G. (Partido Democrático da Guiné) sempre deram ao P. A. I. G. C.

Entre uma visita e outra, Luis Cabral ausentar-se-á do seu país, pois tem marcadas, a partir do dia 29 de Maio, visitas à Jugoslávia e à Suécia. Há exactamente um mês, o presidente da Guiné-Bissau visitara a Roménia e a França. A Suécia mantém relações privilegiadas com Bissau, tendo inclusive concedido um donativo de uns 250 mil contos, para aplicação no plano de desenvolvimento de indústrias transformadoras que estão prestes a arrancar na Guiné.

O III CONGRESSO DO P A I G C EFECTUAR-SE-Á NO FIM DO ANO

A data do III Congresso do P. A. I. G. C. (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) deverá ser fixada na segunda quinzena de Julho, aquando da reunião do Conselho Superior da Luta (Comité Central do Partido). A reunião do C. S. L. foi marcada, recentemente, pelo «bureau» político do P. A. I. G. C. (o Comité Executivo da Luta) na reunião de Bissau, paralela à Assembleia Nacional Popular.

Embora seja o C. S. L. a ter a última palavra na matéria e, inclusive, quanto à agenda, o Congresso deve reunir no fim do ano, em Cabo Verde, na cidade do Mindelo, em S. Vicente.

Da sessão do Comité Executic da Luta saiu uma decisão em que o C. E. L. alerta para o perigo das «práticas incorrectas que criando a confusão, a desconfiança e a desunião, fazem objectivamente o jogo do imperialismo» e apela para o «combate implacável no seio do Partido, à demagogia e ao revolucionarismo barato que promete o que, no imediato, as sequelas do colonialismo não permitem realizar». O C. E. L. rejeita «com igual força, tudo o que possa comportar vinculação a organizações políticas estrangeiras, o que é incompatível com a qualidade de militante do P. A. I. G. C.».

O documento do P. A. I. G. C. conclui pelo apelo ao reforço da unidade e da disciplina no seio do Partido e para a «vigilância permanente dos militantes responsáveis e dirigentes frente ao perigo que representa o exercício de actividades lucrativas» e para o exercício da «crítica e autocrítica responsáveis em todos os escalões do Partido, para que possa ser analisado e eliminado tudo o que é contrário ao programa do Partido e aos métodos para a sua efectivação».

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

ENSINO SUPERIOR

PLENÁRIO

Conforme decisão tomada no plenário do Ensino Superior realizado a 11/3/76 convocam-se os professores deste Sector de Ensino para um plenário a realizar na **segunda-feira dia 10/5/76, pelas 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico** com a seguinte Ordem de Trabalhos :

1 — Informações
2 — Caderno Reivindicativo

O SECRETARIADO GERAL DO SECTOR MÉDIO E SUPERIOR

C. C. T. RAMO AUTOMÓVEL

(Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis)

CONVOCATÓRIA

RECUSA DO PATRONATO A NEGOCIAR O TEU C. C. T.!

Conforme decisão do Plenário dos Sindicatos outorgantes deste C. C. T. realizado no dia 7/5/76, convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este contrato colectivo de trabalho a comparecerem em massa no PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES deste Sector, a realizar na próxima terça-feira, dia 11/5/76, pelas 21 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses (Rua Camilo Castelo Branco, 33-1.º), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS :

1 — Análise do ponto da situação.
2 — Paralização de trabalho no dia 13/5/76 — quinta-feira.

EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO!
CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO!

Lisboa, 7 de Maio de 1976.

— **Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa**
— **Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa**
— **Sindicato dos Telefonistas de Lisboa**
— **Sindicato Trabalhadores Serviço Portaria e Vigilância, Limpeza, Profissões Similares**
— **Sindicato dos Cobradores**
— **Sindicato dos Técnicos de Vendas**

PUB

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

M O Ç Ã O

CONSIDERANDO:

— A existência de leis de trabalho com carácter anticonstitucional
— A existência de alguns projectos de Dec.-Lei. anticonstitucionais que o actual Ministério do Trabalho pretende publicar.
— As dificuldades criadas pelo M.T. aos trabalhadores na resolução dos seus problemas.
— Que só ao movimento sindical e por consequência aos trabalhadores portugueses, competiu e compete decidir sobre as suas organizações e concretamente sobre a central única — intersindical.

EXIGIMOS:

— A revogação imediata dos dec.-leis anticonstitucionais e a não publicação de outros de idêntico conteúdo.

REPUDIAMOS:

— A actuação do M.T. no tratamento dos assuntos que só aos trabalhadores diz respeito.

REPUDIAMOS:

— A posição divisionista e ilegal do M.T. (pois as organizações sindicais são independentes dos partidos políticos, de religiões e do Estado) assumida pelo seu porta-voz dr. Marcelo Curto, ao pretender extinguir por alegada «incorrecção jurídica» da central única — Intersindical.

Aprovada em Conselho Geral de 8/5/76, por unanimidade, pelos seguintes sindicatos:

Sindicato dos Caixeiros e Emp. de Escritório do Distrito de Portalegre
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Similares do Distrito de Braga
Sindicato dos Profissionais de Comércio e Serviços do Distrito de Évora
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Distrito de Aveiro
Sindicato dos Profissionais de Esc. e Comércio do Distrito da Guarda
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Leiria
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Distrito de Viseu
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Coimbra
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Distrito de Castelo Branco
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

C.C.T. DO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS

As Organizações Sindicais representadas neste Contrato, em reunião efectuada nesta Federação no dia 7/5/76, termo do prazo concedido à Associação Patronal para conclusão das negociações, analisando a resposta da A. C. A. P., decidiram:

1) Repudiar os termos da resposta e comunicado da A. C. A. P. por serem inteiramente falsos, pois a A. C. A. P. **RECUSOU MESMO AS NEGOCIAÇÕES**. Ou não será recusar o prosseguimento das negociações informar os Sindicatos, **já depois de marcadas reuniões** para esse efeito, que estas deveriam ser anuladas devido à A. C. A. P. não ir além da lei geral e portaria!
2) Interpretar a recusa de concluir as negociações até ao passado dia 7, conforme proposto pelos Sindicatos e a notificação para anulação como nova manobra dilatória, visando protelar indefinidamente as conclusões do C. C. T., que já se arrasta desde Outubro de 1975.
3) Nestes termos, decidem decretar, em conformidade com a vontade manifestada pelos trabalhadores em vários plenários, uma **paralisação geral de trabalho** na próxima 5.ª-feira, **dia 13**.
4) Se até ao dia 17 não estiver acordado o Contrato, haverá nova paralisação geral de trabalho a partir do **dia 19**.
5) Apelar-se para a solidariedade dos demais trabalhadores das empresas do ramo para a justa luta que se vai encetar.
6) Solicitar ao público a maior compreensão por tal situação, ficando no entanto assegurada a assistência a casos de urgência, tais como assistência a ambulâncias, etc., pois a luta dos trabalhadores deste sector integra-se na luta geral do povo português.
7) Responsabilizar, desde já, o PATRONATO, por todas as consequências que possam advir.
8) Dar conhecimento destas decisões ao Ministério do Trabalho.

EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO
CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio
Federação dos Sindicatos dos Empregados de Escritório do Sul e Ilhas Adjacentes
Federação dos Sindicatos dos Empregados de Escritório do Norte
Sindicato dos Técnicos de Venda
Sindicato dos Armazéns do Norte
Sindicato dos Emp. Escritório do Porto
Sindicato dos Emp. Escritórios de Lisboa
Sindicato dos Telefonistas do Porto
Sindicato dos Cobradores

PARA DEPOIS DE AMANHÃ

Perspectiva de greve total nas farmácias de norte a sul

Os ajudantes de farmácia decidiram em assembleia geral, ontem realizada, no Instituto Superior Técnico, entrar em greve de três dias, depois de amanhã, como resposta à recusa do patronato em assinar o Contrato Colectivo de Trabalho proposto pelo sindicato respectivo.

Esta greve, que terá âmbito nacional, deverá representar uma agudização na luta dos trabalhadores do sector, uma vez que está prevista a paralisação mesmo das farmácias de serviço, o que não acontecia na previsão anterior.

Defendendo e explicando esta tomada de posição, o Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas distribuiu um comunicado em que afirma: «Depois de duas jornadas de luta que obrigaram o patronato a iniciar as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho, estas romperam-se por intransigência dos representantes das entidades patronais, sobretudo no que respeita a vencimentos, sobre os quais apenas admitem um aumento de 15 por cento, o que não cobre metade do aumento do custo de vida verificado no último ano e meio».

A greve poderá, no entanto, não vir a concretizar-se, uma vez que se efectuam hoje, no Ministério do Trabalho, reuniões entre a comissão negociadora e os representantes do patronato. Para o efeito, a direcção do sindicato mereceu um voto de confiança aprovado na asssembleia geral de ontem, ficando mandatada com plenos poderes para as negociações que tiverem de ser efectuadas, e as decisões necessárias no que respeita à manutenção ou suspensão da greve marcada para depois de amanhã.

A hipótese de não haver cedência da parte da entidade patronal, mesmo depois da greve, foi encarada por um dirigente do sindicato que respondeu que «o Ministério do Trabalho não pode alhear-se do sério aviso que é a greve, e que, nesse caso, o sindicato promoverá plenários para os trabalhadores decidirem quais as formas de luta a adoptar».

UMA PERSPECTIVA

Falando durante a assembleia a que nos referimos, o presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, Diamantino Elias, debruçou-se sobre a proposta do patronato no sentido de que os aumentos salariais fossem compensados com o abaixamento do desconto à previdência. «É interessante verificar», disse, «que a Associação Nacional das Farmácias se atira sempre à Previdência, mas nunca às multinacionais».

«Já que a Previdência está disposta a conceder às farmácias 50 mil contos anuais, o que representa cerca de mil escudos por trabalhador, podemos constatar que serão os explorados a compartilhar em grande parte, o nosso aumento de vencimentos» — prosseguiu.

A situação dos pequenos comerciantes do ramo foi também analisada na reunião dos trabalhadores. Sobre o assunto, afirmou o presidente da mesa da assembleia geral que, na região de Setúbal, a maior parte das farmácias já cumpre o novo C.C.T.

«Inclusivamente» afirmou o dirigente sindical, «e no que se refere aos pequenos proprietários, posso adiantar que num pequeno lugar do concelho o dono da farmácia local já arranjou dinheiro para comprar um estabelecimento na cidade, para além do aumento dos preços dos medicamentos e do volume de vendas. Todos estes dados, somados, contrariam as alegações do patronato».

Sobre o assunto falou, ainda, Diamantino Elias, que disse ser o pequeno proprietário, «geralmente um ajudante de farmácia, pelo que poderá compreender a nossa luta».

Ainda outro ponto de contestação neste diferendo entre os patrões e os trabalhadores: «as escritas estão sempre viciadas», afirmou-se na reunião, sobre o pedido de análise dos estabelecimentos, requerido pelo patronato. «Sabemos até de uma farmácia que passou a ter escrita selada, que tem tido grande dificuldade em «fabricar» um número correspondente aos lucros deste ano, para que a contribuição não suba».

SIM À GREVE NO PORTO

A disposição de entrada em greve dos ajudantes de farmácia do Porto, no dia 12, juntamente com os trabalhadores do Sul, foi reafirmada durante uma conferência de Imprensa dada pelos dirigentes do Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte.

Foi salientado que «os ajudantes de farmácia auferem vencimentos miseráveis: 60 por cento não atinge sequer o salário mínimo nacional e à categoria máxima é atribuído um vencimento entre os cinco mil escudos e 6500$00». Sobre a greve sublinham: «A nossa greve não implica o encerramento das farmácias, por quanto estas poderão permanecer abertas ao público mantendo ao serviço os farmacêuticos e os proprietários desde que estejam devidamente credenciados.»

ADM. UNIVERSIDADE
EXAMES «AD HOC»
(P/ candidatos maiores de 25 anos)
CURSO A INICIAR EM MAIO
— INSCRIÇÕES ABERTAS —
EXTERNATOS
MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 · tel. 82 02 21 / 83 46 58
ÁLVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 · (Benfica) · tel. 70 69 74/5
AULAS DE MANHÃ — TARDE — NOITE
● CICLO PREPARATÓRIO
● CURSOS LICEAIS – GERAL E COMPLEMENTAR
● CURSO GERAL ADM. E COMÉRCIO
● CURSOS C/ PROGRAMAS PRÓPRIOS (EM PREPARAÇÃO)

PUB

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO C.C.T. DOS IMPORTADORES E ARMAZENISTAS DE MATERIAL ELECTRÓNICO, ELECTRODOMÉSTICO E ELECTRICO E DE FERRO, TUBOS E ACESSÓRIOS E METAIS NÃO FERROSOS E ARMAZENISTAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

— REUNIÃO DE DELEGADOS SINDICAIS DO DISTRITO DE LISBOA —

Convocam-se todos os Delegados Sindicais destes sectores para uma reunião a efectuar no dia 11, 3.ª feira, às 21 horas, na Av.ª Duque de Loulé, n.º 83, 3.º, com a seguinte ordem dos trabalhos:

1.º — **Análise do projecto do C.C.T.**
2.º — **Metodologia de discussão nas empresas destes sectores.**

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa
» dos Profissionais de Escritório do Dist. de Lisboa
» dos Trabalhadores Electricistas do Sul
» dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa
» dos Cobradores e Prof. Similares do Dist. de Lisboa
» dos Continuos e Porteiros e Similares Dist. de Lisboa
» dos Eng.os Técnicos do Sul
» dos Profissionais da Ind. Hoteleira e Similares de Lisboa
» Nacional dos Telefonistas do Distrito de Lisboa
» dos Trabalhadores Metalo Mecânicos do Distrito de Lisboa
» dos Técnicos de Desenho
» dos Trabalhadores Gráficos

PADEIROS DEBATEM CONTRATO

. Enquanto o Ministério do Trabalho desenvolve os esforços necessários no sentido de ouvir os consumidores sobre os horários de distribuição de pão, os padeiros reuniram-se, ontem, na Sociedade Alunos de Apolo, com o objectivo de discutirem o Contrato Colectivo de Trabalho que vai começar a ser negociado.

Da Assembleia resultou de um grupo de ligação que estabelece o contacto entre a comissão negociadora e os trabalhadores, mantendo-os informados sobre o decurso dos trabalhos.

Trabalho na forja

ESCÓCIA: APOIO MORAL E FINANCEIRO À INTER

Uma moção de solidariedade para com a Intersindical Portuguesa foi aprovada no Congresso da Central Sindical Única dos Trabalhadores Escoceses (S.T.U.C.), que se reuniu nos fins do mês passado, e que contou com a presença de uma delegação sindical portuguesa. Eis o texto dessa moção: «Que este congresso apele para o Conselho Geral do S.T.U.C. a fim de que este conceda apoio financeiro e moral à Intersindical Portuguesa, no sentido de esta organizar e coordenar o trabalho dos sindicatos portugueses em relação à livre contratação colectiva, isenta de qualquer condicionalismo político ou outro, e no sentido de organizar actividades conjuntas contra as sociedades multinacionais que prejudicam a situação económica da classe operária de ambos os países».

ELEIÇÕES NOS FARMACÊUTICOS

As eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêutico deverão ter lutar no dia 26 de Junho. A marcação da data foi decidida numa assembleia geral extraordinária que se realizou sábado à tarde, no Instituto Superior Técnico. No decorrer dos trabalhos foi aprovada uma proposta na qual se «repudia a ingerência do Ministério do Trabalho em assuntos que só ao sindicato dizem respeito», e se designa como «inconstitucional» a comissão de inquérito nomeada por aquele departamento governamental... À actual direcção do sindicato, acusada de conivente com o M.T., foi exigido que tome posição pública sobre o caso.

TRABALHADORES DE ESPECTÁCULO: LISTA A CONFIRMA AVANÇO DE DEZEMBRO

Encabeçada por Rogério Paulo, Canto e Castro e Naniel Garcia, a Lista A dos rrabalhadores de espectáculo venceu as eleições para aquele sindicato. A vitória de anteontem confirma os resultados de Dezembro do ano findo, e a impugnação dos mesmos atesta hoje como ontem que a maioria dos trabalhadores do ramo luta e deseja um «sindicato democrático e apartidário».

A votação decorreu no Palácio Foz e teve grande afluência de artistas. Números apurados: Assembleia Geral — Lista A: 383, Lista B: 342; Direcção — Lista A: 378, Lista B: 353; Conselho Fiscal — Lista A: 385, Lista B: 341.

A posse dos novos corpos directivos do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, de acordo com o que está estatuído, deverá efectuar-se oito dias após as eleições.

São estes os membros eleitos: para a Assleia Geral: Rogério Paulo, presidente; A.Macedo, vice-presidente; Beatriz Conceição e Manuela Cassola, secretárias; para a Direcção: Canto e Castro, presidente; Augusto Martinco, tesoureiro; e A.Machado, C.Alberto, uís Afonso, Maria Alémia Proença, Paulo Jorge, Augusto Avelar, Professor Carma, Zeca Elisabeth, Gustavo Squeira, Hernâni Lopes, Francisco Oliveira e João Slagado; Conselho Fiscal: Daniel Garcia, presidente, e ainda Mário Menes e La Féria.

SPBRE A J.FRANCISCO DOS SANTOS

A reabertura da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, depois de um mês de encerramento, por ordem ministerial, é objecto de um comunicado do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa salientando que, «para além do asseguramento das conquistas, para além da continuidade da luta, os trabalhadores... têm já uma vitória assegurada; a sua unidade».

Diz o comunicado sobre os trabalhadores, nessa hora difícil: «Souberam recura e avançar, souberam discernir o prioritário do secundário, souberam enquadrar a sua luta não apenas dentro dos muros da sua empresa mas inserida também e, essencialmente, no contexto político e económico do País».

Sobre a solidariedade que a Joaquim Francisco dos Santos suscitou, salientam-se as grandes reuniões da Covina, Tregilaria e Mague, com «a representatividade de 150 mil trabalhadores». Por outro lado, afirma-se que «independentemente das suas tendências partidárias, centenas de comissões de trabalhadores souberam também ultrapassar aquilo que, muitas vezes, é secundário, para se unirem na luta contra a recuperação capitalista e na defesa dos seus interesses».

Estrangeiro

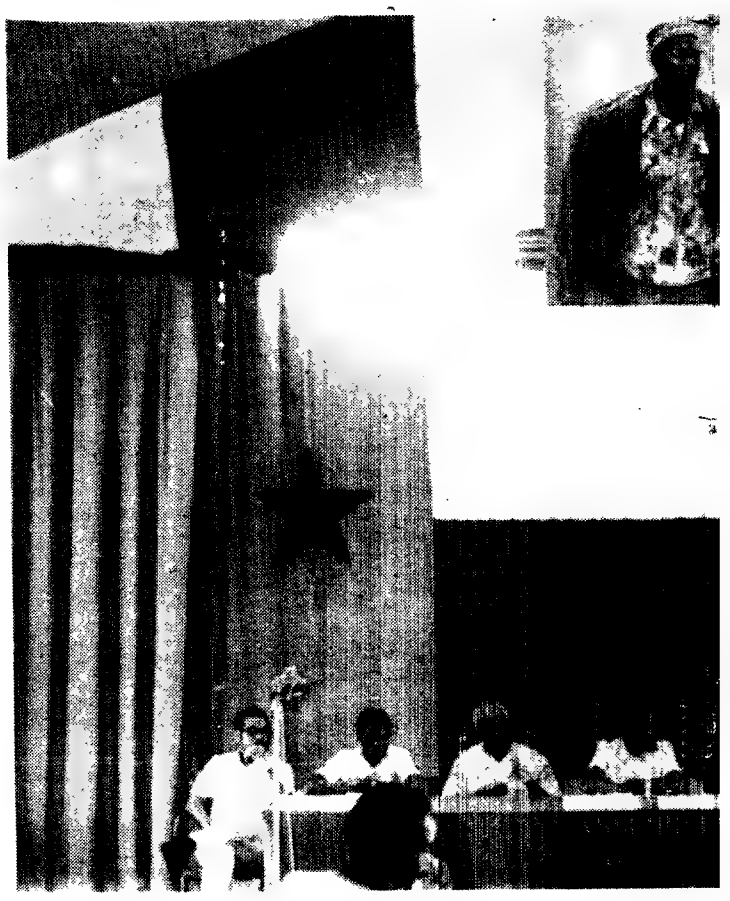
DOIS ANOS DE PAZ NA GUINÉ-BISSAU (5)

As primeiras eleições na República da Guiné-Bissau, após a libertação total do país, efectuam-se no próximo mês de Setembro, provavelmente a 24, terceiro aniversário da proclamação do Estado, segundo decidiu a Assembleia Nacional Popular, que esteve reunida em Bissau, entre os dias 22 de Abril e 3 de Maio passados.

Nessa altura serão eleitos os membros dos Conselhos Regionais, previstos na Constituição, e que, posteriormente, elegerão, entre os seus membros, os representantes à segunda legislatura da Assembleia Nacional Popular. A sessão que se efectuou recentemente no salão de cinema da Base Aérea de Bissalanca foi a última da actual legislatura e nela compareceram os deputados eleitos nas regiões libertadas, ainda durante a luta armada. A primeira realizara-se em 23 e 24 de Setembro de 1973, tendo sido aprovada a Constituição, proclamada a independência da Guiné-Bissau e formados o Conselho de Estado e Conselho de Comissários. A segunda decorreu já em Bissau, sensivelmente por esta altura, concluindo-se com a nacionalização da terra, o lançamento do imposto de reconstrução nacional e com a decisão de fazer reverter para o Estado os bens dos considerados traidores à Pátria.

Para além da decisão sobre as eleições, que motivou também ligeiras alterações à Constituição, a última sessão da primeira legislatura da Assembleia Nacional Popular, aprovou a lei da Família que introduz profundas alterações na legislação vigente, imposta pelo colonialismo. Foi abolida a designação de filho ilegítimo, dada protecção aos casamentos não formalizados e facilitada a obtenção do divórcio, dando-se, assim, força de lei a uma prática social que colidia directamente com a lei colonial.

As disposições da Lei da Justiça Militar, que puniam com pena de morte, sem outra alternativa, os crimes de traição e espionagem, foram abolidas. A Lei da Justiça Militar fora feita numa situação de guerra e orientada para a libertação do país pela via da luta armada. Na actual situação de paz, dentro da política do P.A.I.G.C. de procurar sempre recuperar o homem para a sociedade nova, os tribunais são autorizados a usar de maior clemência. Aos crimes de traição e espionagem, quer os cometidos até aqui e aguardam julgamento, quer os que venham a ser cometidos, correspondem, agora, penas de trabalho obrigatório de três a 10 anos.



A mesa que presidiu aos trabalhos da Assembleia. Da esquerda para a direita, Abílio aduarte, presidente da Assembleia de Cabo Verde; Paulo Correia, vice-presidente da A. N. P.; Aristides Pereira, secretário-geral do P. A. I. G. C. e presidente da República de Cabo Verde; Nino Vieira, presidente da Assembleia Nacional Popular e comissário de Estado das Forças Armadas; Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado; Francisco Mendes, primeiro-ministro; Carmen Pereira, vice-presidente da Assembleia e membro do «bureau» político do Partido, e Pascoal Alves, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

ELEIÇÕES MARCADAS PARA SE

A pena capital ficou apenas para os crimes mais graves e, mesmo em tais casos, o condenado passa a dispor da faculdade de requerer a comutação da pena ao Conselho de Estado.

Os deputados Vasco Cabral, Carlos Correia, Bobo Keita, Joaquim N'Top, Agostinho Pereira e Rahim Barry, foram eleitos para representar a Assembleia Nacional Popular no Conselho da Unidade, a formar com igual número de deputados de Cabo Verde. Este Conselho, a que se juntam os presidentes das duas Assembleias, Abílio Duarte e o comandante Nino, vai discutir e propor as modalidades para união jurídica e orgânica da Guiné e Cabo Verde.

FIDELIDADE AO P.A.I.G.C. E À IDEOLOGIA DE CABRAL

. .«A Assembleia Nacional Popular reafirma a sua fidelidade ao P. A. I. G. C., força política dirigente da nossa sociedade, e à sua direcção, assim como à ideologia representada pelo pensamento de Amílcar Cabral e consubstanciada na sua obra grandiosa. Ela proclama ainda a sua fidelidade ao ideal de construção, na Guiné e Cabo Verde, de uma pátria livre, unida e próspera para todos os seus filhos» — lê-se a fechar a Resolução Geral da Assembleia, aprovada por aclamação, no último dia, e que sintetiza o espírito e as intenções que presidiram aos trabalhos. Formada por verdadeiros representantes populares, eleitos lá no fundo do mato, nas tabancas libertadas (alguns apenas se exprimem nas suas línguas nativas, nem falando sequer o crioulo, que é a língua nacional), não admira que, uma vez mais as reivindicações apresentadas em Bissau, ao Governo e ao Partido estejam voltadas para o desenvolvimento material e político das regiões, para a construção de estradas, hospitais, escolas, armazéns do povo e — uma constante — para o combate implacável aos ladrões, não raro se pedindo a sua pura e simples eliminação física.

Da Resolução constam também imposições ao Governo para que faça observar, rigorosamente, por todos os trabalhadores da função pública, a proibição do exercício de actividades lucrativas, por si ou por interposta pessoa, no comércio ou na indústria, e para que confisque a favor do Estado os bens pertencentes a indivíduos que, tendo abandonado o país, procuram promover a liquidação dos seus negócios e a transferência para o estrangeiro dos capitais acumulados.

Quanto à proibição de actividades lucrativas, ela visa impedir, sobretudo, a tendência que começava a surgir em alguns dirigentes intermédios para comprarem quintas e precaverem o futuro. Desses tinha dito um dia Luís Cabral que «perderam a convicção revolucionária e têm de ser afastados da nossa luta». Os bens dos indivíduos residentes no estrangeiro já há muito correm o risco grave de confisco pelo Estado. Agora Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado, acentuou a necessidade de passar ao ataque, neste campo. No discurso que fez à Assembleia, no primeiro dia dos trabalhos e em que apresentou o relatório da actividade do país durante o ano transacto, afirmou:

. «É claro, nós temos que registar o procedimento daqueles comerciantes que não querem ter nenhumas dificuldades, que assim que as coisas se complicam um bocadinho, começam a despedir pessoas. *Ah, isto está a dar prejuízo?M* Despedem logo gente, fecham a loja, porque não podem deixar de ganhar todo o dinheiro, não podem perder um bocadinho. Eles ganharam muito dinheiro. Alguns, chegaram na nossa terra só com umas calças e uma camisa, mas que agora são ricos... Têm o seu dinheiro bem guardado, lá na sua terra, onde têm boas casas e boas coisas! Não podem dar uma pequena contribuição ao comércio, até que a nossa terra possa arrancar novamente? Nós registamos isso, camaradas. Eu repito o que tinha dito por ocasião da introdução do peso, a nossa moeda nacional: nós pedimos a essas pessoas para se irem embora, para fecharem as lojas e seguirem o seu caminho. Nós não queremos gente dessa na nossa terra!

A ASSEMBLEIA ELEITA NA LUTA CESSOU FUNÇÕES

Antes de nós corrermos com eles, que arrumem as suas bagagens e vão-se embora!.»

FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS DO NÃO ALINHAMENTO

Segundo a Resolução Geral, os deputados aprovaram «a forma como o Conselho de Estado e o Conselho de Comissários têm conduzido a política do País, dentro da orientação traçada pelo P. A. I. G. C. e na linha do pensamento do fundador da nacionalidade, Amílcar Cabral», felicitando-se, em particular:

. «Dos passos concretos dados pelo Governo no sentido do reforço dos laços históricos especiais que unem a República da Guiné-Bissau à República de Cabo Verde, e da realização da aspiração profunda dos dois povos irmãos à construção da união dos dois Estados, de acordo com o programa do P. A. I. G. C.;

. — Dos esforços do Governo no sentido de conseguir um desenvolvimento harmonioso do país, através da promoção do progresso nas regiões do interior e de uma larga descentralização;

. — Das medidas tomadas pelo Governo com vista a permitir ao Bancio Nacional (BNG) o exercício da prerrogativa da emissão de moeda, de acordo com os princípios e com as exigências de defesa da soberania nacional;

. — Das posições assumidas pelo Governo, no plano internacional, de firme intransigência na defesa do direito dos povos à autodeterminação e independência e, em particular, da atitude consequente e inequívoca tomada, de apoio, sem reservas, ao Movimento Popular de Libertação de Angola e ao Governo da República Popular de Angola, face à agressão de que foi vítima o povo irmão daquele país;

— Da fidelidade do Governo, na sua acção no plano internacional, ao princípio do não-alinhamento, traduzida nomeadamente na busca constante de relações iguais com todos os Estados, na base dos princípios do Direito Internacional;

— Da política justa do Governo de defesa intransigente da unidade e da concórdia nacional, com vista à eliminação das sequelas da política de divisão com que o colonialismo pretendeu perpetuar a sua dominação e exploração no país;

. — Das realizações do Governo no plano da organização do Estado e da Administração, assim como no plano da promoção social e cultural do povo e, em particular, das camadas mais desfavorecidas da população;

. — Da prioridade dada pelo Governo ao sector primário, o qual é a base segura para garantir um mais rápido arranque do país para o desenvolvimento;

. — Dos esforços do Governo no sentido de promover o desenvolvimento planificado do país e de assegurar a criação de empregos e a valorização do trabalho do nosso povo através da implantação de pequenas e médias unidades industriais de transformação.»

«OS NOSSOS INIMIGOS SERÃO ESMAGADOS COMO MINHOCAS CONTRA A PEDRA»

. .Durante as duas semanas em que os deputados estiveram reunidos, passaram pela tribuna dos oradores, além dos representantes das diversas regiões e do Presidente do Conselho de Estado, o próprio secretário-geral do P. A. I. G. C., Aristides Pereira, que assistiu às últimas reuniões e falou no encerramento da Assembleia, o presidente da A. N. P., comandante Nino Vieira, o comissário principal (primeiro-ministro), Francisco Mendes, e os responsáveis por cada departamento governamental, para prestarem contas do seu trabalho aos deputados.

De todas essas intervenções assume importância fundamental o discurso do presidente Luís Cabral que, num improviso de três horas de duração, fez o relatório sobre o estado geral da nação: preocupações actuais, vitórias alcançadas, expectativas de evolução política do país e do seu desenvolvimento económico. Abordou a política internacional e o não-alinhamento persistente da Guiné-Bissau que, disse, «não exporta a revolução» mas ajuda os seus amigos em tudo o que pode.

«Por muitos séculos de vida que tenha o nosso povo», garantiu Luís Cabral aos deputados, «com os novos deputados que possam vir a ser eleitos, no tempo dos nossos filhos, dos nossos netos e dos nossos bisnetos, não haverá outra Assembleia na nossa terra que possa viver horas tão grandes como esta nossa primeira Assembleia Nacional Popular que saiu da luta, das canseiras da libertação nacional e proclamou no território livre do Boé a República da Guiné-Bissau.»

Luís Cabral insistiu na democraticidade da Assembleia e do próprio país, na necessidade de as pessoas se fazerem ouvir, de acabarem com o medo; chamou a atenção para os funcionários que continuaram a trabalhar alguns meses sem receber salário, prestando-lhes a homenagem do Governo; anunciou a chegada a Bissau e próxima distribuição de centenas de motobombas para levar águas às povoações; falou de cada ministério em particu-

Deputados da Assembleia Nacional Popular, durante

Estrangeiro

ETEMBRO

lar e das críticas ou elogios que o povo reserva a cada responsável.

Ao abordar as questões de segurança interna e externa, utilizou uma linguagem dura que não é habitual no país, mas mostra a disposição do P. A. I. G. C. em não vacilar face aos eventuais inimigos:

«Os nossos inimigos estão mal, pois cada vez nos encontramos mais fortes. Se os nossos inimigos querem fazer algo contra nós, o melhor é fazerem-no o mais rapidamente possível, pois cada ano nos fortificamos mais e mais experiência adquirem os nossos serviços de segurança.

Hoje não podemos, de maneira nenhuma, ter medo das pessoas que serviram os «tugas» durante a luta de libertação nacional, no seu exército, que continha mais de 30 mil soldados. Mas mesmo assim foram abatidos no campo de batalha e enviados para campos fortificados dos centros urbanos, e nós avançámos com a nossa luta, até à libertação da nossa terra. Tenho a certeza que, se entrarem na nossa terra, serão completamente destruídos. Talvez possam cometer o crime de matar algum dirigente do nosso Partido, mas destruir o P. A. I. G. C., camaradas, isso não conseguem. Pelo contrário, serão esmagados como quem esmaga minhocas contra a pedra. Assim fará o P. A. I. G. C. aos seus inimigos.»

Nesta derradeira sessão da primeira legislatura da Assembleia Nacional Popular ficou a ideia de que a Guiné-Bissau está progressivamente a deixar o clima e as instituições da luta, enquanto orientados fundamentalmente para a libertação,

uma das sessões no antigo cinema da Base Aérea

DANIEL REIS

começando a organizar-se, já em moldes mais definidos e seguros, como Estado soberano e independente, para desenvolver o país, e construir uma sociedade moderna e mais justa.

Assim acabaram as restrições para eleger e ser eleito, anularam-se as disposições mais duras da Lei de Justiça Militar — até aqui o único diploma escrito — formaliza-se o direito da família enraizado nos costumes, alargou-se a representação na Assembleia Nacional Popular, passando os deputados de 120 para 150. Continuam a ser escolhidos na base de dois terços por sufrágio directo e um terço por designação do Partido.

Segundo as disposições que foram aprovadas pela inclusão na Lei Eleitoral, a eleição faz-se por sufrágio universal e secreto, de todos os cidadãos maiores de 18 anos. Podem ser candidatos a deputados os cidadãos originários da Guiné, maiores de 21 anos, que sejam produtores ou exerçam uma ocupação definida, e não tenham sido agentes da P. I. D. E. ou dirigentes de organizações políticas fascistas. A eleição para os Conselhos Regionais fazem-se por uma única lista única e colectiva de candidatos, em cuja designação pelo Partido, ou indicação pelos organismos regionais de base, se devem observar como prioridades a dedicação exemplar do povo ao Partido e à luta de libertação nacional, ter realizado actividades importantes no quadro dessa luta e dedicação exemplar ao trabalho produtivo.

PRESENÇA DA FRETILIN MENSAGEM DE COOPERANTES PORTUGUESES

Como notas finais apontamos:

1. Assistiram como convidados a algumas reuniões de trabalho, nomeadamente à abertura, delegações de S. Tomep e Príncipe, dirigida pelo primeiro-ministro, Miguel Trovoada, da Fretilin, chefiada pelo comissário político nacional, Mari Alkatiri, e de Cabo Verde, com o deputado José Luís Fernandes à frente.

O representante são-tomense afirmaria durante o seu discurso à Assembleia que «o P. A. I. G. C. continua a ser para os partidos e os povos das ex-colónias portuguesas, nesta fase inicial do processo de reconstrução nacional, o guia e o exemplo que já fora durante a cruzada não menos difícil da libertação nacional».

2. De entre as numerosas mensagens dirigidas à Assembleia, destaca-se a de um grupo de cooperantes portugueses a trabalhar em Bissau, em que se recorda a primeira reunião da A. N. P., em 1973 e a vitória conseguida contra o «colonial-fascismo português», para concluir:

«Hoje queremos deixar aqui expressa a nossa fraternal saudação aos deputados, a esta Assembleia e, através dela, a todo o povo da Guiné-Bissau. Desejamos o maior êxito nos trabalhos deste ano que, estamos certos, serão mais um passo em frente no caminho da independência nacional, da paz e do progresso do povo da Guiné-Bissau.»

3. Muitos deputados do interior pediram ao Governo a abolição das autorizações para deslocações de e para Bissau, que provocam frequentes contratempos e dificultam burocraticamente a movimentação da população. Estas autorizações funcionam desde a guerra e persistem ainda, julga-se, por motivo de segurança.

Amílcar Cabral poeta

LUÍS ROMANO **(correspondente do "DL" em Cabo Verde)**

Fazendo da Cultura a sua arma de combate para esclarecimento da consciência popular, Amílcar Cabral tão bem empregou a pena como a espingarda de guerra, em momentos decisivos, para as adaptar à realidade de que a luta é um factor da cultura. Foi graças a esses dois instrumentos primordiais, que levou para o Movimento de Libertação, que foi coroada a Independência da Guiné e Cabo Verde, cabendo a cada um desses instrumentos a arma e a pena os lugares cimeiros e oportunos com que soube dirigir a sua missão como exemplo de Profeta Soldado-Poeta.

Amílcar Cabral, numa constante ansiedade libertária, retrata, através da sua poesia-cenário, as facetas mais essenciais do drama Afro-Cabo-verdiano, que tanto feriu a sua sensibilidade estérica e humana. Filho nativo-filho do povo, visceralmente africano, para se dimensionar universal, sentiu no clamor da carne o estigma dos flagelados que fizeram do nosso país uma razão de constância e um pendão insubmisso em busca da libertacao nacional, finalmente conseguida.

Natureza que se revelou precocemente atraída pela necessidade do fraternalismo humano, e se distinguiu também, como força motriz que mais tarde viria aglutinar uma falange de seguidores, Amílcar Cabral fez da arte um arauto em que, como doutrinário, a sua mensagem já consolidava e pressentia os novos caminhos por que enveredaria destemidamente a libertura de vanguarda cabo-verdiana. Compenetrado do papel que a liberdade desempenha como instrumento e estímulo para expressão e revelaçao de qualquer etnia, nas suas mais diversas modalidades, Amílcar Cabral deixou, dentro desse tema, uma precisosa colectânea de poemas, onde se poderá estudar a outra face daquele que consideramos um «Ilimitado», tal foi generosa a fonte de onde brotou a forca da sua natureza essencialmente livre.

Inteligência fulgurante e de uma sensibilidade que imediatamente se evidenciou, quando ainda estudante, foi, porém, já dominando os estudos superiores que ele assentou os alicerces que o nacionalista universal não deixaria dúvidas quanto ao roteiro pelo qual optaria, sublimando-se em apoteose. E, de uma vasta, também expontânea, torrente de poesias, a maioria dispersa e inédita, conseguimos recolher, embora pequena, uma valiosa colecção que oportunamente daremos a conhecer ao público. Então, através da estética e do pensamento se revela o revolucionário profundamente humano e enraizadamente superior, que estonteia pela motivação de conceito, raramente encontrados em formacões jovens, com que vinca as suas antevisões, e que viriam a ser gloriosas realidades na luta da libertação do homem oprimido.

Pois bem, aquele que se destacou como um dos maiores revolucionários africanos dos últimos tempos, também nos legou uma poesia activa, do contacto, fundamentalmente filosófica e por vezes de uma ternura tão sentida que mal se acredita ter sido fruto de uma origem formadora de heróis-militantes, deixando a própria vida como penhor da liberdade que legou aos seus irmãos de nação e de sangue.

Foi justamente a liberdade que significou para Amílcar Cabral a linfa que o teria de alimentar como idealista em acção. Toda a nossa vitória foi uma realização baseada nessa constante essencial que viria transformar a sua vida numa glória, ao mesmo tempo sacrifício, e que marcou uma nova era na história dos povos escravizados da sua África nativa.

São de Cabral os poemas seguintes.

SEGUE O TEU RUMO, IRMÃO

Segue o teu rumo Irmão:
Para além dos montes que sangram
há planícies sem fim onde reina a Vida.
Da terra redimida
libertada
brota em flores perfumadas
o saboroso Pão.

Segue o teu rumo Irmão:
Para além dos horizontes desbotados
há horizontes mil plenos de luz
— de Luz e de Calor.
Os Homens redimidos
Irmanados
não vivem já a vida de inimigos
mas sim em pleno Amor.

Segue o teu rumo Irmão:
Para além de um Sol já velho defraudado
há um puro Sol cruzando os infinitos
vivificando a Vida.
São hinos celestiais a rir dos pequenitos
de crianças — crianças
que a dor e a fome e o frio não maculam
na estrada matizada de esperanças.

Segue o teu rumo Irmão:
Para além dos ventos rudes, tempestuosos
há brisas calmas, doces, cariciosas
e o mar não causa danos.
Não há rumos incertos nem horas dolorosas
e o homem redimido
é piloto consciente na Viagem de Conquistas
no sacro — Mar-Oceano de Homens
mais humanos.

(Ouve-me a voz Irmão:
Para além das palavras de um verso
há cantos que são poemas há Poemas
que são Vida
— e eu que não se compor!)

Segue o teu rumo Irmão:
Na luta desigual escreverás teu Poema
e deixarás ao Mundo ao Universo
a obra de um Amor.

— Que amanhã na planície conquistada
da terra redimida
libertada
os Homens irmanados colherão
o saboroso Pão!

TEMPOS ANTIGOS

Eu lembro-me ainda dos tempos antigos
Dos tempos sem nome, só teus e só teus...
Em que eras um homem de poucos amigos
Metido contigo, contigo e com Deus...

Outro homem és hoje — e outro serás
Bem forte na luta, em prol dos Humanos.
Na luta da vida — eu sei — vencerás
Num Mundo de Todos, sem Mal e sem danos.

MÃE IVA

Para ti, Mãe IVA,
Eu deixo uma parcela
Do meu livro de curso...
P'ra ti, que foste a estrela
Da minha infância agreste.
P'ra ti, MÃE, que me deste
A tua alma viva
E o teu amor profundo
Maior que o próprio Mundo!

Aceita este tributo,
Que tudo quanto eu for,
(Será o teu Amor
— Tua carne, MÃE, teu fruto!

Sem ti não sou ninguém.
Só sou — porque és, MÃE!

Geral

Sindicalismo do Norte e sindicalismo do Sul

Jean Auger

Dezassete países, trinta organizações, trinta e sete milhões de sindicalizados, estiveram representados no Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos (C. E. S.), em Londres. Se a maioria das organizações sindicais operárias da Europa ocidental são membros da C. E. S. — à excepção da C. G. T. francesa e dos sindicatos espanhóis e portugueses — a Confederação Europeia, atravessada por correntes ideológicas diferentes, continua em busca de um programa de lutas concretas de natureza a afirmar a sua coesão e a sua força.

Em trinta e sete milhões de membros da C. E. S., mais de vinte e oito milhões pertencem aos sindicatos dos países da Europa do Norte: Alemanha Federal, Benelux, Escandinávia, Grã-Bretanha, Suiça e Áustria. A Europa do Sul só conta com oito a nove milhões de membros na C. E. S. Mesmo somando a estes números os aderentes da C. G. T. francesa e os milhares de militantes e de simpatizantes das comissões operárias e da U. S. O. espanholas ou as da Intersindical portuguesa, as organizações do Sul estão longe das do Norte.

Ao peso numérico deve juntar-se, de resto, a homogeneidade do sindicalismo, característica da Europa do Norte, mesmo que pareça necessário pôr um pouco à parte o sindicalismo britânico, com a especificidade das suas organizações de profissões e os seus «shop stewards» (delegados de fábrica). À excepção dos sindicatos cristãos, belgas, suiços e holandeses, todas as centrais sindicais do Norte são membros da C. I. S. L. internacional. Os sindicatos do Norte têm em comum um mesmo tipo de relações com os partidos, principalmente os partidos sociais-democratas ou socialistas, mesmo que haja excepções para os holandeses do N. V. V. e do N. K. V. — que aplicam a não acumulação dos mandatos — e sindicalistas valões, partidários da independência sindical.

Para mais, a Europa sindical do Norte tem uma prática das relações industriais e sociais muito diferente da da Europa sindical do Sul, mesmo que se encontrem nas franjas da Europa do Norte, na Valónia e principalmente na Suiça romanche, posições muito próximas da tradição francesa. Por fim, o sindicalismo do Norte é muitas vezes caracterizado por «aparelhos» poderosos e serviços numerosos (caixas de desemprego, de segurança social, etc). Em suma, no seio das organizações sindicais internacionais, o peso da Europa do Norte é preponderante, mesmo que ele não seja tão forte na C. E. S., devido a organizações da C. M. T. (Confederação Mundial do Trabalho) e das três grandes centrais operárias italianas.

NOS PAÍSES LATINOS

Na Europa sindical do Sul, que podemos chamar «latina», os sindicatos têm muitos traços comuns, nos planos histórico, ideológico e da prática. Mas estão divididos no plano das filiações internacionais: a F. O. e a U. G. T. espanholas são membros da C. I. S. L., assim como duas das centrais sindicais etalianas; a C. G. T. francesa e a C.G.I.L. italiana aderem à F. S. M., enquanto que a C. F. D. T. ou a S. T. V. dos trabalhadores bascos, estão na C. M. T. Em Espanha, o sindicalismo ainda é clandestino ou semi clandestino e, em Portugal, assiste-se ao renascimento do sindicalismo após muitos anos de ditadura.

O sindicalismo do Sul não dispõe dos poderosos «aparelhos» do Norte nem dos «grandes batalhões» da D. G. B. alemã. Trata-se, muitas vezes, de um sindicalismo de «militantes» mais do que de um sindicalismo de «filiados». Isto tem, naturalmente, certas vantagens sob o ponto de vista sindical, porque a prática dos militantes é, por vezes, muito superior à prática dos filiados.

Em cem sindicalizados alemães quantos combatentes haverá? Em cem sindicalizados da Renault ou da Fiat contam-se, por vezes, 90 por cento de militantes e até mais. Enfim, a prática sindical nos países do Sul é muito mais difícil e contrariada do que nos países da Europa do Norte. Por razões de poder e também porque o sindicalismo do Norte aceita muitas vezes a sociedade como ela é, sem a repor em questão, o que não acontece com a maioria dos sindicatos da Europa do Sul. O patronato aceita melhor ou pior, no Norte, a discussão e a negociação. No Sul ele chega a recusar o direito sindical e a despedir os responsáveis.

O «handicap» da Europa sindical latina é também consequência das relações difíceis e até da ausência da unidade de acção entre as organizações sindicais internacionais. Nestes últimos anos, várias federações da C. F. D. T. — metais, alimentação, química — aderiram aos agrupamentos profissionais correspondentes da C. I. S. L.; em várias federações da C. E. S. — a dos metalúrgicos, por exemplo, — as organizações da C. G. T. foram convidadas a participar nos trabalhos de grupos sectoriais. Mas, em face da homogeneidade do sindicalismo do Norte, isto é pouco.

Duas grandes concepções caracterizam, respectivamente, estes sindicalismos: na Europa do Norte uma prática contratual «à americana» e muitas vezes concepções reformistas sociais-democratas; no Sul, uma prática de luta de classes e orientações mais anticapitalistas do que reformistas. Claro que a influência do sindicalismo de tipo latino não é por vezes, tão negligenciável nos países da Europa do Norte. Isto é assim para a Bélgica, os Países Baixos e parcialmente a Suiça, onde algumas organizações operárias fizeram ou quase fizeram as teses da C. F. D. T. enquanto na Grã-Bretanha certos sindicatos estão, por vezes, bastante próximos da C. G. T. Mas, no total, a Europa sindical não se arrisca a ser predominantemente anticapitalista, mas de preferência reformista e social-democrata com maior ou menor influência germano-americana.

Em face desta situação, a procura de posições comuns e de objectivos unitários no plano internacional, impõe-se ainda mais hoje do que ontem no que diz respeito às centrais operárias da Europa do Sul. Não é simples nem fácil, tendo em vista a complexidade dos problemas e das clivagens actuais. Se os encontros multilaterais ou bilaterais foram indispensáveis num primeiro tempo, deveria surgir uma estratégia de acção internacional no decurso dos próximos anos, a fim de ultrapassar o carácter muitas vezes «diplomático» ou institucional da acção sindical a este nível.

Se o sindicalismo «latino» — e os aliados que ele encontrará a Norte — não fizer o máximo de esforços para reequilibrar a dominante anglo-saxónica, a «Europa dos trabalhadores» pode vir a ser grandemente dominada pelas concepções desta última, reforçada pela ofensiva americana, — que hoje se descortina, na direcção da Europa.

Ao receio que os Estados Unidos têm, de ver partidos comunistas ascenderem ao Poder na Europa Ocidental junta-se ao facto de a social-democracia alemã pôr de novo em causa a política de abertura a leste, e os esforços da D. G. B. tentar reconstruir na península hispânica um movimento operário, político e sindical, sem os comunistas nem os cristãos de esquerda. Em certos domínios, os alemães substituiram os americanos. A substituição de um «leader» (como Otto Brenner, já falecido), por Eugen Loderer, à testa da poderosa federação alemã dos metalúrgicos, I. G. Metall, inscreve-se nessa orientação, mesmo que haja, nos sindicatos da R. F. A. importantes minorias de esquerda.

© LE MONDE

A morte de Meinhof na Alemanha Ocidental suscita receios de represálias

ESTUGARDA, 10 — (R.) Ulrike Meinhof, a força impulsionadora do grupo Baader-Meinhof de guerrilha urbana, enforcou-se ontem com uma tira de toalha, que amarrara às grades da janela da sua cela solitária na cadeia de Stammanheim, nesta cidade, onde se encontrava presa há três anos e onze meses.

As autoridades declararam que a dirigente guerrilheira foi encontrada sem vida, às 7h.34, na semi-obscuridade da sua cela, suspensa da força improvisada. O seu julgamento decorria há um ano precisamente, juntamente com mais três outros indivíduos apontados como os componentes do núcleo director do grupo: Andreas Baader, de 32 anos, co-fundador da organização e antigo estudante de arte, Jan-Carl Raspe, sociólogo, e Gudrun Ensslin, ex-estudante.

A morte de Ulrike Meinhof, de 41 anos, mãe divorciada de duas gémeas, feminista ardente, filha de um historiador de arte e jornalista, despertou entre as autoridades o receio de um ressurgimento de violência nos meios radicais da República Federal Alemã. A Polícia pensa que o suicídio poderá constituir um elemento congregador para um movimento guerrilheiro desmembrado pela decidida acção das autoridades, e recorda que a morte de Holger Meins na prisão, em 1974, em consequência de uma greve da fome, foi seguida num espaço de 24 horas pelo assassínio do juiz principal de Berlim-Oeste, Gunter Vod Drankmann, de que se responsabilizou uma organização aliada do grupo Baader-Meinhof.

A quadrilha de que Ulrike Meinhof era um dos cérebros foi capturada em Junho de 1972 depois da maior caça ao homem da história da Polícia alemã ocidental. Era acusada de numerosas operações de guerrilha urbana efectuadas entre 1970 e 1972, incluindo atentados bombistas contra bases militares americanas em Heidelberg e Francfort, em que foram mortos quatro soldados americanos, o assassínio de um polícia, vários atentados gorados contra a vida de um membro da Polícia, um ataque à bomba contra um juiz do Supremo Tribunal Federal e uma série de assaltos a bancos.

Os simpatizantes do grupo tentaram por várias vezes forçar a libertação dos detidos.

Em Abril do ano passado, seis guerrilheiros fortemente armados atacaram a Embaixada da República Federal em Estocolmo, exigindo a libertação de 26 anarquistas, entre eles Baader e Meinhof. Ante a recusa do Governo de Bonn, os guerrilheiros fizeram explodir uma bomba que lançou fogo à Embaixada, matando dois diplomatas e dois assaltantes.

Para o chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt, o incidente foi «o mais sério desafio ao nosso Estado legalmente constituído nos seus 26 anos de história».

Ulrike Meinhof nasceu em 1934 e era órfã aos 15 anos. Conseguiu fazer carreira no jornalismo e tornou-se uma escritora engajada das causas esquerdistas e feministas. Desiludida com o fracasso da revolta estudantil de Berlim-Oeste nos últimos anos da década de 1960, em que o movimento dos estudantes não conseguiu revolucionar os operários alemães, rompeu com o ambiente favorecido da sua família, abandonando o marido e as duas filhas gémeas para se consagrar totalmente a uma vida precária na clandestinidade.

Com Baader, fundou em Berlim-Oeste a organização de guerrilheiros urbana, em que as mulheres desempenharam importante papel, desde o início. O seu nome surgiu pela primeira vez nas parangonas dos jornais em Maio de 1970, quando ajudou Baader a evadir-se da cadeia, onde se encontrava desde 1968 a cumprir pena de três anos por fogo posto. Os dois fugiram depois de uma troca de tiros na biblioteca de uma prisão de Berlim-Oeste, em que ficou gravemente ferido um guarda. Meinhof foi sentenciada a oito anos de prisão pela sua participação na fuga.

Uma vaga de ataques guerrilheiros contra alvos do «establishment» alemão ocidental e bases militares americanas em princípios da década de 70 alienou-lhes a simpatia e o apoio da extrema-esquerda.

A simpatia renasceu quando os advogados do grupo afirmaram que Meinhof e os seus companheiros tinham sido maltratados no cativeiro.

Declararam que os seus clientes estavam a ser drogados diariamente e não se encontravam em condições de se apresentar a julgamento. Os acusados eram obrigados a ingerir quatro estimulantes por dia, tendo-lhes sido recusado água quando em greve da fome — acrescentaram.

Baader chamou «idiota completo» ao juiz presidente Thodor Prinzing, a quem Meinhof brindou com o epíteto de «porco fantoche imperialista».

Meinhof queixou-se várias vezes das más condições prisionais. Tanto ela como Baader afirmaram ter sido submetidos à «tortura do isolamento», tendo sido mantidos por meses a fio de cada vez em regime de incomunicabilidade. Para protestarem contra isso, entraram pela primeira vez em greve da fome em 1973.

O julgamento começou em Maio do ano passado, num anexo de tipo fortaleza, edificado propositadamente junto à cadeia de Stammanheim. O Governo do Estado de Baden-Wurtemberg despendeu o equivalente a mais de 120 mil contos com o julgamento, na sua maior parte com a segurança.

O processo de acusação constava de mais de 350 páginas.

Os quatro réus nunca negaram a sua responsabilidade nos crimes que lhes foram imputados, mas alegavam que tinham sido politicamente motivados.

A saga Baader-Meinhof foi uma das mais complicadas e dramáticas da história criminal da República Federal Alemã, envolvendo debates ao mais alto nível sobre as condições prisionais, à ética da alimentação, à força dos grevistas da fome e odireito de os advogados de esquerda defenderem quem quiserem.

O comunicado do gabinete do delegado do Ministério Público declara que Meinhof foiencontradamortaporumguarda prisional. O médico que chamou chegou à cela quatro minutos mais tarde e declarou-a morta.

Foi efectuado um post-mortem, não havendo indicações de que na morte estivesse implicada qualquer outra pessoa. O suicídio está a ser investigado pelo gabinete do delegado e pela Polícia criminal do Estado — acrescenta.

Conselho da Europa

Delegação portuguesa regressou de Estrasburgo

Regressaram na tarde de sábado a Lisboa os quatro deputados dos partidos mais votados que compunham a delegação portuguesa presente à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Vital Moreira, deputado do P. C. P., em declarações à chegada resumiu o que fora a sua intervenção no hemiciclo. Declarou a dado passo: «Tivemos ocasião de exprimir as nossas opiniões, nomeadamente sobre a Constituição portuguesa e o seu significado, na medida em que, no próprio debate, houve algumas referências à nossa nova Constituição que não nos pareceram correctas. Entretanto, foi indicado pela Assembleia aos Países Europeus, a necessidade de apoiarem Portugal. De qualquer forma, concretamente, isso faz parte de resoluções paralelas e complementares no que se refere ao problema dos retornados os quais constituem, presentemente, uma preocupação quanto à sua reintegração na sociedade portuguesa».

Quanto ao apoio europeu dado a Portugal para a solução do problema desses retornados, Vital Moreira acrescentou que não houve, a partir daquela Assembleia uma maior abertura quanto a esse assunto. «Tanto quanto sei, pois não conheço números concretos, o quantitativo de auxílio monetário em relação a esse problema é mais simbólico do que outra coisa e não creio mesmo que uma abertura a nível de emigração se concretize a nível europeu. Os países da Europa ali representados referiram mais uma necessidade de abrir essas portas mais a nível da América Latina do que na própria Europa».

No que se refere à maneira como é encarada a situação portuguesa após as eleições o mesmo deputado do P. C. P. afirmou que essa visão dependia bastante dos sectores representados na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. «Representantes de partidos políticos conservadores e de direita terão uma opinião, representantes de partidos de esquerda terão outra. Não fomos poupados de ouvir conselhos mais ou menos inadequados por parte de alguns deputados, tendentes a indicar como deveria ser formado o nosso Governo, como não havia de ser formado, etc. Além disso afirmações desse tipo não estão ausentes do próprio relatório apresentado pelo sr. Gessner que, de resto diz coisas tão lamentáveis como a história de haver 10.000 guerrilheiros em Portugal. Independentemente de tudo isto creio existir preocupações quanto ao futuro político português, mas preocupações que arrancam de interesses políticos diferentes conforme as pessoas que as apresentam. Isso foi notório durante o debate parlamentar. Não há qualquer comparação entre a intervenção de uns deputados e a de outros. A intervenção do deputado trabalhista inglês, por exemplo, a meu ver, foi concreta e, ao contrário de muitas outras, disse alguma coisa».

Lucas Pires do C. D. S. que juntamente com José Luís Nunes, do P. S. e Jorge Miranda do P. P. D., ia também integrado na delegação presente em Estrasburgo, diria que os deputados portugueses foram muito bem recebidos. Apenas lamentava que no dia em que intervieram na Assembleia houvesse já poucos delegados, pois muitos deles tinham já regressado aos seus países. De qualquer forma, havia muitos jornalistas e o eco internacional, que a nossa presença poderia ter, foi portanto conseguido.

Estrangeiro

JORNAIS DE TRINTA PAÍSES REPRESENTADOS NUMA REUNIÃO

FILADÉLFIA, 10 — (R) — Mais de 200 directores e editores de jornais de 30 países reúnem-se hoje em Filadélfia para discutirem a liberdade de Imprensa e as responsabilidades dos órgãos de comunicação social.

A XXV Assembleia Geral do Instituto da Imprensa Internacional (iii), que durará três dias, é inaugurada oficialmente com um discurso do vice-presidente Nelson Rockefeller, seguido por uma sessão de trabalho para a eleição de membros da Junta Executiva e para se apreciar se se deve mudar de Zurique a sede do III e para onde.

Durante a convenção, os delegados ouvirão também relatórios sobre acontecimentos recentes relacionados com os órgãos de comunicação social na Grécia, Índia, Israel, Itália, América Latina, Espanha, Filipinas e Suíça.

Efectuar-se-ão quatro seminários durante a convenção, o primeiro, hoje à tarde, tratando de «informação política nos Estados Unidos».

O debate será travado entre Michel Soulié, de «La Tribune de St. Etinenne», de França e três jornalistas de Washington — Yukio Matsuyaman, do «Asahi Shimbun», do Japão, o colunista Rowland Evans e Frank Jordan, director do serviço noticioso da National Broadcasting Company (NBC).

Na terça-feira, «Sir» Denis Hamilton, director da Times News paper Ltd, de Londres, presidirá a uma discussão sobre «rapto, terrorismo e órgãos de comunicação social».

Oradores incluirão «Sir» Robert Mark, da Scotland Yard, e dr. Dick Mulder, do conselho do Governo holandês sobre questões relacionadas com reféns.

A seguir a um discurso do presidente da CBS, Arthur Tylor, os delegados debaterão «o inimigo interno: ameaças à liberdade de Imprensa», tendo como moderador Ronald MacDonald, do «The Age», de Melbourne.

Entre os oradores estarão Cluade Bellanger, do «Parisien Liberé», de Paris, Windsor Clarke, da Westminster Press Ltd, de Londres, Philip Foisie, do «Washington Post», e Yasuo Takey-ama, da Nihon Keizai Shimbun, de Tóquio.

Na quarta-feira, Clayton Kirkpatrick, do «chicago Tribune», dirige uma discussão sobre o tema «Tem o Ocidente o monopólio da liberdade de Imprensa?»

Caleidoscópio

■ TEERÃO, 10 — (ANOP) — Círculos afectos à aviação persa indicaram que se encontravam quatro norte-americanos e 13 iranianos a bordo do Jumbo 747 que ontem se despenhou perto de Madrid.

O aparelho, que foi surpreendido por uma tempestade quando se aproximava do aeroporto de Madrid, para reabastecimento, destinava-se à base aérea de Maguire, em Nova Jersey, Estados Unidos.

■ ATENAS, 10 — (R.) — O proprietário de uma loja, de 31 anos de idade, foi acusado de homicídio por negligência na pessoa do político liberal Alexandros Panagoulis.

Panagoulis, de 37 anos, que se tornou um herói da resistência antijunta quando tentou assassinar o ditador George Papadopoulos, em 1968, morreu num desastre de automóvel há duas semanas.

Michael Stefas apresentou-se dois dias depois do desastre e declarou estar envolvido no acidente. Disse que o automóvel de Panagoulis deslizou na estrada molhada, embateu no seu carro e esmagou-se contra um muro.

Stefas foi autorizado a aguardar o julgamento em liberdade.

■ BEIRUTE, 10 — (ANOP) — O Parlamento libanês, reunido por entre o troar dos morteiros e o matraquear das metralhadoras, elegeu no sábado Elias Sarkis como sucessor do presidente Suleiman Franjieh.

Sarkis, um conservador, governador do banco central, derrotou o candidato apoiado pelos esquerdistas, Raymond Edde, por grande margem.

A escolha de Sarkis foi uma vitória para a Síria, que apoiou a sua campanha, e uma derrota para o dirigente socialista Kamal Jumblatt.

A votação, ponto-chave para o plano de paz proposto pela Síria, realizou-se apesar da oposição da esquerda, que acusou Damasco de aplicar pressões políticas e militares para forçar a vitória de Sarkis.

■ NAPOLES, 10 — (FP) — O presidente da Câmara de Napoles, Maurizio Valenzi, membro do Partido Comunista, demitiu-se depois da votação de desconfiança proposta pela Democracia Cristã, no meio de um violento debate no conselho municipal. A crise que se abre em Nápoles poderá ter repercussões nacionais, na perspectiva das eleições legislativas de 20 de Junho.

A demissão do presidente levou também a demitir-se a junta municipal formada por comunistas e socialistas.

Os democratas-cristãos ganharam com o apoio dos vereadores do Movimento Social-Italiano (neofascista) e do Partido Liberal, e a abstenção dos republicanos.

Os sociais-democratas e o representante do P. D. U. P. (Partido da Unidade Proletária) votaram a favor da Junta. O resultado foi de 29 votos contra 38.

Jovem trabalhador morto num comício carlista

PAMPLONA, 10 — (R.) — Monárquicos dissidentes acusaram o Governo de responsabilidade pela morte de um jovem trabalhador quando direitistas armados dispararam contra um comício da esquerda, que se efectuou ontem perto de Pamplona.

A violência começou num comício de cerca de 5.000 simpatizantes do Partido Carlista um grupo da esquerda, da oposição, chefiado pelo príncipe exilado Carlos Hugo de Borbon Parma. Três outros carlistas ficaram também feridos devido aos disparos.

Um informador do príncipe, que chegou secretamente a Espanha, no sábado, vindo do exílio em Paris, alegou que os indivíduos armados gozaram da protecção da Polícia e puderam disparar, à vontade, sobre a multidão, quando ela se aproximava do local do comício, no alto de uma montanha.

O Governo foi directamente responsável pelo incidente, asseverou.

Grupos oposicionistas em Pamplona, desde extremistas da esquerda a católicos, fizeram um apelo aos operários para abandonarem hoje o trabalho como protesto contra a sorte do jovem e afirmaram que a falta de acção policial provara a tolerância do Governo em relação aos extremistas da direita.

Imediatamente após o tiroteio, o príncipe D. Sixto, o irmão mais novo do príncipe Carlos Hugo e um conhecido direitista, tentou discursar à multidão através de um altifalante, mas a sua voz foi abafada pelos gritos dos partidários do irmão.

Depois, cerca de 50 indivíduos armados, identificados por testemunhas oculares como sendo «Guerrilheiros do Cristo-Rei», a organização militante dos ultras, dispararam contra carlistas que iam na vanguarda da multidão, no alto do Monte Montejurra, onde se deveria realizar o comício.

O príncipe Carlos Hugo, primo afastado do rei Juan Carlos de Espanha, ficou ileso, e D. Sixto, que vive em Madrid, desapareceu com os homens armados, descendo a outra vertente da montanha.

Após os tiros, a multidão celebrou uma missa a cerca de 300 metros do cimo do monte, e a princesa Irene, mulher do príncipe Carlos Hugo e filha da raínha Juliana da Holanda, afirmou que fora um dia triste para todos.

«Exigimos a liberdade para a Espanha e para o seu povo», declarou a princesa. «Fomos provocados e o caso é muito sério». O marido acrescentou que o Partido Carlista, onde se misturam opiniões políticas da esquerda sobre controlo dos trabalhadores e catolicismo devoto, não deve responder às provocações.

VORSTER: a África do Sul poderá defender-se com armas atómicas

NOVA YORK, 10 — (ANOP) — A África do Sul é capaz de defender-se com armas nucleares, embora esteja apenas interessada na aplicação pacífica da potência nuclear — afirma o ministro sul-africano John Vorster em entrevista concedida ao semanário norte-americano «Newsweek» e vindo a lume no seu último número.

Respondendo ao principal correspondnte estrangeiro da revista, Arnaud de Borchgrave, o chefe do Gabinete sul-africano mostra-se convencido de que a guerrilha que atinge neste momento a vizinha Rodésia, dominada também por um regime minoritário branco, não alastrará à África do Sul.

O facto de a África do Sul não possuir «um exército rebular substancial» é a razão para a recente chamada de 11 mil reservistas — salientou Vorster.

O chefe do Gabinete sul-acricano considera aiainda que para pôr fim à confrontação racial na África Austral é necessário que os países do Leste deixem de fornecer armas aos nacionalistas e que a estes não seja cedido assento em reuniões internacionais.

Quanto à existência de novos Estados acricanos com Governos de inspiração marxista e à política de desanuviamento com a África Negra, Vorster observou que «antes dos acontecimentos em Angola e Moçambique tínhamos conseguido construir algumas pontes e linhas de comunicação com Estados da África Negra... Algugas foram destruidas no processo.

«Mas outras extremamente vitais mantêm-se...».

Interrogado sobre se «no último Outono os Estados Unidos tinham solicitado o auxílio da África do Sul para virar a máré contra os soviétidos e cobanos em Angola, Vorster limitou-se a responder a Borchgrave: «Se faz a firmação, não lhe camarei mentiroso».

A mesma resposta foi utilizada quando interrogado sobre se o seu Governo recebeu ou não «luz verde de Kissinger para uma operação militar em Angola e se pelo menos seis presidentes negros moderados não teriam dado a benção a tal operação».

Chuva e sismos agravam em Itália a situação dos desalojados

GEMONA (Itália), 10 — (R.) — Chuvas torrenciais e novos tremores de terra aumentaram a miséria de dezenas de milhares de desabrigados e dificultaram ainda mais as operações de socorro nas aldeias do Nordeste da Itália arrasadas pelo terramoto de quinta-feira passada.

As autoridades estavam atentas a quaisquer aluimentos de terras enquanto as chuvas transformavam as estradas em rios de lama afrouxando o trabalho das equipas de socorro e dominuindo as esperanças de encontrar quaisquer outros sobreviventes sob os destroços.

A humidade, após dois dias de temperaturas elevadas, alarmou também os médicos que receavam a disseminação de doenças provocadas por cadáveres humanos e animais não recuperados apodrecendo ao calor.

Mais de 60 000 pessoas foram até agora vacinadas contra o tifo, e as autoridades esperam tratar diariamente mais 40 000. Foram emitidos apelos urgentes para mais vacinas, plasma e principalmente desinfectante para esterilizar cadáveres.

A contagem oficial de mortos aumentou a noite passada para quase 800, com mais de 2000 feridos. Espera-se que a contagem final de mortos seja superior a 1000.

Foram distribuídas cerca de 25 000 tendas para ajudar a abrigar aproximadamente 250 000 desabrigados, mas têm surgido críticas de que o auxílio tem sido dificultado por uma fraca capacidade de coordenação.

Aldeias inteiras estariam ontem sem qualquer auxílio enquanto em alguns lugares grades com medicamentos continuavam por abrir porque ninguém sabia como os utilizar ou para onde os enviar.

Um novo terramoto — um de mais de 100 que um instituto geofísico em Trieste declarou ter atingido a área desde quinta-feira — provocou ontem o pânico e o receio de um novo sismo importante, mas não se registaram muitos mais danos.

Dos tremores, 45 foram acima dos 3 graus na escala de Richter, e o principal sismo de ontem atingiu 5,6 graus. O terramoto de quinta-feira registou 6,5 graus, o máximo julgado possível no cinturão sísmico italiano.

Foram instalados seis centros de coordenação entre as aldeias sinistradas para apressar as operações de socorro e canalizar o auxílio para onde for mais necessário.

Unidades do Exército norte-americano de uma base próxima estavam a caminho para prestar auxílio na área sinistrada e mais de 1200 tendas norte-americanas foram transportadas por via aérea.

O auxílio veio também das forças canadianas na Alemanha Ocidental, que enviaram medicamentos e outros artigos.

A noite passada, a contagem oficial de mortos por aldeia era a seguinte: Gemona 150, Artegna 30, Maiano 84, Trasaghis 50, Buja 60, Osoppo 150, Forgaria 55, Ragogna 8, Pinzano 14, San Daniele 10, Pradielis 38, Moggio Udinese 5, Tarcento 8, Resta 3, Vito d'Asio 15, Castelnuovo 1, Venzone 57, Magnano 37, Spilimbergo 1, Fanna 1, Lusevera 8, Colloredo 5.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN

18.30, 19.30 Auditorio Três

MONSIEUR ALBERT, PROPHETE (1963)

16 mm, cor, 27 minutos

LA GOUMBE DES JEUNES NOCEURS (1965)

21.30 Auditório Dois

PARIS VU PAR... (1965)

35 mm, cor, longa-metragem, filme em «sketches» incluindo o «sketch» de Jean Rouch **Gare du Nord**

Versão legendada em português

PUB

AOS DELEGADOS SINDICAIS SECTOR FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico para uma reunião a efectuar no dia 10 de Maio, Segunda-Feira, às 20.30 horas, na Rua do Alecrim, 46, 1.º, em Lisboa (próximo do Cais do Sodré).

ORDEM DE TRBALHOS

Apresentação de propostas de alteração ao clausulado geral do Anteprojecto do CCT.

6/5/76.

Saudações Sindicais
OS SINDICATOS

Nacional

Curso da Gulbenkian para alunos das ex-colónias

Cinco funcionários da Guiné, quatro de Cabo Verde e três de S.Tomé e Príncipe vão frequentar em Genebra um programa de estudos sobre desenvolvimento económico e política social organizado pelo Instituto Internacional de Estudos Sociais e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Este curso, especialmente preparado para individuos com responsabilidades na administração pública e no campo de política social e de trabalho, inicia-se a 25 de Maio e termina a 25 de Junho, na sede da Organização Internacional de Trabalho. Os participantes têm entre 25 a 40 anos.

O apoio financeiro da Gulbenkian consiste no pagamento das bolsas de estudo que cobrirao despesas de viagem e diárias dos participantes durante o curso. Além disso, um certo número de participantes voluntários, cujas despesas seriam pagas pelos seus Governos ou pelas suas organizações laborais ou empresariais, também poderão ser incluídos no curso.

O programa compreende estudos dos objectivos económicos e sociais de desenvolvimento assim como os meios utilizados para os atingir. Serão discutidos, entre outros, os seguintes temas: estratégias e conceitos do desenvolvimento, cooperação económica, investimentos, companhias multinacionais, administração, escolha de tecnologia, promoção do emprego, fomento rural, relações profissionais, inspecção do trabalho, legislação do trabalho, segurança social e normas internacionais de trabalho.

Da Guiné-Bissau, ao que sabemos, foram já escolhidos para participar neste programa de estudos, jovens funcionarios (ou candidatos a) do Comissariado de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, que vão ficar adstritos à preparação do plano económico previsto para daqui a dois ou tres anos.

PUB

Décimo Segundo Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária lic. Lidia Rodrigues Maia Devesa

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

"AMADOR E AMADOR, LIMITADA"

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 5 de Novembro corrente, lavrada de folhas 55v°. a 57 do livro de notas para escrituras diversas n.° A-401, do 12.° Cartorio Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. LIDIA RODRIGUES MAIA DEVESA, foi entre ROGÉRIO CAEIRO AMADOR e MARIA DE LOURDES RIBEIRO CAEIRO AMADOR, constituida uma sociedade comercial por quotas, de responsabilidade limitada, com a denominação em epigrafe, a qual se regerá pelo pacto social constante da fotocópia anexa, que, com esta, se compõe de três folhas e vai conforme o original a que me reporto. Lisboa, vinte e sete de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco.

O 3.° Ajudante
(ANTONIO BORGES FERREIRA)

Artigo Primeiro: A sociedade aponta a firma «Amador e Amador, Limitada», durara por tempo indeterminado a partir de hoje e tem a sua sede em Lisboa, na Avenida do Brasil, numeros quarenta e quatro-A e quarenta e quatro-B

Artigo Segundo: ... O objecto social e o comercio de artigos de vestuario, confecções e seus similares, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comercio ou industria em que os socios acordem e a lei permita.

Artigo Terceiro: ... O capital social, integralmente realizado a dinheiro, e de cinquenta mil escudos e corresponde à soma de duas quotas iguais de vinte e cinco mil escudos de que pertence uma a cada socio

Artigo Quarto: ... A gerência da sociedade e a sua representação em juizo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de ambos os sócios os quais ficam desde já nomeados gerentes, dispensados de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Parágrafo Único: ... Os gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência em quem entenderem; igualmente a sociedade poderá constituir mandatários para os fins e efeitos a que se refere o artigo duzentos e cinquenta e seis do Codigo Comercial ou para quaisquer outros fins.

Artigo Quinto: ... As cessões de quotas são livres entre os socios; mas quando a favor de estranhos, ficam dependentes do consentimento dos socios não cedentes

Artigo Sexto: ... As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência minima de oito dias.

PRÉDIO EM LISBOA

BASE 5464616$00; RENDE 710400$00=13%

CONSTRUÇÃO MODERNA — MAIORIA INQUILINOS COMERCIAIS

RUA RODRIGO DA FONSECA, 76-A e B

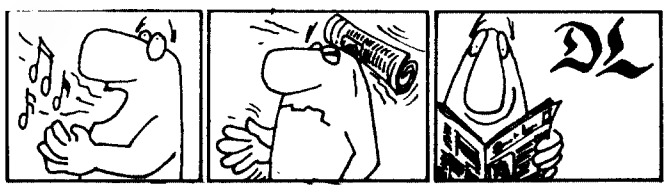
LEILÃO

PRÓXIMA 4.ª-FEIRA, ÀS 12.30 HORAS

Será posto em praça no N/ ESCRITÓRIO, AV. DUQUE DE LOULÉ, 1-A, LISBOA, o prédio em epígrafe. Tem r/c. e 4 andares direito e esquerdo, c/ 13 e 14 divisões, alguns já em período de avaliação. Tem cave p.ª habitação da porteira e 8 quartos de arrecadação pertença dos inquilinos. Com elevador. Está registado na 6.ª Conservatória do Reg.° Predial de Lisboa, s/ o n.° 29 304, a fls. 167 do livro G-40, descrito sob o n.° 6081, inc.° na matriz predial urbana da freg.ª de S. Mamede, sob o art.° 723, e é vendido livre de quaisquer ónus ou encargos.

Trata e presta todas as informações, das 11 às 13 horas, a

SOC. DE LEILÕES AV. DUQUE DE LOULÉ, N.º 1 Telfs. P.P.C. (8 Linhas) 532929 - 51478 - 47018/9 AFRAFILHOS, Lda



SENHORAS

Grande EMPRESA NACIONAL com sede em Lisboa e filiais por todo o País, pretende admitir SENHORAS, com boa apresentação e facilidade de contacto, para os seus QUADROS DE COLABORADORES.

Experiência anterior de vendas não é fundamental, pois, serão proporcionados cursos específicos para a actividade a desempenhar.

Pretende-se SENHORAS em **TODAS AS LOCALIDADES DO PAÍS**, pois a sua colaboração, em regime de «part-time» ou tempo inteiro, será sempre e só prestada nas localidades em que residam.

Oferece-se bom ambiente de trabalho, excelente remuneração mensal, prémios aliciantes e possibilidade de acesso a cargos de chefia.

Pedimos resposta, só escrita, com nome, morada, telefone, idade, ocupação anterior ou habitual para: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 94-1.°, Esq., Lisboa.

setenave
ESTALEIROS NAVAIS DE SETÚBAL

ADMITE:

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SOLDADURA E CONTROLO DE QUALIDADE

OBJECTIVO DA FUNÇÃO:

1 Garantir que os produtos da Empresa atinjam padrões de qualidade requeridos, identificando os desvios que excedam as tolerâncias e propondo as necessárias medidas correctivas.
2 Promover o estudo, ensaio e aprovação de novos processos materiais e equipamentos de soldadura e de oxicorte e assegurar o emprego dos já aprovados de acordo com as normas definidas para a sua utilização.

EXIGE-SE:

1 Bons conhecimentos de soldadura e (ou) controlo de qualidade.
2 Experiência na indústria de construcão ou de reparação naval (5 anos).
3 Bons conhecimentos de inglês.
4 Curso de engenheiro mecânico ou arquitecto naval.

OFERECE-SE:

1 Vencimento de acordo com experiência e com normas em uso na Empresa.
2 13.° mês no fim do ano ou parte proporcional ao número de meses de trabalho.
3 1 mês de férias no ano civil imediato ao de admissão.
4 100 % de subsídio de férias.
5 Comparticipação em transportes.
6 Refeições subsidiadas em refeitórios na Empresa.

As resposta com «curriculum vitae», deverão ser enviadas a SETENAVE, SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO Península da Mitrena — SETÚBAL.

AOS EMPREGADOS TAP

DE TICKETING OU PROMOÇÃO QUE DESEJEM TROCAR PARA A REPRESENTAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. FAVOR CONTACTAR TELEF. 2401732.

PUB

Tribunal Judicial da Comarca de Pombal

ANÚNCIO

Pela 1.ª secção de processos do Tribunal Judicial da comarca de Pombal correm éditos citando a ré CARMO DE JESUS MOTA, ausente em parte incerta e com última residência conhecida em LISBOA 3, Zona de Chelas 2-1.°, para no prazo de VINTE DIAS, decorrida que seja a dilacção de TRINTA DIAS, que se contará da data da publicação do segundo e último anúncio, contestar o pedido formulado na Acção Ordinaria de Divorcio Litigioso n.° 38/75, em que é autor MANUEL BENTO, operário, morador em 25-Rue Belfort, Cernay, 68 700 em FRANÇA, cujo pedido consiste, em substância, em ser decretado o divórcio entre Autor e Ré, com todas as consequências legais.

O duplicado da petição inicial fica, na Secretaria, à disposição da ré.

POMBAL, 6.5.1976

O JUIZ DE DIREITO
as) **António Manuel de Abreu David Ferreira da Cunha**
as) **Valdemar Duarte Cabral**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
TEMOS TRÊS EDIÇÕES
Da Imprensa Nacional 20$00
Do Rei dos Livros ... 30$00
Com anotações ..... 140$00
REI DOS LIVROS
RUA DA CONCEIÇÃO, 23
Telef. 36 95 45 Lisboa

EMPREGO

Ex-gerente bancário, conhecimentos inerentes à profissão, deseja colocação.

Resposta a João Costa
R. Luís Camões, 64
AGUEDA

CARAVANAS PYC

ESTIMADOS CLIENTES E AMIGOS:

Os nossos CINCO MODELOS para CINCO PESSOAS de 1976, estão agora em EXPOSIÇÃO PERMANENTE das 9.30 às 23 h. nos dias úteis e das 15 h. às 23 aos SÁBADOS e DOMINGOS de 8 a 16 de MAIO.

Aguardando a vossa visita na

DUARCAMPO

Praça Gonçalo Trancoso, n.° 2-B — Bairro S. Miguel
(À Avenida de Roma)

PUB

HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO

Aceitam-se inscrições para admissão de especialistas de Cardiologia (1) e Radiologia (2) até ao próximo dia 24 de Maio.

A admissão processar-se-á nos termos próprios do regime de instalação (Art.° 82 Decreto-Lei 413/71) e as condições de concurso serão as constantes da Portaria 455/73.

As candidaturas devem ser apresentadas pelos interessados no Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Aveiro mediante requerimento em papel selado dirigido à Comissão Instaladora e três exemplares de «Curriculum Vitae».

Aveiro, 10 de Maio de 1976

A COMISSÃO INSTALADORA

Nacional

Falta de água antes do ano 2000

Portugal é, além da Bélgica, Bulgária, Roménia, Turquia, Polónia e Luxemburgo, um dos sete países que se debaterá ainda este século com dificuldades de água.

A previsão a que nos referimos consta de um estudo efectuado pelo Secretariado da Comissão Económica, em Genebra, que revela que cinco países da Europa já sofrem essa carência (Chipre, R. D. A., Malta, Hungria e Ucrânia). A Inglaterra, ainda segundo aquele secretariado, atravessa a sua «pior seca dos últimos duzentos anos» e a agricultura, em alguns países, é responsável pela poluição das águas.

Acentua o estudo que embora haja reservas suficientes na Europa para encarar «a procura geral nos próximos vinte e cinco anos, muitas vezes as fontes de abastecimento não se encontram nos locais onde são mais precisas, ou não são disponíveis nos momentos de maior necessidade».

O documento em questão, que no próximo mês vai ser apresentado a um grupo de especialistas internacionais, revela que há 48 acordos na Europa e na América do Norte sobre a utilização comum da água dos rios e lagos que cruzam ou marcam fronteiras nacionais. Prevê ainda que a produção de água será, no futuro, mais dispendiosa para a Europa que para a América, e observa que os locais propícios para a construção de barragens começam a escassear.

«Os problemas mais críticos — salienta o relatório do S. C. E. — encontram-se nas regiões urbanas e industriais, mas a agricultura, nas zonas em que é a actividade predominante, é responsável por metade da poluição das águas».

Processos de saneamento vão acelerar

Numerosos processos de saneamento que aguardam instrução vão ser acelerados, após descentralização a que procederá a Subcomissão e Reclassificação, e que tem em vista cumprir o prazo estipulado na lei.

Os processos serão classificados em duas categorias: os relativos a infracções disciplinares, e que não possam ser passíveis de procedimento criminal, e os que contiverem matéria de natureza criminal.

Eurico Correia à frente do Fundo de Fomento de Exportação

O ministro do Comércio Externo e Turismo dá posse na próxima terça-feira, às 15 e 30, ao presidente interino do Fundo de Fomento de Exportação, dr. Eurico Faustino Correia, técnico requisitado por 180 dias à CISUL.

Licenciado em Ciências Geológicas por Lisboa, o dr. Eurico Correia dedicou-se ao estudo de problemas de Geologia Económica, nomeadamente a avaliação e valorização de depósitos minerais, estudo da rendibilidade dos depósitos minerais e exploração mineira.

Iniciou a sua actividade profissional em Portugal ao serviço de uma empresa canadiana. A partir de 1966, integrado no «staff» da empresa, passou a exercer a sua actividade no campo internacional, principalmente na Grécia, Canadá, Angola e Espanha.

Além da actividade técnica exerceu, na sua qualidade de representante para Espanha, a tarefa de negociar com as entidades privadas e estatais as áreas de actuação pretendidas pela empresa.

Após 7 anos de permanência no estrangeiro regressou a Portugal, em 1972, para se ocupar da direcção do projecto industrial que se pretendia para Monchique e para colaborar na execução do projecto da fábrica de cimentos da CISUL. A direcção do Projecto de Monchique levou-o ao contrato e negociações com países possuidores da sofisticada tecnologia que o projecto exigia, com vista à implantação de uma unidade industrial que visava uma transformação profunda da economia do Algarve.

A sua experiência internacional e conhecimento que possuía do Médio Oriente, aonde a actividade profissional o havia levado, fizeram-no colaborar com a Secretaria de Estado de Comércio Externo, de que era ultimamente consultor.

E representante do Ministério de Comércio Externo na Comissão Interministerial para as Relações Económicas com o Maghreb e os Países do Médio-Oriente.

PARQUES INDUSTRIAIS

Força de arranque para o desenvolvimento

Somos um instrumento da industrialização.
O nosso objectivo é promover, por iniciativa do Estado, a instalação de parques industriais. E geri-los.
Um Parque Industrial oferece às actividades fabris condições de excepção.
O que significa para as empresas que venham a instalar-se num Parque Industrial, maior rapidez, maior economia, maior facilidade.
Donde, rápido arranque da produção.
É para servir pequenas e médias empresas que existimos.
É para fomentar o seu nascimento que trabalhamos.
Para que elas possam viver com saúde. E expandir-se.
Porque a nossa missão é abrir caminho.
À inércia contrapomos perspectivas, possibilidades.
Ao dinamismo oferecemos apoio. Realização. Vida.

Lotes de terreno adequados e criteriosamente localizados ou mesmo instalações já construídas, para arrendamento. Equipamento de infraestrutura, com abastecimento de água e energia eléctrica, telefones e telex, sistema de saneamento, rede viária com ligações às grandes vias de comunicação. Serviços de apoio às empresas e aos trabalhadores. E, ainda, importantes incentivos fiscais e financeiros.

EMPRESA PÚBLICA DE PARQUES INDUSTRIAIS

Somos uma empresa pública. Não temos fins lucrativos. Contacte-nos. Escreva-nos. Ou venha falar connosco.

EMPRESA PÚBLICA DE PARQUES INDUSTRIAIS
Rua D. Filipa de Vilhena, 6, 5.º – LISBOA-1
Agradeço que me enviem a Brochura E.P.P.I. e outras informações sobre a Empresa.
NOME
EMPRESA
MORADA
TELEF. TELEX RAMO DE INDUSTRIA

LONDRES
Férias • Negocios
Viagens económicas • Serviços de qualidade
Partidas TODAS as QUINTAS e DOMINGOS de Maio a Outubro
• Fim-de-semana – 4 dias
• Mini-semana – 5 dias
• Maxi-semana – 8 dias
Desde 4.650$
Avião + Hotel c/ banho + Visita Cidade + Transportes + Assistência

Inglaterra e Escócia
8 ou 15 dias — Partidas diversas de Junho a Setembro
PROGRAMAS • RESERVAS
VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência-R. Bernardino Costa, 47 Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195/6

Aos beneficiários da Caixa de Previdência dos Tipógrafos Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa

O Decreto-Lei 784/75 determina que as receitas das Caixas de Previdência de empresa e actividade passem a ser depositadas na Caixa Nacional de Pensões, tirando assim a possibilidade aos trabalhadores de controlarem a forma como os seus descontos são aplicados.

Nesta conformidade a Comissão de Luta eleita democraticamente em reunião de 22/4/76, decidiu redigir uma moção que entregou ao Secretário de Estado da Segurança Social com a seguinte redacção:

A Comissão de Luta, representante dos trabalhadores utentes da Caixa de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, em reunião de trabalho realizada em 24/4/76, dando execução ao determinado em reunião de trabalhadores realizada no salão da Voz do Operário, em 27/3/76, exige:

1 — A anulação do Decreto-Lei 784/75, de 31 de Dezembro de 1975.

2 — Reservar-se o direito de promover todas as formas de luta que entender convenientes até à anulação do respectivo decreto.

Lisboa, 26 Abril 1976.

A COMISSÃO DE LUTA

NOTA: A Comissão de Luta apela a todos os beneficiários, para que compareçam à **GRANDE MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA**, a realizar em 11 do corrente, com concentração no Marquês de Pombal, pelas 18 e 30 horas.

Espectáculos

"Arriba España" filme francês para Cannes

..A película francesa «Arriba España» será apresentada na Quinzena dos Realizadores no Festival de Cannes. Produzida por franceses, mas dirigida pelos espanhóis José Maria Barroza, André Camp e Ramon Chao, que escreveram o guião, «Arriba España» conta a esperança de levantar do povo, contra a ditadura, após muitos anos de opressão. Um dos autores, Berzosa, que reside em Paris, interpreta assim o filme: «Desde a última parte da guerra civil, a guerra terminou, até ao dia da morte de Carrero Blanco.»

. O filme começa por mostrar a saída dos republicanos vencidos, atravessando a fronteira. Os autores quiseram mostrar os vencedores. Depois, os anos do pós-guerra: as prisões, a repressão, as calamidades do povo espanhol e a participação de Espanha na guerra mundial, com o envio da «divisão azul». Em Carabanchel, filmaram clandestinamente as masmorras onde se encontram os últimos prisioneiros que mostraram a sua oposição a Franco. Marcelino Camacho figura nesse extraordinário documento, dentro do cárcere, com outros presos políticos.

Os autores escolheram a morte de Carrero Blanco para o grito final, o que, após o filme concluído, reconheceram que se devia interpretar como «todos os acontecimentos históricos que pareciam trazer uma grande mudança, acabam em acidentes».

E após o que poderia ter sido a grande convulsão que de novo levantaria o povo, com a execução de Carrero Blanco, surge Juan Carlos, e a continuidade do regime.

Teatro de marionetas

O Grupo de Teatro de Marionetas de S. Lourenço e o Diabo apresenta hoje, pelas 22h., no Centro de Arte de Comunicação Visual (ARCO), à Rua de Santiago, 18, Lisboa, um espectáculo musical composto de dois romances medievais portugueses: «O Conde da Alemanha» e «Gerinaldo, o Atrevido».

Os romances são composições populares, de que não se conhecem os autores e que contam histórias de amores ilícitos e de mortes explícitas.

"Notícias do poder"

Com o patrocínio do INATEL, o Grupo de Teatro «Proposta» apresenta «Notícias do poder...», seu primeiro espectáculo, no Teatro da Trindade, até ao dia 23. Sessões as 21,30 h., excepto aos domingos (16h.) e segundas (descanso).

Durante estes dias, continuam as actividades no local de trabalho do Grupo «Proposta» (R do Vale Formoso, 18, ao Poço do Bispo), com espectáculos de teatro e cinema, para infantis e adultos, de entre os quais se destacam as apresentações de «Os encantos de Medeia» e «A cidade dourada» respectivamente pelos grupos da Casa da Comédia e «ABarraca».

Paralelamente, decorrem ainda os ensaios de nova peça.

GRAVAÇÕES PORTUGUESAS

Voltaram a surgir nas bancas discográficas produções destinadas a um tipo específico de público, não ambicioso e (sobretudo) popular. Assim, regista-se um 45 rpm de Dina do Carmo, com trechos de João Videira Santos («Terra Pão»), Florbela Espanca («Sempre Vieste, Enfim»), Mário Sangue («Inquietação») e Lima Brumon («Passam Luas, Brincam Estrelas»), os três primeiros com melodias de Rocha Oliveira (que também dirige a orquestra) e o último com partitura de Carlos da Maia.

///

O conjunto de guitarras de António Chaínho acompanhando Hélder Cruz em «Quantas Dores tem um Pão» (Chaínho-João Dias), «Se de um tiro nasce a flor» (Alfredo Duarte-João Fezas Vital), «Cantar de Povo» (Miguel Ramos-João Dias) e «Processo de Loucura» (António Chinho-João Fezas Vital».

///

Armando Morais em quatro composições: «Só Quando» (com música de sua autoria e letra de Domingos Silva), «Maria Tagarela» (João Alberto), «Ir Mais Longe» (João Alberto-Artur Ribeiro) e «Esse Corpo que eu não Sei» (Frederico de Brito-Valdemar José do Nascimento).

///

Com a sua viola, há quem aprecie Ilídio Armando. Num «single», ele gravou o trecho popular «O Malhão, Malhão», «Samaritana» (Alvaro Cabral), «O Fado é Imortal» (Ilídio Armando-Moreira Tavares) e «Quem diria» (José Maria Antunes-Artur Ribeiro). Desconhecemos se o poeta da 3.ª interpretação é o árbitro de futebol portuense.

///

Leónia Mendes em dois discos com composições musicais do falecido João Aleixo: «Ai, ai, Joaquim», «Chorona», «Lisboa de Hoje», «Tempos Idos», «Uma Saloia em Paris» (letras do saudoso Fernando Santos), «Ai, Tadeu», «Maria Zaragateira» e «Oh Manel, Dá Palha à Burra» (versos de Artur Ribeiro).

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

QUE VIVA A APICULTURA!

Era isso. Descobri. Finalmente, descobri. Agora já sei qual era o programa que fazia falta na nossa TV para fazer andar a Revolução, rumo ao socialismo. Dou murros na testa. Burro, seu burro, pois não se estava mesmo a ver? Não se estava mesmo a ver que o que faltava era aquilo? Era aquilo, aquilo sem tirar nem pôr. O sr. Pedroso Marques deve sentir-se feliz.

Aquilo a que me refiro é o curso ora iniciado sobre a apicultura. Claro, o que nós precisamos é de mel. Será que já se chegou ao consenso, enfim, das vantagens do mel sobre o vinagre na arte de apanhar as moscas?

. Seja como for, vamos saber tudo sobre as abelhas. Ontem tomámos contacto com os instrumentos mais utilizados. Particularmente interessante aquele fumigador, que trabalha a poder de fole. Parece perigoso, mas não, aquilo é fumaça, apenas fumaça, não tenham medo, é só fumaça para atordoar as abelhas.

Certamente, às vezes não é por muita fumaça se fazer que se consegue maior adesão dos insectos trabalhadores. Isso agora, para aqui, interessa pouco, é certo. O que interessa, ao nível da programação, é sublinhar e festejar o aparecimento da rubrica.

Meu Deus, como foi possivel só se lembrarem dois anos depois do 25 de Abril? Como só agora se lembraram da necessidade de evitar que as abelhas nos piquem, até nos podem cegar, imaginem!

Um curso de apicultura: era isto o que faltava para reforçar a consciência das massas. Todas ao cortiço!

A LIÇÃO QUE VEM DE BOLONHA

Critica-se muitas vezes um crítico de televisão pelo facto de se entender com matérias de desvairadas naturezas: ele é futebol, ele é culinária, ele é poeira ou música ou pedagogia, etc.

Critica-se — ou melhor: condena-se — sem se ver que um indivíduo, qualquer que seja a sua actividade, está a ser solicitado a todo o momento para sectores mais largos. Aliás, reforçar a possibilidade de ser o homem do nosso tempo e cada vez mais um *homem do renascimento*, essa é a verdadeira vocação da televisão. Quando se pretende fazê-la cumprir essa vocação, chama-se um homem chamado Mário Dionísio; quando se pretende diminuir-lhe, ou atalhar-lhe, essa tarefa, chama-se o Carlos Cruz. O que quer dizer que também nos domínios da televisão, temos de levar a nossa cruz ao calvário.

Um apresentador de televisão, por exemplo, necessita de uma cultura geral altamente desenvolvida. Ontem, por exemplo, quem assistir ao festival da canção infantil realizado em Bolonha, ficou sem qualquer dúvida sobre os conhecimentos pedagógicos do apresentador, para além da sua capacidade profissional.

Ele sabia falar sem paternalismos nem autoritarismos. Não tratava as crianças como atrasadinhas mentais. Não moralizava, não emendava, não encarreirava acintosamente as respostas. Não deixava de ser adulto, seduzido como muitos de que um adulto terá de parecer que o não é quando parlamenta com as crianças.

Sim. Foi um excelente espectáculo. Ah, só aquele coro! Mas o apresentador também não deixou de ficar na nossa memória.

BARATA MOURA: QUE SE PASSA?

A propósito, não posso deixar de referir como são diferentes as coisas em Portugal...

No «Fungagá da Bicharada», transmitido no sábado fazia Júlio Isidro com a pequenada presente a seguinte combinação: Fulana e Beltrano iam dançar; depois, se eles não souberem fazer bem, nós fazemos troça...

Troça. Eles fariam mal, nós faremos troça. Nem ao menos nós criticaremos, nós diremos se trabalharam bem ou mal, nós ajudá-los-emos a fazer melhor, etc., etc. Nada disso. Júlio Isidro lançou, com a maior das leviandades, a semente da destruição. Chama-se a isto, pura e simplesmente, não saber tratar com as crianças, nada entender de pedagogia.

A propósito de «Fungagá da Bicharada».

Trata-se, como se sabe, de um programa de grande popularidade devido, principalmente, à presença e às canções de José Barata Moura. Este artista era, sem margem para dúvida, a alma do programa. Não sei se algum artista alcançou entre as crianças portuguesas maior simpatia do que Barata Moura.

E, de repente, Barata Moura desaparece. Evaporou-se? Foi para o estrangeiro? Trata-se de mais um saneamento?

Não houve nem uma palavra de explicação. Tudo se passou no mais completo silêncio. O que não deixa de ser suspeito. Porque Barata Moura não se evaporou. Porque Barata Moura não está no estrangeiro. Que se terá passado? Mistério.

As crianças mereciam uma explicação. Que Júlio Isidro não deu. Se calhar, como se trata de crianças, Isidro achará que não vale a pena...

NÃO HÁ OU NÃO HÃO?

O nome dele é Francisco Salgado. Jornalista do Telejornal pós-25-de-Novembro. Comentador político com os seus dislates, mas enfim, a culpa não é dele. A culpa é de quem o põe (quem o deixa) estar para ali que tempos a desmoer lugares-comuns, a palear com a maior solenidade e a maior trivialidade. Há sempre um conselheiro Acácio, á nossa espera, que é que se há-de fazer.

Que um indivíduo possa ofender a política, entende-se e perdoa-se. A política, como se tornou fatal dizer-se nestas circunstâncias, aproxima-se mais das matemáticas superiores do que da aritmética. Deste Salgado fica a suspeita, ouvidas suas considerações, da sua pouca ou nenhuma propensão para a aritmética, quanto mais. Mas, repito, isso é já outra história.

O que não pode aceitar-se é que, além de ignorar aritmética, ignore a mais elementar utensilagem da nossa língua. Ainda é possivel escrever e ler perante não sei quantos milhões de portugueses coisas como esta: *...sem os capitães do 25 de Abril, jamais haveriam eleições livres...*

Que se não saiba da política que havemos, mas saiba-se, de um verbo que há chamado *haver*. Senão, não há bons comentadores. Não há ou, seguindo a ciência do Salgado, não *hão*.

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS
DA INDÚSTRIA DE HOTELARIA
RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

AOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA HOTELEIRA DOS DISTRITOS DE COIMBRA, LEIRIA, GUARDA E CASTELO BRANCO

É dever desta Federação, numa linha coerente de defesa dos interesses dos trabalhadores do sector, informar de que foi levantada a suspensão imposta por esta Federação ao Sindicato da Indústria Hoteleira de Coimbra por terem sido restabelecidas as condições mínimas de democracia interna, através da constituição de uma comissão directiva que no prazo estabelecido pelos estatutos deverá promover as eleições para os órgãos directivos do Sindicato.

O SECRETARIADO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DO DISTRITO DE FARO

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES

AVIÃO A JACTO TAP-ESTADIA EM BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO abreu

SUIÇA ÁUSTRIA

Partidas: 26 Julho, 5, 15 e 25 Agosto, 4 Setembro
Berna-Innsbruck
Cortina d'Ampezzo-Viena
Salzburg-Munique-Zurique
Lagos da Suiça-Interlaken
Geneve
11 DIAS DE VIAGEM 11.400$00

SUIÇA ITÁLIA ÁUSTRIA

Partidas: 26 Julho, 5, 15 e 25 Agosto, 4 Setembro
Geneve-Milão-Lagos Italianos
Riviera Italiana-Pisa-Florença
Pádua-Veneza
Cortina d'Ampezzo-Innsbruck
Região do Leman
11 DIAS DE VIAGEM 10.900$00

ORGANIZACAO EXCLUSIVA abreu fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 320021
FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6
PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2

PUB

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS DO SUL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os colegas abrangidos pelo CCTV Fabricantes do Material Eléctrico, para uma reunião a realizar no dia 11 de Maio, pelas 21 horas, no Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul, R. Jardim do Regedor, 37-2.°, Lx., com a seguinte

Ordem de Trabalhos :

Discussão das Propostas de Clausulado apresentadas para o CCTV Fabricantes do Material Eléctrico.

A DIRECÇÃO

Hoje

MOLIÈRE

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Espaço Visual** — um programa apresentado pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
19.25 **Teledesporto** — rubrica dedicada às actividades desportivas do fim-de-semana.
19.55 **Da Saúde e da Vida** — profilaxia da cegueira (Banco dos Olhos). Apresentação do dr. Almano Vendrell.
20.10 **Vivendo o Futuro**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Momento Político** — com o sr. dr. Medina Carreira subsecretário do Estado do Orçamento.
21.35 **Antologia** — «O Doente Imaginário», de Molière. Uma produção da O.R.T.F.
23.45 **Telejornal** — 3.ª edição
00.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«O Regador Mágico»** — série filmada.
20.25 **Câmara Livre** — Cruz Vermelha Portuguesa — sua acção humanitária. Carlos Rodrigues entrevista o dr. Fernandes Stender.
20.55 **«Evasões Célebres»** — série filmada.
21.45 **Brahms por Karl Böhm** — à frente da Orquestra Filarmónica de Viena, Karl Böhm interpreta a 2.ª Sinfonia de Brahms. Apresentação do D.P.M.R.
22.20 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
22.50 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **1.° Período** — **13.15**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: «Paulo e Virgínia»; **13.55**: Logo à Noite. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (2.° ano); **14.35**: Matemática (1.° ano); **15.00**: Francês (2.° ano); **15.25**: Ciências da Natureza (1.° ano); **15.50**: Educação Visual (2.° ano); **17.10**: Matemática (2.° ano); **17.35**: Língua Portuguesa (1.° ano); **18.00**: Trabalhos Manuais (2.° ano); **19.25**: Francês. **2.° Período** — **19.00**: «Wickie, o Viking»; **19.25**: Documentário sobre a Madeira; **19.55**: Ver; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.05**: «Sweeney» — série policial; **22.00**: Debate — a transição para o socialismo; **23.00**: Telejornal — 3.ª edição; **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Desenhos Animados; **20.25**: «Paulo e Virgínia»; **20.55**: Encontro com o Passado; **21.20**: Robert Farnon e a Orquestra Filarmónica de Londres; **22.15**: Telejornal; **22.45**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

NACIONAIS DE FUTEBOL

O campeão é vermelho

Comentários por NEVES DE SOUSA

Acabou a festa maior: o título está no bolso do Benfica, que trepou até ao poleiro com a soberania que é razão directa da posse do melhor e mais vasto «plantel» português. Só que, o último golpe, na banca do Bonfim, foi completamente defraudado pela actuação de um juiz (António Garrido) que, sendo embora o de maior prestígio na arbitragem nacional, esteve verdadeiramente irreconhecível, a pontos de, em certos momentos do jogo, se assemelhar a um principiante, totalmente enleado em pormenores de somenos, ao sabor das vagas nos instantes cruciais, sempre divorciado dos dois suportes que fazem parte da sua equipa de julgamento.

Na verdade (e na justa dimensão do termo) foi inacreditável a exibição do leiriense António Garrido, a quem se tiram os chapéus pelo «palmarés» antigo mas, igualmente, se censura asperamente pela torrente de erros cometidos em Setúbal, perante um Bonfim atónito. Mas, já lá iremos, no detalhar pormenorizado da esgrima sadina, onde Toni (fique já a imagem) assinou o mais belo e (paradoxalmente) o grande zero...

O campeonato (ronda 28) começou lá por cima: em Guimarães, onde o F.C.Porto, como vai sendo normal, viu *desfilar* Rui Lopes e, com ele, voar a vitória a que aspirava. Chegou a estar com vantagem (Cubillas, em livre directo): mas, o empate, por Rui Lopes (livre indirecto, aproveitamento do toque de Rui Rodrigues) e, na segunda metade, o esclarecedor 2-1 (ainda saído dos pés do ex-benfiquista, após um «banho» em Quim e Teixeira) podem ter arredado a caríssima turma dos milionários «das Antas» de qualquer hipótese em plano da UEFA, a menos que, no despique da «Taça» (novamente com os vimaranenses. do astuto Fernando Caiado), Monteiro da Costa consiga fazer alguma coisa que marque alegremente a sua efémera (nova) passagem pelo comando do futebol *azul-branco*.

O juiz setubalense Inácio de Almeida não teve, em Guimarães, problemas por aí além: quando lhe desobedeceram ou deram ares de vedetismo contestatário (Rodolfo e Dinis) pegou no «cartão amarelo» e usou-o como mandam as regras. Aliás como o defesa-médio e o «internaciional» angolano já estão bem habituados...

Um erro para Monteiro da Costa, ou talvez não: é que Seninho, a «seta» portista, só para meados da segunda metade entrou em jogo (a substituir Ademir) ficando sem saber-se se alinhou tardiamente por não estar nas boas graças do técnico ou se a condição física era impeditiva de ter dado qualquer pontapé na bola, na tarde de ontem. Um problema para os mais directamente interessados deslindarem com cuidado.

ESTOIRO

Matosinhos viu a surpresa: perante uma correcta arbitragem do setubalense Raul Nazaré, o Farense (via Jacques) logrou, aos 83 minutos, o solitário golo que conferiu dois pontos e certa esperança de não baquear de uma só cutelada no saco secundário. Jacques foi, na verdade, a «estrela» do jogo: no seu tento «driblou» dois parceiros de emblema diferente e atirou a bola para as malhas mas, no decorrer do espectáculo, justificou (tal como amplamente sucede em relação a Rui Lopes) a chamada, o apelo, para os altos voos dentro da própria selecção nacional.

APLAUSOS

No Bessa, o luso-brasileiro Zézinho mais o ex-montijense (e «internacional» Francisco Mário) rubricaram os dois *brindes* do Boavista (ainda de José Maria Pedroto) ao Sporting de Braga, também já a despedir-se do actual técnico (José Carlos a ceder o poder ao ex-companheiro Mário Lino). Palmas para o Boavista: o 2.º incontestado.

LENTAMENTE

Vasques e Gonzalez, no voltar da face da partida Beira-Mar-Belenenses, carrilaram para Lisboa os dois pontos colocados na balança. Foi um jogo muito frouxo, insípido e entorpecente, sem grandes rasgos e sempre com um contendor em grande estilo: o dono do Restelo, a prolongar as sérias (e legítimas) aspirações ao suplante de um Futebol Clube do Porto que, por vezes, não tem ponta por onde se lhe pegue. Se atendermos)é evidente) aos gastos e consequentes lucros, em cada volta mensal do calendário...

CUMPRIR

O Sporting arrasta a sua instabilidade: fez o que lhe competia (ganhar o «páreo») e a mais não chegou. Um espectáculo cuja monotonia, cujo afrouxamento de luz apenas foi rasgado pelo desacompanhado golo de Manuel Fernandes nas malhas do seu antigo patrão (à beira do quarto de hora) a desfeitear Conhé, seu futuro colega de labuta. A Cuf, ainda constituída por jogadores profissionais, está irremediavelmente no declive: mas, bate-se com orgulho e brio na defesa de antigos pergaminhos.

JUSTIÇA

Aconteceu na Tapadinha (como era inteiramente lógico e de justiça) a visita do Académico conimbricense aos onze Alcântara-Santo Amaro (e ves circunvalações). Tudo muito lento, desbobinadas a passo as jogadas, atabalhoada e sempre a meio campo a raiz do «show». Luís Horta (que vai cobrar «trinta e tal» por mês, na próxima temporada, ao serviço do futebol belenense) perdeu dois lances infantis: «penaltie» e sequente recarga. Helder, jovem valor do chuto na bola conimbrincense, esteve alí para as curvas: foi ele (sem mácula) quem embolsou o preciosos ponto com que o sucessor da Académica retorna ao pátrio lar.

CONFIRMAR

O veterano Torres e o azougado Clésio (primeiro, a chegar isolado frente a Silva Morais; depois, no aproveitamento de «falhanço» destacado do guardião tomarense) escreveram o 2-0 com que o Estoril Praia *homenageou* a boa-vontade do União nabantino. Tudo normal, tudo quase espelho do recentemente ocorrido em fase de «taça».

TÍTULO

Cá estamos em Setúbal, na moldura de uma casa cheia. O marcador (0-4) é ilusório, embora o domínio, a supremacia (absolutamente natural) dos lisboetas fosse uma determinante da bússola. Mas, implica a razão que se repita, o resultado foi apoiado em muito discutível critério de António Garrido, realmente numa das tardes mais periclitantes da sua carreira.

Aconteceu que, logo de entrada, Vagner e Amâncio (e quantos mais o pretendiam...) desfilavam por Malta da Silva como em vinha sem bago de uva. A certa altura, Lito apareceu derrubado em plena grande área contrária: esboçaram-se protestos, ouviram-se assobios, viram-se braços no ar. Todavia, o jogo continuou: e, num repente, surgiu no ar a bandeirola agitada pelo auxiliar arbitral que acompanhava o ataque lisboeta, movida com frenesim, deve acentuar-se: porém, no mesmo instante, Vítor Baptista encosta a teta ao couro e arremessa-o para as redes do seu ex-talvez futuro emblema. Um jogador benfiquista cometera falta. Indiscutível, tal a veemência e vincar de situação pelo fiscal: mas, omnipotente, monarca, António Garrido fez vista grossa e disse adeus aos lamentos. Havia 14 minutos e, logo no pontapé imediato, nascia o golo n.º 2: por Nené, a aproveitar um magnífico cruzamento de Moinhos, executado com régua e compasso, como exigem os cânones, como mandam os mestres. Toda a defesa setubalense estava, ainda, a discutir o tiro no coração recebido anteriormente: e, foi o bom e o bonito, porque apareceu uma efervescência na bancada que não prognosticava nada de bom, antes parecia atirar uns milhares de pessoas para dentro do relvado, na peugada do juiz leiriense e mais da sua preponderância inadequada. Surgiram os desmaios, os gritinhos, os berros e os dixotes. Muitos nervos, por dá-cá-aquela-palha. Quando se esperava que isso fosse apenas tombar nas hostes do Vitória, eis que Malta da Silva (de sangue na guelra) começou a incrementar a caça às bruxas contrárias, em refúgio à falta de canelas para chegar primeiro à bola e, sobretudo, numa demonstração de antiprofissionalismo que não valem mais qualquer comentário. Só acrescentar que, pelo tempo adiante, veria um «cartão amarelo» (mais um na sua carreira) e seria substituído por Eurico, para Wilson evitar turbulência maior.

Adiante. Veio o 0-3. Um remate portentoso de Toni, na cobrança de um «livre», a arrancar a bola do meio-castelo contrário e a fazê-la aninhar, como um bólido, no cantc esquerdo da baliza dos pupilos de Lino. Um lance escrito com garra e força, a definir a capacidade física do jogador. Porém, um recorte belíssimo que tomba pela base daí a instantes, quando Caica (em choque fortuito) derrubou o médio benfiquista e este, estendido no terreno, não esteve com conversas: afinfou os dois pés, com dentes cerrados, na barriguinha-peito do jovem profissional setubalense. António Garrido achou que as duas faltas tinham sido idênticas: e mostrou «cartão amarelo» a Caíca e a Toni. Erro de todo o tamanho: para aquilo (como para a verborreia há semanas utilizada na Tapadinha) havia uma só saída: a expulsão de Toni que, pelo facto de ser um bom executante, comandar o Benfica e estar no elenco sindical, não possui qualquer imunidade especial contra os destrambelhamentos que frequentemente irradiam da sua personalidade, quando mais deveria vincar um bom exemplo. Bem fez Mário Wilson: Toni para a cabina e Vítor Martins em campo. Todavia, para a juventude que gosta de copiar o exemplo, Toni não é o imaculado.

Falemos, agora, de como surgiu o 0-4 para os «encarnados». Foi outra vez repleto de tal insólito que, a esta hora, ainda muito boa gente se interroga de como foi possível António Garrido (após a experiência anterior, tão frustrante) ter novamente abdicado da consulta ao colega-fiscal que, também aqui, estava hirto, de braço e bandeirola erguidos, a assinalar falta do leque atacante que estava de visita à cidade. Corria-se o 44.º minuto, Jordão atiraria a bola para junto do véu, mas a multidão é que não ficaria calada tão cedo: e, com toda a razão. Confirmada (vejam bem) por milhares de benfiquistas que sorriam (ou ficavam levemente envergonhados) ante favores arbitrais de que não precisam. Nem nunca careceram, em boa verdade.

Está dito: o Benfica chegou ao título, construindo o sucesso mas sentindo o caminho atapetado por favores que não estavam no horóscopo. Como sejam: um Boavista a perder folego na recta da verdade, um Sporting sem expoentes decisivos e com lutas intestinas, um Belenenses sem dinheiro para os voos mais saborosos, um Guimarães que já excedeu muitos sonhos e, especialmente, um Porto que tão depressa faz miséria como aparece mascarado de pedinte sem sorte. De qualquer modo, mesmo com algum árbitro a puxar os cordelinhos da sua cor, o Benfica atinge o degrau mais alto à custa de muito mérito. Mário Wilson (em especial) bem merecia este petisco: e o correspondente lucro em paladar de escudos ou em fama a dar flores.

A tabela pontual oferece esta perspectiva: Benfica (já campeão, aconteça o que acontecer) a juntar 48 pontos; Boavista, com 44; Sporting, 38; Belenenses, 37; Guimarães e Porto, 35; Estoril, 27; Braga e Setúbal, 25; Atlético, 21; Académico, Leixões e Beira-Mar, 20; C.U.F. e Tomar, 18; Farense, 17. A jornada 29, com o Sporting-Benfica, será a 23 do corrente: domingo é dia de «Taça».

Agora a dúvida cifra-se em três pólos: quem acompanhará a dupla Benfica-Boavista no ataque das competições europeias? Quem baixará instantaneamente? Quem disputará a enervante «liguinhas»? Seja o leitor um adivinho: e jogue nos símbolos a bel-prazer.

Bessa: Zézinho (no chão) faz um golo à meia volta.

Tapadinha: Helder (na baliza) tinha olhos para tudo.

Matosinhos: Benje encaixa e segura os dois pontos.

Benfica: um «team» habituado ao êxito. Em cima, a partir da esquerda: Barros, Malta, Toni, Messias, Baptista e Lopes. Em baixo: Nené, Bento, Jordão, Sheu e Moinhos.

Desporto

"VUELTA"

Agostinho à coca

Felizmente para Joaquim Agostinho, a 12.ª etapa da «Volta à Espanha» em bicicleta, disputada ontem entre Pamplona e Logrono, decorreu em toada morna, dedicando-se os corredores em prova a armazenar forças para as etapas futuras. E felizmente, porque o corredor português alinhou à partida com 39 graus de febre, temperatura que se mantinha à chegada.

Este foi o facto a destacar entre o triunvirato de ciclistas portugueses que intervêm na «Vuelta», para além do 3.º lugar obtido por Fernando Mendes na «meta volante» instalada em Calahorra.

Na classificação geral deste trofeu, José Martins ocupa o 2.º lugar, atrás do belga Verplancke.

Classificação da tirada: 1.º, Gerbefs Karstens (Holanda), 4,28, 42 (20 s. de bonificação); 2.º, Dirk Ongenaes (Bélgica), 4,28,42; 3.º, Cees Priem (Holanda), 4,28,42; 4.º, Domingo Perurena (Espanha); 5.º, Javier Elorriaga (Espanha); 6.º, Daniel Verplancke (Bélgica); 7.º, Hennie Kuiper (Holanda); 8.º, Erik Jacques (Bélgica); 9.º, Julien Vant Lint (Bélgica); 10.º, Arthur Van de Vijver (Bélgica); todos com o mesmo tempo. Os 3 portugueses chegaram neste pelotão.

Classificação geral após a 12.ª etapa: 1.º, Erik Jacques (Bélgica), 56 h. 44 m. 22 s.; 2.º, Diete Thureau (Alemanha), 56.48,07; 3.º, Joaquim Agostinho, 56.48,15; 4.º, Jesus Manzaneque (Espanha), 56.48,23; 5.º, Hennie Kuiper (Holanda), 56.44,24; 6.º, Gerrie Knetemann (Holanda), 56.48,33; 7.º, José António Gonzalez Linhares (Espanha), 56.48,44; 8.º, Luis Ocaña (Espanha), 56.48,46; 9.º, Josep Fusch (Suiça), 56.48,49; 10.º, Bert Pronk (Holanda), m.t.; 17.º, José Martins, 56.49,35; 29.º, Fernando Mendes, 56.54,39.

A grande «bronca»: parece confirmado o «doping» de Erik Jacques, na etapa em que obteve a «camisola amarela». O belga pediu confirmação da análise: a resultar positiva, temos que ele será colocado em último lugar nessa tirada e Agostinho saltará para 2.º lugar, apenas a 8 segundos do alemão Thureau. Porém, o estado físico do corredor de Brejenjas é bastante instável: a febre continua, ele tem uma lesão no polegar direito e a sua turma talvez não possua capacidade para o apoiar nas duras tiradas de montanha que estão à porta. Vamos a ver.

Ainda que perdendo com o Benfica, as voleibolistas do Leixões conquistaram, com brilho incontestado, o título nacional. Por seu lado, a turma masculina de Matosinhos é «leader» da prova em que compete, sendo muito provável que consiga um bicampeonato para o clube da beira-Douro.

O desporto vai ajudar as vítimas dos sismos

O Desporto está a organizar uma vasta competição de solidariedade para com os sinistrados do violento sismo que devastou o Nordeste da Itália.

Os ciclistas que participaram ontem na Volta à Toscania renunciaram a todos os prémios da prova revertendo a soma para os danificados.

A Associação de futebolistas abriu, por outro lado, uma subscrição para recolha de fundos, tendo o mesmo feito alguns jornais desportivos.

O Inter (de Milão) vai disputar, no próximo dia 27, um jogo particular com o Udinbse (clube de Udina, capital da província mais afectada pelo abalo sísmico).

Também o Bolonha se ofereceu para jogar em Udina, e o Napoles anunciou um jogo com um clube estrangeiro, também em benefício das populações afactadas.

Por outro lado, o «Comité Olímpico Nacional Italiano», que contribuiu com tendas de campanha para as operações de socorro, pediu que se guardasse um minuto de silêncio pelas vítimas do sismo em todas as competições desportivas realizadas ontem, em Itália.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo Restaurantes e Similares do Sul

ABRANGENDO

Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Beja

PÁTIO DO SALEMA, 4-2.º — LISBOA-2

TELEFONE P. P. C. 86 41 76/77/78

AOS TRABALHADORES DAS CANTINAS, REFEITÓRIOS E CATERING

Convocam-se todos os trabalhadores deste sector, para um plenário geral a realizar nas instalações da Sede do Sindicato, na próxima Quarta-Feira, dia 12 de Maio, pelas 17.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Informação sobre o processo de negociação do Contrato Colectivo de Trabalho.

2 — Discussão das condições específicas dos trabalhadores das Cantinas e Refeitórios para o novo C. C. T.

3 — Informações.

A DIRECÇÃO

NOTA: Todos os trabalhadores podem obter no Sindicato, exemplares do projecto de C. C. T. a discutir, a fim de o poderem estudar com antecedência.

PORTUGAL

HÓQUEI PATINADO

A selecção portuguesa de hóquei em patins perdeu com a espanhola (por 3-1) no jogo final do Torneio Oliveras de La Rivas, disputado ontem à noite, no Palácio dos Desportos de Oviedo.

A selecção espanhola marcou primeiro (aos 5 minutos) por intermédio de Nogué, dez minutos mais tarde Livramento empatou.

Na segunda parte, Nogué estabeleceu o resultado final, marcando dois golos em menos de um minuto. As equipas alinharam:

ESPANHA — Trullols, Ferrer, Vila Puig, Nogué, Giralt e Villacorta.

PORTUGAL — Ramalhete, Pereira, Sobrinho, Livramento, Chana e Casimiro.

Na partida para os 3.º e 4.º lugares a Alemanha venceu a Itália, por 2-1.

Resultados da véspera: Espanha, 5-Itália, 1 e Portugal, 5-Alemanha, 4 (após marcação de grandes penalidades, por haver empate a dois golos no final do tempo regulamentar).

TÉNIS DE MESA

Prossegue esta noite o Campeonato Individual de Ténis de Mesa (veteranos) com jogos nas mesas do Ferroviário, Casa Pia, Económicos, Musical, Estrela e Sporting.

RÂGUEBI

Encontra-se em Portugal a representação raguebística do Sussex County (seniores e «colts»-joradores com idade inferio a 19 anos) que vêm efectuar diversos jogos entre nós. Hoje, ás 18 e 30, com os juniores do C.D.U.L. (Estádio Universitóario de Lsiboa); amanhã, no Estádio Municipal de Coimbra (21 e 30) com a Académica; quinta-feira, no Estádio da Luz (18 h.) com os juniores e seniores do Benfica; dia 15, no Estádio Universitário do Porto (15 h.) com os juniores e seniores do C.D.U.P.; dia 17, no Estádio Universitário de Lisboa (18 h.) com os juniores de Agronomia e com os seniores do Técnico; dia 19 (18 h.) com os juniores e seniores de Direito; dia 21, no Restelo (19 e 30) com os juniores e seniores do Belenenses.

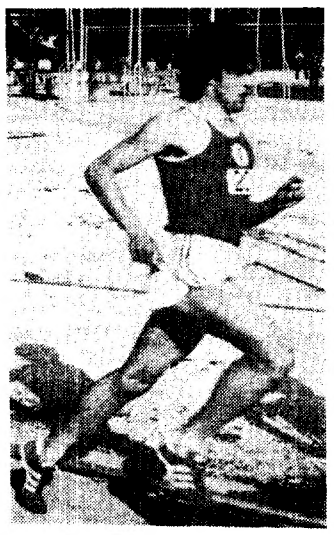
ATLETISMO

Grande destaque para atletas portugueses, neste fim-de-semana em que se bateram «records» nacionais: na Polónia, o casal sportinguista Adília Silvério-Raposo Borges esteve no galarim. Adília arremessou o peso a 16,18 cm e Raposo pulou 4,95 m em salto com vara, batendo ambos os máximos cá da terra.

Em Liubliana (Jugoslávia) Aniceto Simões foi 2.º na Corrida da Amizade (4270 metros) apenas perdendo para o famoso colombiano Vítor Mora. Classificação dos outros portugueses: 12.º lugar para Anacleto Pinto e 33.º para José Sena.

Anacleto Pinto correu em Zagreb: 9.º posto. Na mesma corrida jugoslava, actuaram novamente Aniceto Simões (13.ª posição) e José Sena (28.ª).

Na Maratona de Amesterdão (Holanda), Vasco Pereira desistiu, mas o veterano Armando Aldegalega deu novo exemplo de pundonor: foi 18.º, embora em tempo demasiado fraco para as suas aspirações (2h 44m 30s). Ainda na corrida, esteve outro português: Albertino Pinto (TAP), que foi 102.º (3 h 46m 25s).



Helder de Jesus a caminho de um máximo.

Em Atenas (Grécia), durante um «meeting», José Carvalho foi 2.º numa prova de 400 metros com barreiras. Tempo verificado: 50,7 segundos, mais 3/10 que o gasto pelo vencedor (o grego Tziortzis).

Aqui em casa, dois máximos para a lista: a cargo de Hélder de Jesus, nos dois quilómetros (5m 06s 2/10 para o benfiquista) e para o junior Miguel de Almeida (1 e 97, em pulo do também «encarnado»).

LÁ FORA

ESPANHA

O Real Madrid é campeão da liga espanhola, em futebol (1975-76) ao derrotar o Granada, por 2-1. Apesar de ter revalidado o título, o Real Madrid não poderá disputar a próxima Taça dos Campeões Europeus, pois foi penalizado pela U. E. F. A., com um ano de suspensão das provas continentais.

RECORDES

Atletas femininas da Alemanha Oriental bateram recordes mundiais do salto em altura, salto em comprimento e 400 metros, durante uma prova de clubes realizada durante o fim-de-semana.

Christina Brehmer (18 anos) competindo nos 400 metros, foi cronometrada electronicamente no tempo de 49,77 segundos: o anterior máximo, de cronometragem manual, pertencia a Irena Szewinska (da Polónia) com 49,9 segundos, tempo feito em 1974. O antigo máximo cronometrado electronicamente era de 50,14 segundos e pertencia à finlandesa Riita Salin.

Angela Voigr, de Magdeburgo, superou o recorde do salto em comprimento: com 6,92 metros. O anterior máximo (6,84 metros) pertencia, desde há seis anos, a Heide Rosendahl, da Alemanha Ocidental, medalha de ouro olímpica.

Rosi Ackermann, estudante de economia (24 anos), melhorou o seu próprio máximo do salto em altura, ao transpor a fasquia colocada a 1,96 metros, mais um centímetro do que a sua anterior marca mundial.

Belenenses entre extremos: título em andebol descida em basquete

O Belenenses foi a Aveiro fazer a festa da confirmação do seu título nacional de andebol: bateu o Beira-Mar (por 25-15) e terminou o torneio com três pontos à maior do Benfica, que o perseguira entusiasticamente. Outros desfechos da jornada: Almada-Sporting, 11-27; V. Setúbal-Benfica, 13-14; A.S. Mamede-C. Ourique, 19-10; Boa Hora-F.C. Porto, 16-17; e Técnico-P. Manuel, 12-13.

Classificação final do campeonato: Belenses, 63; Benfica, 60; Sporting e Porto, 57; Vitória de Setúbal, 44; S. Mamede, 41; Beira-Mar, 38; Almada, 37; Boa Hora, 36; Passos Manuel, 35; CACO, 31 e Técnico, 29. Os dois últimos clubes baixam de divisão, trocando com o Atlético da Encarnação e com um dos dois restantes candidatos (Maia ou S. Bernardo).

Por seu lado, o nacional de basquetebol virou as costas aos «azuis» do Restelo: o Belenenses acompanha o Sacavenense na descida sulista de divisão, o mesmo ocorrendo com os nortenhos do Conimbricense, enquanto a espada pende sobre um componente de trio com prestígio antigo mas de fraca produção actual (Vaso da Gama, Académico do Porto e Académico de Coimbra).

Lembremos os «placards» do fim-de-semana, na zona Norte: Académica-F. C. Porto, 61-81; Vasco da Gama-CDUP, 85-62; Académico-Sangalhos, 73-79 e Ginásio Figueirense-Conimbricense, 57-58. Zona Sul: Sacavenense-Barreirense, 54-79; Belenenses-Queluz, 59-63; CUF-Algés, 75-74 e Sporting-Benfica, 70-42.

Sporting e Barreirense (Sul), mais o Sangalhos e o F.C. Porto (Norte) estão presentes na fase final do campeonato de bola ao cesto.

DIVISÃO N.º 2

Invasão em Chaves

Prosseguiu o campeonato nacional de futebol da 2.ª divisão, (30.ª jornada). Os resultados foram os seguintes, na zona norte: União de Lamas-Feirense, 0-0; Sporting de Espinho-Fafe, 1-0; Paredes-Riopele, 1-2; Varzim-Alba, 5-0; Vilanovense-Régua, 0-1; Desportivo de Chaves-Salgueiros, 1-1; Gil Vicente-Paços de Ferreira, 0-0; Famalicão-Sanjoanense, 2-0; Covilhã-Lourosa, 2-2 e Marinhense-Penafiel, 4-2.

Para não escapar ao trivial, houve nova invasão de campo: aconteceu em Chaves, mas o público voltou daí a pouco aos seus lugares...

A classificação é comandada pelo Varzim (52 pontos), seguido do Salgueiros (39), Chaves (35), Famalicão e Paços de Ferreira (34).

Zona Sul: Montijo-União de Leiria, 3-1; Oriental-Sintrense, 4-0; Caldas-Esperança de Lagos, 2-0; Estrela de Portalegre-União de Santarém, 2-0; Torres Novas-União de Montemor, 2-1; Lusitano-Marítimo (do Funchal), 0-0; Olhanense-Barreirense, 1-2; Sesimbra-Almada, 2-0; Portimonense-Peniche, 2-1 e Torriense-Juventude de Évora, 1-0.

A tabela pontual é orientada pelo Portimonense (42 pontos), perseguido pelo Montijo (39), Peniche (38) e Marítimo (37).

Totobola

Boletim com 13

Sporting - CUF	1
Boavista - Braga	1
Leixões-Farense	1
Beira-Mar - Belenenses	2
Atlético - Académico	X
Estoril - União Tomar	1
Guimarães - Porto	1
Setúbal - Benfica	2
Chaves - Salgueiros	X
G. Vicente - P. Ferreira	X
Caldas - Esp. Lagos	1
Lusitano - Marítimo	X
Olhanense - Barreirense	2

Geral

Batata mantém preço de 7$50/kg

A batata nova não subirá do preço actualmente fixado (7$50/ kg) — diz uma nota oficiosa da Secretaria de Estado do Comércio Alimentar.

Eis o texto dimanado deste departamento:

«A Secretaria de Estado do Comércio Alimentar esclarece a população que, na sequência do estudo das condições de abastecimento que se têm vindo a registar nas últimas semanas, relativamente à batata nova, foi decidido manter para esta o preço anteriormente fixado, isto é, 7$50 na venda ao público.»

ESCLARECIMENTO AOS PRODUTORES DE LEITE

Entretanto a mesma Secretaria de Estado tornou público o seguinte «Esclarecimento aos Produtores de Leite»:

«Conforme já é do conhecimento dos produtores de leite, pela portaria n.º 282/76, de 4 de Maio, foram fixados os novos preços de leite à produção.

Contudo, alguns órgãos de Comunicação Social transcreveram incorrectamente o n.º 6 do citado diploma legal, que é, efectivamente, do seguinte teor:

«Transitoriamente as Cooperativas integradas na União das Cooperativas dos Produtores de Leite do Algarve poderão vender o leite classificado na classe A ao preço do leite pasteurizado, desde que acondicionado em bilhas seladas».

Deste modo a Secretaria de Estado do Comércio Alimentar esclarece os produtores de leite que a venda de leite classificado na classe A ao preço do leite pasteurizado tem efeitos exclusivamente, na União de Cooperativas do Algarve.»

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIARIO DE LISBOA vende se no CAFE NISA

Santo Tirso tem nova C.A. no Município

PORTO, 10 — A nova comissão administrativa da Câmara Municipal de Santo Tirso presidida pelo dr. Abílio da Costa Carvalho é composta por Eurico da Silva Ferreira, Joaquim Matos Barbosa, Azuil Linhares Carneiro, Augusto da Silva Ferreira, Arlindo da Costa Rodrigues e Antonio Barbosa dos Santos; foi empossada pelo governador civil do Porto.

Esta comissão é formada por três elementos indicados pelo P.S., dois pelo P.P.D. e um pelo P.C. e presidida por um independente.

Dia do Campo em Camarate vendeu tudo em pouco tempo

. .No Bairro de Angola, em Camarate, sábado foi Dia do Campo. Promovido pelas Cooperativas Agrícolas da Torre Bela e de Aveiras de Cima, a iniciativa trouxe para consumo o resultado do seu trabalho, vendendo directamente ao público nomeadamente hortaliças e vinho.

Foi grande o interesse despertado no Bairro de Angola. Os principais géneros esgotaram-se em pouco tempo, pelo que os atrasados não foram servidos.

A diferença entre os preços dos produtos oferecidos, em relação aos que são cobrados em Lisboa foi muito grande. Alguns exemplos: alface: 1$50 cada uma; vinho: 8 escudos por litro; couves a 5$00 e favas a 3$50. Alguns comerciantes dos arredores, ao tomarem conhecimento da venda directa, imediatamente baixaram o preço dos produtos que vendiam, aé em 50 por cento, conforme comentários das donas de casa que estavam no Dia do Campo de Camarate.

Durante o fim-de-semana, outras cooperatias estiveram também nos arredores de Lisboa, promovendo a venda directa dos seus produtos, nomeadamente no Barreiro, Cacém, Benfica e Queluz. Sabe-se que este tipo de experiências será intensificado, pois é vantajoso para as cooperativas, que vendem o que produzem, e para o consumidor, que escapa do intermediário.

CASAS · BOITES
RESTAURANTES
CERVEJAS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease seuse**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264945**

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 2 3/4 %	275$	275$	280$
Cons. 3 %	300$	300$	305$
Cons. 3 1/2 %		350$	
Centenários	810$	800$	810$
Tes. 5 %		835$	
Tes. 10 %	500$		500$
Extern. 1.ª s.		450$	
Extern. 1.ª c.		450$	
Extern. 3.ª s.		475$	
Extern. 3.ª c.		475$	
Caut. 3.ª s.			140$
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Ix. 6 %		755$	
C.M.L. 5 3/4 %		830$	
C.P. 5 1/2 % 67			700$
C.P. 5 1/2 % 68		—	700$
C.P. 5 1/2 % 69		—	
Corr. 5 3/4 %		810$	
Metr. 5 3/4 %		850$	
Tur. 5 3/4 %		810$	830$
C.P. 6 3/4 %			
ELÉCTRICAS			
G. 5 % 58		690$	
G. 5 % 59		—	
G. 5 % 62		—	
G. 5 % 63		—	
G. 5 % 64		—	
G. 5 % 65		—	
G. 6 % 67		780$	
G. 6 % 69		780$	
G. 7 %		—	900$
H.E.A.A. 5 %		640$	
H.E.C. 5 %		700$	
H.E.C. 6 %		750$	
H.E.D. 5 %		620$	
H.E.D. 6 %		750$	
H.E.N.P. 5 %		740$	
H.E.S.E. 5 %		—	
H.E.S.E. 6 %		—	760$
H.E.Z. 5 % 57		630$	
H.E.Zêz. 6 %		—	
N. Elec. 5 %		710$	
N. Elec. 6 %		—	680$
Termoel. 5 %		600$	
U.E.P. 5 % 60		—	700$
U.E.P. 5 % 63		—	
U.E.P. 6 %		—	
U.E.P. 7 %		—	800$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % 56		720$	
A.P.T. 5 % 58		700$	750$
Lisnave 6 %	770$	760$	780$
Nitratos 60		600$	
Pet. 2.ª e 3.ª		—	
Sacor 7 %		—	
Sacor 5 % 54		—	850$
Sacor 5 % 60		—	720$
Sid. 5 % 2.ª		—	720$
Sid. 5 % 3.ª		—	720$
Sid. 5 % 4.ª		—	
Socel 5 %		—	830$
R. Fabril 67		—	
R. Fabril 68		800$	
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %			
Rev. 5 % 57			
Rev. 5 % 59-60			
Moçambique 5 %			
Sonefe 5 %			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico			
F.I.D.E.S			

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado ou encoberto o vento era fraco e chuviscos em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	15º
P. DOURADAS	
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	9º
LISBOA	12º
FARO	15º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima 20,5º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 2.º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.39	3,8 m	6.40	1,0 m
13.14	3,8 m	19.03	1,0 m
DIA 11			
1.37	4,0 m	7.33	0,8 m
14.08	4,0 m	19.56	0,8 m
DIA 12			
2.32	4,1 m	8.22	0,7 m
15.00	4,2 m	20.45	0,6 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nubfado; vento fraco; períodos de Cuvisco ou chuva fraca. A partir do fim da tarde períodos de céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Noroeste; aguaceiros em especial nas regiões de norte e centro.

AMANHÃ

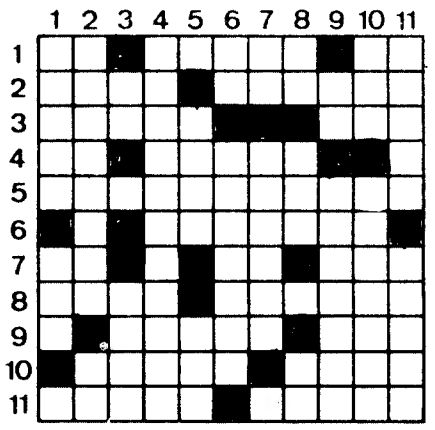
NASCER AS 6.28
OCASO AS 20.39

DIA 13 | DIA 20 | DIA 29 | DIA 5

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 365



HORIZONTAIS:

1 Apelisdo. Lapa. Cento e cinco em romano.
2 Vila e concelho do distrito de Aveiro. Tira de pano grosseiro.
3 Aperfeiçoem. Desgraça.
4 Basta. Mesura.
5 Guardaria.
6 Requestas.
7 Sodio (s.q.). Artigo definido. Maior.
8 Gostar muito de. O mesmo que rambota.
9 Trilhas. Graça.
10 Verdadeiros. Maneira.
11 Mamífero afim da foca. Factos.

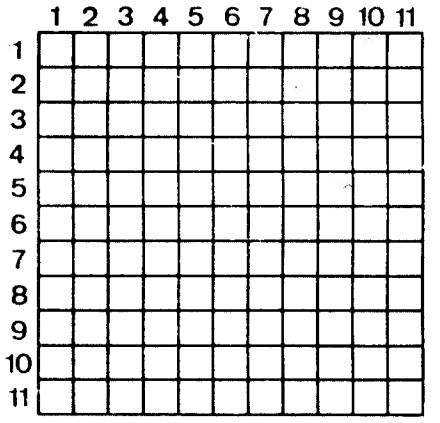
VERTICAIS:

1 Canta. Recusa.
2 Despacharam. Letra grega.
3 Amonio (s.q.). Prefeito pretoriano, que assassinou seu genro, imperador Numeriano, para se assenhorear do poder (284) e foi morto por Diocleciano.
4 Acautelarias.
5 Cidade santa da Arábia. Fecha as asas para descer mais depressa.
6 Compaixão. Atrais.
7 Espécie de desmoronamento. Velhas.
8 Brisa. Rio da Suiça. Mirirare.
9 Preposição. Outem ramos.
10 Partido. Separado de outro.
11 Mudança. Pouco densos.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º7525



HORIZONTAIS:

1 Nome do trono imperial da Etiopia. Sapato largo e raso.
2 De preços elevados. Berilo superficie deia.
3 Preposição. Tunica branca com a qual os negros malês vestiam os cadáveres.
4 Entorna (Prov. transm). Esposa infiel.
5 Livro de versos de Antonio Correia de Oliveira. Restas.
6 Pescada moida (T. de Buarcos).
7 Dois mil e cem em romano. Da ç d Ro a da ld d Média.
8 Vês ao longe.
9 Li u i. Pe u n s m o do Br s l. Me ida de supjrficei.
10 Cabo da costa de Portugal. Sa ári (s. .). Ti u o onorifico na India.
11 Cidade do Japão. Reino da Federação Indochinesa.

VERTICAIS:

1 Termina. Habitante da Mauritânia.
2 Ladrarem. Em as.
3 Frincha. Tudo o que é inanimado.
4 Preposição e artigo definido. Lingua antigamente falada ao sul do rio Loire.
5 Apelido. Cavalo ou égua de tamanho mediano eves (pl.).
6 Dançavas.
7 Abrangeriam.
8 Solicitávamos.
9 Surpreendera.
10 Pronome pessoal. Irmão de Moisés.
11 Série de arcos. Pr nome possessivo (pl.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 364

HORIZONTAIS:

1 HÓSPEDA. COM.
2 Beata. Lico.
3 Samoa. Sanas.
4 Revira.
5 Lorpa. Moca.
6 Reina. Rosa.
7 Aar. Omo.
8 Oval. Ala. Ua.
9 Airosas.
10 Assumiremos.
11 Soa. Siso.

VERTICAIS:

1 SOL. AO. Am.
2 Oba. Oravas.
3 Sem. Rera.
4 Pão. Pi. Laus.
5 Eta. Amo. Imo.
6 Dá. Amaria.
7 Sem. Olor.
8 LAVOR. Ases.
9 Cínicos. Ami.
10 Ocaras. Usos.
11 Mosa. Ata. So.

PROVERBIO: HOSPEDA COM SOL AO LAVOR

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7524

HORIZONTAIS

1 Avis. Iras.
2 Coro. Airada.
3 Armamar. Es.
4 Grã. Mor.
5 Ia. Cia. Zara.
6 Passa.
7 Cortávamos.
8 Morta. Anoso.
9 Latada. Iras.
10 Rogos. Ma.
11 Vaso. Amolga.

VERTICAIS:

1 Ac. Giz. ML.
2 Voara. Coara.
3 Irra! Portos.
4 Som. Cartago.
5 Alistado.
6 Iam. Asa. Asa.
7 Riam. Ava.
8 Arroz. Animo.
9 Sa. Ra. Moral.
10 De. Osa.
11 Pasta. Sósia.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO J-1

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Infante Santo, R.do Olival, 290 (T.661003)
ALVALADE
Lusitana, Av. de Roma, 18-A (T.725443); ÇRio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. dos Estados Unidos da América) (T.721409)
AVENIDAS NOVAS
Sá da Bandeira, Av. Marquês de Sá da Bandeira, 36-42 (T.41961/54672)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ancenso, P.Norte, 11-A (T.311216)
BAIXA
Frazão, R.Portes de Santo Antão, 70 (T.328180)
CAMPOLIDE
Ronil, R.Rodrigo da Fonseca, 153 (T.683438)
CAMPO DE OURIQUE
União, R.Saraiva de Carvalho, 145-F (T.663643)
ESTEFÂNIA
Estefânia, R.Pascoal de Melo, 90 (T.44438)
LAPA
Neves, R.da Bela Vista à Lapa, 37 (T.661251)
LUMIAR
Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A (T.791131)
PENHA DE FRANÇA
Carrondo, R.Padre Sena de Freitas, 10-A (à Igreja da Penha de França) (T.842518)
PICHELEIRA
Marlux, C.da Picheleira, 140-A (T.720703/728395)
SÃO VICENTE
Santo António, R.Leite de Vasconcelos, 72-C (T.862333)
XABREGAS
Conceição, C.de D.Gastão, 30 (T.381279)

TURNO J-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D (T.711780)
AMEIXOEIRA
São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneca) (T.790969)
ARROIOS
Nunes, R.Ângela Pinto, 32 (T.49756)
AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283 (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (T.763016)
BAIRRO ALTO
Andrade, R.do Alecrim, 125 (T.323443/323446/322328)
BELÉM
Gomes, R.da Junqueira, 326 (T.638193)
BENFICA
Benfiluz, E.de Benfica, 444-A (T.782606)
CAMPOLIDE
Nova, R.de Campolide, 297-C (T.687475)
CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, R.de Campo de Ourique, 131 (T.686640)
CONDE REDONDO
Salutar, R.Conde de Redondo, 9-B (à Gomes Freire) (T.533411)
LAPA
Eduardo César, R.das Trinas, 102 (T.662631)
OLIVAIS
Olivais, R.Alves Gouveia, 19 (T.311237)
SÃO MAMEDE
S.Mamede, R.Escola Politécnica, 82-B (T.660280)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Telef. 2113161)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839). Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central — Toda a noite
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal — Até às 22 horas
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial dr. Augusto de Castro, lote 10 (Telef. 2430691). Toda a noite
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Telef. 263052). Toda a noite
S. JOÃO DO ESTORIL
AMOREIRA
Amoreira — Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Telef. 260391). Toda a noite
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170). Até às 22 horas; **A. Costa**, R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (Telef. 930019); **Flama**, R. Elias Garcia, 78-B (Telef. 932485); **Confiança**, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Telef. 938149)
DAMAIA
Damaia, P. Álexandre Gusmão, 9-A (Telef. 970523)
VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Telef. 972530)
QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-E (Telef. 957619)
CACÉM
Guerra Rico, Agualva
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Misericórdia, Vila (Telef. 2930391)
COLARES
Abreja, (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250)
ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (Telef. 2750271)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Telef. 2040141)
BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (Telef. 2073023)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (Telef. 270121)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Telef. 2310035)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028)
SETÚBAL
Oliveira, L. da Misericórdia (Telef. 22488); **Louro**, R. Frei António Chagas, 24-A (Telef. 24491)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

TURNO 13

ATÉ ÀS 22 HORAS

Pasteleira, R.André de Rezende, 92 **Almeida Cunha**, R.Formosa, 327 **Sampaio**, R.de Cedofeita, 636 **Birra**, P.da Liberdade, 125 **Monte Cativo**, R.do Monte Cativo, 444 **São Jerónimo**, R.d Santos Pousada, 622 **Cardona dos Santos**, R.D.Manuel II, 90 **Oriental**, R.do Bonjardim, 727

TODA A NOITE

Contumil, R.d Contumil, 540 **Marques de Mendonça**, R.do Ameal, 251 **Costa Lima**, Av. da Boavista, 855 **Vaz Teixeira**, R.do Heroísmo, 56

COIMBRA

Cruz Viegas, R.do Brasil, 154 (T.22961); **Donato**, R.Ferreira Borges, 2 (T.22603); **Rainha Santa**, R.Figueira da Foz, 11 (T.24737)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Sexo-Show»

ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan Não Enche Barriga»

CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

ADÓQUE
21.30 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan Não Enche Barriga»

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (18 anos)
«Como Caçar um Marido»
SATÉLITE 21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Emilienne»
OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Wang Yu — o Invencível»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Camille»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«O Justiceiro sem Olhos»
LUMIAR
21.15 (13 anos)
«A Noite dos Generais»
S.LUIZ
21.30 (18 anos)
«Diário de um Ladrão»
IDEAL
21.00 (18 anos)
«Destino de Mulher»
PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Laranja Mecânica»
CINE-BOLSO
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
PALÁCIO FOZ
21.00 (18 anos)
«Beija-Me Idiota»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Não Toques na Mulher Branca»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (6 anos)
«Os 2 Missionários»

AMADORA
Cinestúdio Lido
21.15 (13 anos)
«Breve Paixão»

SINTRA
Carlos Manuel
21.00 (18 anos)
«Golpe por Golpe»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Pecados em Família»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Afinal como é?»

PORTO/Cinemas

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«O Curandeiro de Alcova»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«O Estoira Vergas»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Sangue Chama Sangue»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Malícia»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Os dois missionários»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«5 Almofadas para uma Noite»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Futz»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Com Encontro Marcado»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«O Homem de Hong-Kong»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Quando Elas os Põem Fora de Casa»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Delícias Turcas»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Filha do Guarda da Passagem de Nível»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»
S.TEOTÓNIO
21.15 (13 anos)
«A Vingança de Monte Cristo»
TIVOLI
21.15 (6 anos)
«Os Dois Missionários»

cinemas

CASTIL
T. 530194 — 15.15, 18.30 e 21.15
Int. a men. 18 anos
Catherine Deneuve, Bernadette Lafont
NOITADAS DE PARIS
4.ª semana
(Zig Zag)

IMPÉRIO
T.555134 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
«OS CINCO DIAS DE MILÃO»
C/Marilu Tolo e Adriano Celentano

POLITEAMA
T. 326305 — 14.15,16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
4.ª semana a surpresa do ano
PARA NÓS... É CANJA
Paul Smith-Michael Caby

VOX
T.720808 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15
N. acons. men. 13 anos
A grande surpresa do ano
PARA NOS... É CANJA
c/ Paul Smith-Michael Coby
4.ª semana

ROMA
T.727778 — 15.30, 18.30, 21.15
Int men. 18 anos
2.ª semana
CLUBE PRIVADO
c/ phlippe Gaste-Eva Stroll

D JOÃO V DAMAIA
T. 971794 — 21.15
M/10 anos
TARZAN NO GRANDE RIO

BIBLIOTECA NACIONAL
15.00, 18.00, 21.00
Preço 10$00
Não acons. a menores de 18 anos
Realização de Billy Wilder
BEIJA-ME IDIOTA
com Dean Martin e Kim Novak

PALÁCIO FOZ
CAVALGADA HEROICA
com John Ford

RÁDIO

1.º Programa
15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Instrumentistas; **21.00**: 12.º episódio do folhetim «O Muro Branco», de Alves Redol, numa adaptação de Costa Ferreira; **21.18**: Contraponto; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa
16.00: Oratória «Cristo no Monte das Oliveiras», de Beethoven; **17.00**: Solos de cravo; **17.15**: Poema sinfónico «Uma Vida de Herói», op. 40, de Richard Strauss; **18.00**: Uma hora Vivaldi; **19.00**: Solos de piano; **19.35**: Música sinfónica; **20.00**: Música de câmara; **21.00**: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **22.00**: Música sinfónica do século XX; **23.00**: Intercâmbio musical; **23.40**: Música vocal; **23.59**: Música sinfónica; **00.45**: Música de órgão; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo (repetição); **16.30**: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão Regional — contacto — teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «Esteiros» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa
16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 — 15.00 e 21.00
dois filmes, duas concepções do futuro!
«SOLARIS» de Andre Tarkovski
Sessão às 18.00
«2001 Odisseia no espaço» de Stanley Kubrick

EDEN
T.320768 — 14.00, 16.30 19.00 21.15
Interdito a menores de 18 anos
ADEUS, BRUCE LEE
C/Lee Row Lung e Ronald Brown
O filme que Bruce Lee não Terminou!

ODEON
T.326283 — 15.15-18.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
5.ª semana de gargalhada!
AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL
um exito sempre total
Segredos sexuais revelados por um furacão escondido

APOLO 70
T.763319 — 14, 16.30, 19.00 e 21.15
«CHINATOWN»
um filme de Roman Polanski com Jack Nicholson e Faye Dunaway
Não aconselhável a men. de 18 anos
As 24 h Grupo D (18 anos)
Terror e horror
O CAIXÃO
de Gordon Hessler

CASINO ESTORIL
T.264621 — 17.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA

S. JORGE
554153/4 — 15.15, 18.15, e 21.15
De novo o inspector Clouseau
4.ª semana
O REGRESSO DA PANTERA COR-DE-ROSA»
Com Peter Sellers

RESTELO
T.610375 — 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
«SEGUNDOS PARA UMA FUGA»

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30, 21.15
Int. men. 18 anos
ADEUS. BRUCE LEE
Com Bruce Lee

ESTÚDIO
T. 555134/5 — 15,30, 18.30, 21.15
Liv Ullman - Michel Piccoli
em
«LEONOR»
Um filme Juan Buñel
(Não acons. men. 18 anos)

ESTÚDIO 444
14.30, 16.45, 19.00, 21.15
Interdito a men. de 18 anos
TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA
5.ª Semana

CARLOS MANUEL SINTRA
T.2930394 — Às 21 horas
Interdito a menores de 18 anos
GOLPE POR GOLPE

MUNDIAL
T.538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores 18 anos
UMA TESE ESCANDALOSA
Com Pilar Velasquez

UNIVERSAL
T.774402 — clo Oshima
Todos os dias às
15.00, 19.00, 21.00
O MENINO
Às 17.00, 23.00
A CERIMÓNIA SOLENE
Não acons. a menores de 18 anos

CONDES
T. 322523 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
CONVÉM FAZER BEM O AMOR
c/ Luigi Provietti-Eleanora Giorgi

BERNA
T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
Um filme de Franco Rossi
Bud Spencer-Terence Hill
12.ª semana

LONDRES
T.801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O FANTASMA DO PARAÍSO
com Paul Williams

ROXY
T.48560 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
(Int m. 18 a.)
O BORDEL DE NAZIS!
C/Helmut Berger e Ingrid Thulin

TIVOLI
T.570596 — 14.45, 18.00, 21.45
Não acons. a menores de 18 anos
O maior espectáculo jamais filmado
A TORRE DO INFERNO
4.ª semana
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ALVALADE
T.897480 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CONVEM FAZER BEM O AMOR
c/ Puigi Proietti-Eleonora Giorgi

PATHÉ
T.821933 — 14.45, 18.00, 21.15 e 24h
Não acons. a menores de 18 anos
4.ª semana
O maior espectáculo jamais filmado!
A TORRE DO INFERNO
Atenção: o filme começa a hora do espectáculo

NIMAS
T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
um filme de Rene Lalorex
O PLANETA SELVAGEM
6 Grandes prémios internacionais
4.ª semana
A partir de sábado 8 matinée infantil às 11h.
Novamente!

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 17363
LISBOA-PORTUGAL

Melo Antunes volta esta tarde a Lisboa

. Chega hoje a Lisboa, vindo de Roma, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, depois de uma visita de três dias à Bulgária. O ministro parou em Roma no seu regresso a Portugal para uma curta visita particular. Antes, Melo Antunes tinha feito outra paragem em Belgrado, onde se avistou com o seu homólogo jugoslavo Milos Minic.

Melo Antunes deslocou-se a Sófia a convite do ministro búlgaro dos Negócios Estrangeiros, Petar Mladenov. Partiu no dia 6 e veio no dia 8. Nos três dias de permanência na Bulgária, teve oportunidade de trocar impressões com destacados dirigentes búlgaros, designadamente o responsável pela Relações Externas da Bulgária, com quem foram analisadas as questões de mais pertinente interesse mútuo e firmados os mais importantes acordos de cooperação.

Emídio Guerreiro regressa a Paris

O prof. Emídio Guerreiro, que foi secretário-geral do P. P. D. na ausência de Sá Carneiro e um dos dissidentes daquele partido em fins do ano passado, vai abandonar Portugal e regressar a Paris. A perspectiva já foi anunciada pelo próprio Emídio Guerreiro numa entrevista concedida na semana passada à revista «Opção». Aí Guerreiro invocava razões de teor afectivo: o facto de ter vivido grande parte da sua vida na capital francesa. Na sexta-feira Guerreiro teve um jantar de despedida com amigos nos arredores de Lisboa. Os convivas, na generalidade, eram dissidentes do P. P. D., actualmente integrados no M. S. D. ou não.

«Não terei mais actividade partidária, mas estarei sempre atento às necessidades que Portugal possa ter, para que eu esteja sempre pronto a defender a liberdade» — afirmou o velho combatente ao «Diário de Notícias» — «Tenho a consciência de que cumpri o meu dever e estou convencido de que, se por desgraça amanhã o País corresse o perigo de voltar a uma situação não digo fascista, mas mesmo pré-fascista, eu estaria disposto ainda a dar as últimas forças que possuo para defender a liberdade em Portugal.»

"Esquadrão da Morte" criado na Madeira

FUNCHAL, 10 — Acaba de surgir na Madeira uma organização clandestina denominada b1esquadrão da Morte». O seu aparecimento, sob a firma de um comunicado profusamente distribuido no Funchal, foi entendido, por uns, como brincadeira de mau gosto ou resvalou na carcaça da indiferença de outros madeirenses, voltados para problemas mais concretos.

No seu comunicado n.º 1, este esquadrão, que assina E. M. pretende dirigir-se «ao Povo da Madeira» para informar que o «Esquadrão da Morte foi fundado em 1 de Maio» e dizer que a iniciativa é de um grupo de madeirenses «com o objectivo de combater até à destruição a droga, os comunistas e o Partido Socialista Regional».

Em posteriores comunicados — prometem os subscritores — o «Esquadrão da Morte» revelará o plano que se propõe seguir, com vista ao combate que agora inicia.

O comunicado termina bizarramente, com uma quadra: «Pela Madeira / Lutar, Combater / O Esquadrão da Morte / Há-de Vencer.»

Pescadores de baleia entram em greve

..FUNCHAL, 10 — Os pescadores de baleia da Madeira encontram-se em greve desde a última sexta-feira.

Conhecidos pelas provas de coragem aliás exigidas pela própria profissão, estes pescadores reivindicam agora salários mais justos e a readmissão de camaradas despedidos quando das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho.

A greve tem, para já, o apoio da U. D. P., do Sindicato da Construção Civil e da Comissão de Trabalhadores do Sindicato da Indústria de Conservas.

Recorda-se que é muito importante para a Madeira a pesca da baleia. A nível de pescas, é mesmo considerada uma das indústrias mais fortes do arquipélago.

AS PREOCUPAÇÕES DA A. P. A. M.

A A. P. A. M. — Associação Política do Arquipélago da Madeira — manifesta-se «preocupada» com a atitude «provocatória» assumida pelos poderes constituídos em Lisboa e que consiste, segundo a mesma A.P.A.M., em «impor aos povos peninsulares um estatuto de dominação absoluta que é imagem fiel do colonialismo que dizem combater».

Colocação de professores entrou na fase final

Entrrou na fase de ajustamento final a colocação dos professores do Ensino Secundário e Ciclo Preparatório. Assim, foram admitidos a concurso na terceira fase 5683 candidatos, dos quais 3307 foram colocados em outras tantas vagas. Não obtiveram colocação 2376 candidatos e ficaram por preencher 1024 vagas. Das 3307 vagas ocupadas, 1884 foram preenchidas por candidatos possuidores de habilitação académica própria (licenciatura ou bacharelato) e as restantes 1423 por candidatos portadores de habilitações mínimas (oito cadeiras universitárias).

Das 1024 vagas em aberto, 559 dizem respeito a horários de Educação Física, os quais só serão preenchidos por professores especificamente habilitados. As restantes vagas serão preenchidas de acordo com o despacho 41/76 do secretário de Estado da Administração Escolar que determina: «Sempre que se mostre necessário o preenchimento de qualquer vaga por falta de professores obedecer-se-á à distribuição dos horários vagos a outros docentes do mesmo grupo». O esquema proposto avança: será dada preferência na distribuição aos professores do mesmo grupo que não tiverem horário completo; poderão ser distribuídas horas extraordinárias até ao limite de oito horas lectivas semanais. Este limite, observa o despacho, é passível de ajustamento para adaptação aos horários.

Os professores dos quadros dos Ensinos Preparatório e Secundário, que se encontrem suspensos por virtude do exercício cumulativo não autorizado da função docente com outra, ou que optarem pelo desempenho de cargo não docente, poderão requerer ao ministro da Educação e Investigação Científica, através da direcção-geral competente, a necessária autorização para acumulação.

"Semana da Diabetes" para ajudar 160 mil doentes

. A Associação Proectora dos Diabéticos de Portugal, para assinalar o seu 50.º aniversário realiza a partir de hoje a «Semana da Diabetes».

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (A. P. D. P.) foi fundada no dia 13 de Maio de 1926, quatro anos após a descoberta da insulina. O doutor Ernesto Roma, que regressara dos Estados Unidos como o conhecimento deste medicamento, fundou em Lisboa a primeira associação da especialidade, no Mundo. Por isso a Associação Portuguesa é a decana da Federação Internacional de Diabetes, a qual conta com 53 associações federadas.

SINTOMAS DE DIABETES

A A. P. D. P. calcula que devem existir em Portugal cerca de 160 mil diabetes, mas cerca de 25 por cento da população poderá vir a adquirir a doença que é congénita.

Em cada Boletim, a Associação divulga os sintomas da doença, ou aqueles que «correm o risco de ser diabéticos». Aqui ficam: «os familiares dos diabéticos; as pessoas muito gordas; as que tenham emagrecido em pouco tempo; as que urinam muito; as que bebam água demais; as que tenham feridas ou chagas que não se curam; as que tenham comichões e furunculoses; as que vejam a sua urina procurada por cães, formigas e moscas; as que sintam a visão perturbada; as que sintam os dentes abalados e a desprenderem-se quase sem dor; as que percam prematuramente a energia procriadora e as mães que dêem à luz crianças muito alentadas ou de peso excessivo».

O voto dos emigrantes
P.S. a frente na Europa

Às 11 e 15, segundo informação prestada pela Comissão Eleitoral de Eleições, o voto dos emigrantes proporcionava o seguinte quadro:

. *Circulo Eleitoral da Europa:* P.S. 14 326; P.P.D., 8733; P.C.P., 3318; C.D.S., 2089.

Circulo Eleitoral Fora da Europa: P.P.D., 18 436; C.D.S., 12 085; P.S., 2280; P.C.P., 508.

À hora a que nos foi dada esta informação, procedia-se à contagem dos votos de Paris.

«Quanto à Europa — disseram-nos — ainda não foram escrutinados os votos de cerca de dez consulados.»

. Relativamente ao Circulo Eleitoral Fora da Europa, «faltava contar cerca de cinco mil e tal votos procedentes de Caracas.»

Três petardos

No fim da noite de ontem, rebentou um petardo no rés-do-chão do prédio n.º 8, da Avenida Biarritz, no Estoril. Como consequência, foi internado um ferido no hospital da CUF, dois jovens foram detidos para averiguações e houve diversos danos materiais.

EXPLOSÃO NA EFACEC

PORTO, 10 — Ao princípio da madrugada de ontem, dois guardas das instalações da EFACEC, à Via Norte, no Porto, foram surpreendidos por uma explosão

Ainda no Norte, em Melgaço, um grupo de alunos do ciclo preparatório quando pretendia jogar aos matraquilhos, descobriu um embrulho contendo sete quilos de Gelinite.

P. S. apoia Eanes

Continuação da pág 1

do sector democrático de esquerda, e, entre eles, o do general Costa Gomes, como «um militar do M. F. A., profundamente identificado com o espírito libertador do 25 de Abril».

Dada a impossibilidade de uma tomada de posição imediata, os delegados distritais do M. D. P. / C. D. E. remeteram qualquer decisão futura para a sua Comissão Nacional, que ficou encarregada de se debruçar profundamente sobre o problema e de sobre ele se pronunciar oportunamente.

Quanto a Pinheiro de Azevedo, a sua posição mantem-se nos termos em que a definiu a semana passada, apontando-se para a possibilidade da sua candidatura só se registar no caso de Costa Gomes não avançar.

Para além destes dois militares, a questão de candidaturas civis, longe de estar excluida, é hoje adiantada. Com efeito, os partidos da linha trotsquista — P. R. T. e L. C. I. — anunciaram ao fim da manhã que iriam propor esta tarde, no decurso de uma conferência de Imprensa, o nome de Maria Alerte Vieira da Silva, ex-candidata a deputada do P. R. T. por Setúbal, como candidato oficial à Presidência da República.

C. D. S. NÃO TEM EXCLUSIVO

Interrogado para o Expresso» (8.5.76), o general Carlos Galvão de Melo afirmou: «parvos há em qualquer partido...não é um exclusivo do C. D. S....»

A SALTAR O MARIGNY

O sr. Landerset é o actual director dos Serviços de Informação da Anop, única agência de informação nacional. Das capacidades para preencher o lugar, não falamos, mas da sua dedicação à Informação, isso sim, estamos prontos a testemunhar. Landerset sacrifica-se para dar notícias.

Ora vejamos um exemplo: quando o Presidente da República esteve em Paris, Landerset tinha por missão apoiar os jornalistas que seguiam na comitiva. Mas, ó esquecimento dos esquecimentos, Landerset não tinha credencial para entrar no Marigny (residência para os visitantes oficiais estrangeiros). Porém Landerset não desistiu. Resolveu, segundo contou, saltar o muro do Marigny. A que se arriscou! Podia ter levado um tiro, pelo menos. Contudo apenas foi detido pelos serviços de segurança franceses. Identificado, foi solto logo de seguida. Agradecido por esta coragem, (e por este vexame) o Ministério da Comunicação concede-lhe o lugar de director.

Têxtil Manuel Gonçalves
Pouca gente no plenário

PORTO, 10 — Com fraquíssima participação realizou-se ontem en Famalicão um plenário de trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves, com o objectivo de discutir e decidir sobre «a constituição de uma Comissão de Trabalhadores» e apreciar «a situação actual da Comissão Sindical e deliberar sobre a sua extinção ou modificação».

Foi decidida a elaboração de estatutos na base dos quais será constituída e eleita, numa próxima oportunidade, a Comissão de Trabalhadores, o que corresponde de certa maneira a uma pretensão antiga da entidade patronal e seus acólitos.

Cortar todas as ligaoçes com o sindicato e criar uma Comissão de Trabalhadores à maneira do patrão será de facto o objectivo a atingir. Para caracterizar a situação bastará dizer que, há dias, quando se procedia à eleição de um delegado sindical, no sector de revista (1.º turno), um elemento afecto aos patrões, abriu a urna e destruiu os votos ali existentes, dizendo «aqui não se elege nada».

A fraca participação de trabalhadores verificada ontem, apesar de haver transportes organizados para a mobilização, diz bem de que algo tem vinso a mudar. E que apesar do clime de intimidação que continua a existir na empresa, muitos dos trabalhaodres já não estão dispostos a dar o seu aval a determinadas medidas.

Saliente-se que, à cabeça da convotacória para o plenário, figuravam elementos que mais se têm distinguido nos distúrbios verificados e na luta contra os 12 «suspensos» que continuam «na tua».

M.E.S. apoia candidato das organizações de base

A Comissão Política do Comité Central do M. E. S. tomou posição sobre as candidaturas à Presidência da República, reafirmando que o M. E. S. não vai apresentar nenhum candidato, ainda que não deixe de tomar posição positiva se as organizações populares de base se demonstrarem activamente a vontade de apresentarem um candidato em que confiam para assumir o cargo de Presidente da República.»

. Segundo se lê no comunicado emitido pela Comissão Política do Comité Central do M. E. S. este Partido não apoiará uma candidatura esquerdista para a Presidência, nem um candidato que não dê pelo seu passado, pela sua acção anterior no processo revolucionário, garantias de defender as conquistas populares.